



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 123 SEXTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS LEGISLATIVOS	
1.1 – ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nºs 27 a 28/2015	007
2 – ATA DA 133ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 13 DE AGOSTO DE 2015	008
2.1 – ABERTURA.....	008
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a reverenciar a memória de Eduardo Campos, em razão do transcurso de um ano de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 841, de 2015, do Senador Roberto Rocha e outros Senadores.....	008
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
2.2.2 – Fala da Presidência (Senador Roberto Rocha).....	008
2.2.3 – Oradores	
Senador Fernando Bezerra Coelho	009
Senador Cássio Cunha Lima.....	011
Senador Alvaro Dias.....	012
Senadora Marta Suplicy	013
Senador Antonio Carlos Valadares	014
Sr. Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal.....	015
Sr. Pedro Simon, ex-Senador da República.....	016
Senador João Capiberibe.....	019
Sr. Carlos Siqueira, Presidente do PSB	020
Senador Hélio José.....	022
Sr. Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo	023
Senador Eunício Oliveira	024
Senador Cristovam Buarque	025
Senador Randolfe Rodrigues.....	026
Sr. Tony Corrêa.....	028
Senador Humberto Costa	029
Senadora Lídice da Mata.....	030
2.2.4 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	033
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Senador Flexa Ribeiro (art. 203 do Regimento Interno)	034
2.3 – ENCERRAMENTO.....	035
3 – ATA DA 134ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 2015	036
3.1 – ABERTURA.....	036
3.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	036
3.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	038
3.2.1.1 – Término de prazo	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 32/2015	038
3.2.1.2 – Pareceres	
Nº 540/2015, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 211/2015	039
Nº 541/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 497/2011	043
Nºs 542 e 543/2015, das Comissões de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 400/2012	047
Nºs 544 e 545/2015, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Serviços de Infraestrutura, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166/2012	054

Nºs 546 e 547/2015, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262/2013.	067
Nº 548/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17/2015.	082
Nº 549/2015, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226/2013.	087
Nº 550/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 108/2014.	098
Nº 551/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2012.	103

3.2.1.3 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, dos Projetos de Lei do Senado nºs 497/2011 e 400/2012, a fim de serem declarados prejudicados.	111
--	-----

3.2.1.4 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 166/2012 e 262/2013 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 47 e 48/2015-CI).	111
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 17/2015.	113
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 226/2013 seja apreciado pelo Plenário (Memorando nº 50/2015-CMA).	113
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 108/2014.	114

3.2.1.5 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 329/2015 (nº 717/2012, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Organizada para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Normandia – SODLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima</i>	114
Projeto de Decreto Legislativo nº 330/2015 (nº 1.540/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Nova Colina – Acenco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal</i>	115
Projeto de Decreto Legislativo nº 331/2015 (nº 1.552/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Jovem FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins</i>	116
Projeto de Decreto Legislativo nº 332/2015 (nº 1.613/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Serra Verde FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás</i>	117
Projeto de Decreto Legislativo nº 333/2015 (nº 1.637/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará</i>	118
Projeto de Decreto Legislativo nº 334/2015 (nº 1.653/2014, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo</i>	119
Projeto de Decreto Legislativo nº 335/2015 (nº 77/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina</i>	120
Projeto de Decreto Legislativo nº 336/2015 (nº 94/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná</i>	121
Projeto de Decreto Legislativo nº 337/2015 (nº 110/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento de Algodão de Jandaíra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Algodão de Jandaíra, Estado da Paraíba</i>	122
Projeto de Decreto Legislativo nº 338/2015 (nº 51/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012</i>	123

3.2.1.6 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 329 a 337/2015. <i>As matérias serão apreciadas terminativamente</i>	124
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 338/2015.	124

3.2.1.7 – Requerimentos

Nº 917/2015, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de indicação do Sr. Paulo de Tarso Tamburini Souza para ocupar o cargo de juiz do *United Nations Dispute Tribunal*, Tribunal de primeiro grau da Organização das Nações Unidas. 124

Nº 918/2015, de autoria da Senadora Regina Sousa, de homenagens de pesar pelo falecimento das Sras. Maria Ozenira Cardoso Araújo Santos e Maria Rita..... 127

Nº 919/2015, de autoria do Senador Jorge Viana, de informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República..... 128

3.2.1.8 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 110/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Aécio Neves, que *altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público* 131

3.2.1.9 – Projetos de Lei do Senado

Nº 532/2015, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que *altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências, para dispor sobre cosméticos orgânicos*..... 135

Nº 533/2015, de autoria do Senador Hélio José, que *cria as unidades de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio da Federação Brasileira* 138

3.2.1.10 – Comunicação

Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 685/2015 (**Ofício nº 331/2015**). *Será feita a substituição solicitada*. 143

3.2.2 – Questão de Ordem

Suscitada pela Senadora Fátima Bezerra, a ser respondida oportunamente 144

3.2.3 – Oradores

SENADOR ACIR GURGACZ – Defesa do pacto de governabilidade em prol da superação da crise política do País..... 145

SENADORA ÂNGELA PORTELA – Registro da visita feita pela Presidente Dilma Rousseff ao Estado de Roraima na última sexta-feira, para fazer a entrega das unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida; e outro assunto..... 146

3.2.4 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 909/2015, de autoria do Senador Paulo Bauer. **Aprovado** 148

3.2.5 – Oradores (continuação)

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro de audiência pública ocorrida no âmbito da CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf); e outro assunto 148

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA, como Líder – Conclamação para que o Senado contribua da melhor forma para a superação da atual crise político-econômica..... 150

SENADORA GLEISI HOFFMANN – Comentários acerca de medida provisória, da qual S. Exª é relatora, que trata do aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos; e outros assuntos..... 151

SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Repúdio às ofensas direcionadas a uma estudante de Medicina em razão de discurso proferido durante a cerimônia de comemoração de dois anos do Programa Mais Médicos..... 154

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Contrariedade à utilização de instrumentos econômicos ditos neoliberais na recuperação econômica do País; e outro assunto..... 157

3.2.6 – Veto

Veto Parcial nº 36/2015, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 21/2015 (**Mensagem nº 307/2015, da Presidente da República**) 161

3.2.7 – Oradores (continuação)

SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Registro de reunião com Ministros do Governo Federal para discussão da Agenda Brasil..... 165

SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Alerta para a necessidade urgente de medidas que viabilizem o exercício de direitos pelos aposentados prejudicados pela má gestão do Fundo Aerus 166

3.3 – ORDEM DO DIA**3.3.1 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)**

Projeto de Decreto Legislativo nº 211/2015, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia, celebrado em Brasília, em 17 de fevereiro de 2012*. **Aprovado**. À promulgação..... 168

3.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**3.4.1 – Oradores**

SENADOR JORGE VIANA – Considerações acerca da contribuição que o Senado pode dar ao País por meio da Agenda Brasil 169

SENADORA REGINA SOUSA – Registros sobre a Marcha das Margaridas; e outro assunto.....	173
SENADOR RONALDO CAIADO – Comentários acerca de entrevista recentemente concedida pela Presidente Dilma Rousseff à rede de televisão SBT; e outros assuntos.....	176
SENADOR REGUFFE – Defesa do fortalecimento das instituições para enfrentar as crises econômica e moral existentes no País	178
3.4.2 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR CIRO NOGUEIRA – Homenagem pelo aniversário de 171 anos da cidade Parnaíba-PI e pelos 163 anos de fundação de Teresina, capital do Estado.....	179
3.5 – ENCERRAMENTO.....	181

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	182
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	185
6 – LIDERANÇAS	186
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	188
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	201
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	209
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	256

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS	279
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	292

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 27, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 678**, de 23 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, que “Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de agosto de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2015

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 679**, de 23 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União no dia 24, do mesmo mês e ano, que “Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de que trata a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei nº 12.035, de 2009, que institui o Ato Olímpico, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 13 de agosto de 2015. - Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 133ª Sessão, Especial, em 13 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Srs. Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Rocha

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 46 minutos e encerra-se às 13 horas e 15 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a reverenciar a memória de Eduardo Campos, em razão do transcurso de um ano de seu falecimento, nos termos do Requerimento nº 841, de 2015, do Senador Roberto Rocha e de outros Senadores.

Convido para compor a Mesa o Sr. Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro, Carlos Siqueira. *(Palmas.)*

O Presidente da Fundação João Mangabeira e ex-Governador do Estado do Espírito Santo, Renato Casagrande. *(Palmas.)*

Convido a esposa do Governador do Distrito Federal, Srª Márcia Rollemberg. *(Palmas.)*

Convido a Srª Emília Ribeiro, representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Aldo Rebelo. A Srª Emília Ribeiro é Secretária-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *(Palmas.)*

Convido todos para, em posição de respeito, acompanhar o Hino Nacional brasileiro.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Convido para presidir esta sessão o autor do requerimento desta sessão de homenagem a Eduardo Campos, o Senador Roberto Rocha.

O Sr. Fernando Bezerra Coelho deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Gostaríamos de registrar, com muita alegria e satisfação, as presenças do Vice-Governador do Estado de Rondônia, Sr. Daniel Pereira; do Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Sr. Alberto Alves; do Secretário de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal, Sr. Marcos Pacco; do Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, Sr. Thiago Cardoso Henriques Botelho.

Na condição de autor do requerimento para realização desta sessão especial, quero ter a alegria de dirigir algumas palavras.

Srªs e Srs. Senadores; Sr. Presidente do PSB, Carlos Siqueira; Sr. Governador Casagrande, Presidente da Fundação João Mangabeira; senhores convidados, queremos cumprimentar todos os nossos convidados, agradecer e iniciar dizendo que a maior homenagem que o País pode fazer a um de seus filhos é aquilatar o tamanho de sua ausência. Esse é o sentido de estarmos reunidos aqui, não apenas para prestar o merecido louvor a uma vida que nos inspira, mas para tentar traduzir o que ainda hoje ela nos instiga.

Não falarei dos muitos feitos de Eduardo Campos como administrador. Esses o Brasil conhece e reconhece muito bem, tanto que replica em todos os seus quadrantes. O gestor minucioso, o cuidado com o gasto público, o permanente monitoramento das despesas, a transparência como um dever, a ética como um princípio e o diálogo como uma profissão de fé na política, um parceiro de consensos. Esses são, digamos, os pontos cardeais de sua presença pública. Quero, na verdade, deixar registrado nos *Anais* desta Casa uma opinião pessoal sobre o ser humano excepcional que tive o privilégio de conhecer. Desejo falar sobre um aspecto que para mim é o que torna a ausência que sentimos do nosso querido Eduardo uma presença de peso no destino da política nacional. Começo por destacar não o que ele fez, mas o que ele não fez, pois a vida das pessoas

que transcendem o seu tempo também é construída pela capacidade de negar o óbvio, de se confrontar com a espessura das ideias e com a inércia das expectativas fáceis.

Eduardo foi o herdeiro do mais formidável legado político do pensamento e da prática socialista do País. Seria fácil aproveitar eleitoralmente a herança da linhagem de Miguel Arraes, seu avô. Era o que se esperava dele, que prosseguisse a obra do avô, mas Eduardo fez o mais difícil. Sem abrir mão dos valores, pavimentou um caminho diferenciado, forjado por uma leitura do mundo em sua dinâmica moderna. O mundo conectado por redes de informação, que anseia por novas formas de organização, por ordenamentos mais horizontais, pelo compartilhamento da experiência de viver, pela quebra de paradigmas, pela reinvenção do governo.

Eduardo reinterpretou a política ao formular a máxima que levou para o seu governo, de que, abro aspas: “Não se pode mais fazer política como se fazia no século passado.” E, é claro, ele se referia ao século em que viveu seu avô e mentor político. Ele dizia, com isso, que a verdadeira aprendizagem se dá pela capacidade de mudar junto com o mundo. Não apenas de mudar o mundo, mas de saber mudar com ele, sem negar o passado, antes o valorizando e o reconhecendo. Certamente uma lição de humildade que permanece viva.

Eduardo também dizia que, abro aspas: “É fundamental que o Brasil tenha coragem de fazer novas escolhas, não é só mudar um partido ou uma pessoa, mas as prioridades.” Suas palavras ressoam cada dia mais, especialmente hoje, quando assistimos ao mais amplo divórcio entre a política e a sociedade.

O destino, porém, negou-nos a oportunidade de testemunhar como a pregação de Eduardo ecoaria no coração das pessoas, ao longo da campanha eleitoral. Uma retórica diferenciada, um apelo novo, uma ânsia de futuro teria nascido e germinado em muitos corações, não fosse a trapaça do destino.

Tivesse ganho ou não a eleição, Eduardo hoje seria, sem dúvida, uma voz mais qualificada para fazer as pontes entre o país que somos e o país que almejamos ser. Seu dom do diálogo, sua capacidade de juntar as pessoas, a coragem de manter a palavra como uma questão de honra, a capacidade de enxergar o novo lá mesmo onde o antigo teima em persistir, tudo isso fazia de Eduardo Campos um homem talhado para liderar, para apontar caminhos.

Permitam-me, minhas senhoras e meus senhores, meu querido Presidente Carlos Siqueira, ao finalizar, dizer algo que para o coração de todos os que conviveram com Eduardo chega a ser banal de tão verdadeiro: Eduardo deixou a vida, mas não a existência. E a prova de que ele continua existindo é esse diálogo que persistimos em manter com a inspiração de sua vida.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Eu quero fazer uma homenagem muito especial também, além da que faço ao nosso querido Eduardo Campos, àqueles seus companheiros que com ele tombaram naquele dia 13 de agosto no ano passado: o nosso companheiro, de quem tive o privilégio de ser colega na Câmara Federal, sobrinho do nosso companheiro e amigo Senador Valadares, o saudoso Deputado Pedro Valadares; Carlos Percol; Alexandre Severo; Marcelo Lyra; Geraldo Magela; e Marcos Martins. Todos têm o nosso respeito e o nosso reconhecimento. (*Palmas.*)

Eu queria convidar o Governador Rodrigo Rollemberg, nosso Governador do Distrito Federal e ex-Senador da República, para compor a Mesa. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Rocha; Sr. Governador do Distrito Federal; Rodrigo Rollemberg; Sr. Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira; Sr. Presidente da Fundação João Mangabeira, Renato Casagrande; Sr^a Márcia Rollemberg; e Sr^a Emília Ribeiro, representando aqui o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Aldo Rebelo.

Queria cumprimentar também os Srs. e Sr^{as} Senadoras, mas me permitiria, Sr. Presidente, saudar a todos, registrando aqui as presenças honrosas dos ex-Senadores, sempre Senadores, Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos. (*Palmas.*)

Com grande emoção, subo a esta tribuna para homenagear a memória do amigo, cidadão e homem público Eduardo Henrique Accioly Campos, que nos deixou prematuramente há um ano.

Conheci Eduardo nos anos 80, quando estivemos juntos na memorável campanha de 86, que reconduziu seu avô, Miguel Arraes, ao Palácio do Campo das Princesas, de onde foi deposto pelo golpe de 1964, no exercício do primeiro de seus três mandatos de governador de Pernambuco.

Já naquela época, Eduardo demonstrava um brilho próprio e uma grande paixão pela política.

Eduardo Campos teve seus primeiros contatos com a política ainda na infância, estudando a obra e a ação política do avô, que tinha personalidade humanista e nacionalista. Eduardo também era muito envolvido com os livros, a literatura e a cultura popular, tendo como grandes exemplos seu pai, o poeta Maximiano Campos; seu tio, Renato de Carneiro Campos; e seu vizinho, amigo e grande mentor, Ariano Suassuna, que o definia – abro aspas – “não como um novo Arraes, mas como um Arraes novo”.

Seguindo a trilha do avô, Eduardo atuou inicialmente como Oficial de Gabinete. Pouco tempo depois, como Chefe de Gabinete do Governador Miguel Arraes, familiarizou-se com a realidade política, econômica e social do nosso Estado de Pernambuco. Foi um período em que Eduardo Campos conviveu com Parlamentares, líderes empresariais e comunitários, sindicalistas, prefeitos, gestores públicos, autoridades dos poderes constituídos, formadores de opinião e gente do nosso dia a dia.

Deste aprendizado, resultou a conquista do primeiro mandato de deputado estadual, em 1990, já filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). A percepção da realidade nacional impulsionou Eduardo Campos para a conquista de um mandato no Congresso Nacional, em 1994, ao tempo em que Miguel Arraes era reeleito para o terceiro mandato de Governador de Pernambuco.

Na época, como prefeito da minha Petrolina, após eu ter exercido mandatos de Deputado Federal eleito em 1986 e 1990, votei e apoiei Eduardo Campos para a Câmara dos Deputados. Licenciado do mandato federal, Eduardo assumiu a Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco. Ao final dessa missão, Eduardo renovou o mandato de Deputado Federal com a maior votação do Estado naquelas eleições, o que o projetou nacionalmente.

Reconhecido como liderança nacional emergente, Eduardo Campos foi convocado pelo então Presidente Lula, em 2004, para assumir o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A pedido do Presidente, faço esta interrupção convidando para compor a Mesa o Ministro das Cidades, Ministro Gilberto Kassab. (*Palmas.*)

Reconhecido como liderança nacional emergente, Eduardo Campos foi convocado pelo então Presidente Lula, em 2004, para assumir o Ministério da Ciência e Tecnologia. Uma das mais importantes realizações de sua gestão na Esplanada foi a aprovação da Lei de Inovação Tecnológica, considerada um marco regulatório entre as instituições de pesquisa. Outra iniciativa também relevante foi a aprovação do Programa de Biossegurança, que autorizou a utilização de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa científica.

Eduardo revelou ao País grande capacidade de articulação política, de trânsito fácil entre as diversas correntes do Congresso Nacional, contribuindo para estancar os efeitos da crise política que já assolava o Brasil.

Em 2005, Eduardo Campos assumia a presidência do nosso Partido Socialista Brasileiro, na sucessão a Miguel Arraes. Foi reeleito e reconduzido ao cargo, por aclamação, até 2014.

Em 2006, mesmo constando das pesquisas iniciais com apenas 3% da preferência do eleitorado e estando em confronto com as estruturas partidárias do então candidato Humberto Costa e do ex-Governador Mendonça Filho, Eduardo candidatou-se ao Governo de Pernambuco.

Com uma campanha contagiante, mobilizou a militância, conquistando eleitores com boas propostas, e chegou ao segundo turno, quebrando a polarização política que caracterizava o Estado. A vitória veio em resposta ao seu trabalho e à sua luta, tornando-se Governador dos pernambucanos a partir de 2007. Reeito Governador, com aprovação popular recorde – mais de 80% dos votos –, Eduardo consagrava-se líder político em Pernambuco, aumentando ainda mais sua visibilidade nacional.

Governou o Estado durante 7 anos e 3 meses. Sob a liderança de Eduardo, Pernambuco cresceu acima da média nacional. Os investimentos públicos somaram, em média, mais de R\$2,4 bilhões por ano.

O governo de Eduardo também atraiu cerca de 78 bilhões em investimentos privados por meio de empresas que se instalaram em todo o Estado, criando e adensando novos polos de desenvolvimento.

Na área da segurança, o programa Pacto pela Vida reduziu o índice de homicídios em quase 40%. Tanto que a Organização das Nações Unidas concedeu um prêmio ao Governo do Estado em reconhecimento ao êxito do programa.

O índice de desenvolvimento da educação básica evoluiu quase 15% no período entre 2007 e 2011. Como parte do programa Ganhe o Mundo, quase 3 mil alunos participaram de intercâmbio em países como os Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Chile, Argentina e Espanha.

Recente pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o Inep, ligado ao Ministério da Educação, revelou que seis escolas públicas de Pernambuco estão relacionadas entre as dez melhores do Brasil no *ranking* de desempenho do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem. Essas também foram sementes plantadas no Governo Eduardo Campos, que deu grande prioridade à educação. Para ele, as políticas públicas deviam ter como objetivo dar vida às vidas das pessoas. E foi por isso que ele fez, e fez muito.

Cumprindo promessa de campanha, Eduardo construiu três novos hospitais na Região Metropolitana do Recife – os hospitais Pelópidas Silveira, Dom Helder Câmara e Miguel Arraes – e 14 Unidades de Pronto Atendimento, as UPAs. Entre 2006 e 2013, a expectativa de vida em Pernambuco aumentou em 3,7 anos, superando a média da Região Nordeste, e a taxa de mortalidade infantil foi reduzida em 47%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Governador, Eduardo Campos imprimiu uma marca de gestor moderno e inovador, trazendo práticas da iniciativa privada para a gestão pública, elencando prioridades, es-

tabelecendo metas e cobrando resultados. Implementou um modelo de gestão reconhecido e premiado. Com trajetória ascendente, Eduardo estava preparado para exercer o cargo mais relevante da República.

Tinha sempre em mente que o dever do governante era fazer entregas à população, sobretudo à mais carente. Como ele gostava de dizer – abro aspas –, “É preciso colocar a máquina do Estado para moer em favor dos que mais precisam”.

Assim era Eduardo: um líder inspirador, revelador de talentos; um governante próximo ao povo, um político habilidoso e ousado; um construtor de pontes, amigo fiel e leal aos amigos; pai e marido amoroso e presente, que, apesar da sua intensa rotina de trabalho, sempre encontrava tempo para estar próximo à família.

Eduardo era ousado, não temia desafios. Tinha coragem para lutar, para se superar e imensa capacidade de tirar projetos do papel.

Era capaz de unir a todos, como fez em 2014, agregando os pernambucanos, todos os ex-governadores e as mais expressivas lideranças políticas e sociais do Estado. Colocou-se, mais uma vez, em uma disputa que muitos diziam ser impossível, buscando quebrar a polarização política brasileira. Ele comentava que “o povo estava cansado da disputa do passado com o presente”.

Nas últimas caminhadas por Pernambuco, quando tivemos nossos derradeiros contatos, Eduardo demonstrava esperança, entusiasmo e certeza. Ele dizia: “Fernando, quando eu sentar naquela bancada do Jornal Nacional, começará, de fato, a minha campanha para ser presidente do Brasil”.

Infelizmente, Eduardo, quando o Brasil te conheceu, o Brasil te perdeu. Se vivo estivesse, ele seria uma voz indispensável para o atual momento de crises, dúvidas e incertezas que o nosso Brasil atravessa. Ele agregaria, certamente, as lideranças, construiria pontes e trabalharia olhando para frente, porque Eduardo não fazia política pelo retrovisor, ele tinha os olhos postados no futuro.

Mas a vida foi breve para Eduardo Campos em sua profícua trajetória política.

Eduardo, amigo, estamos aqui hoje, reunidos para homenagear a sua vida e o seu legado! Nós, do Partido Socialista Brasileiro, temos a missão de manter a chama da esperança acesa, de não desistir do Brasil, de dar o melhor de cada um de nós, inspirados em você e na sua luta. Pretendemos, com a força de seu exemplo, construir o futuro desta Nação. Um futuro onde o filho do rico e o filho do pobre possam estudar na mesma escola pública, que era o que você desejava, que era o que você sonhava!

Deixo aqui, com emoção, um abraço e apresento as justificativas da ausência da família de Eduardo, de Renata, de D. Ana Arraes, de Maria Eduarda, de João Pedro, de José, de Miguel e de Antônio Campos, porque eles tiveram que se deslocar para Pernambuco, onde hoje se presta também grande homenagem a Eduardo, com a celebração de uma grande missa no Bairro de Casa Forte, na igreja que ele frequentava.

Quero aqui, portanto, estender os meus sentimentos e a minha homenagem a toda a família de Eduardo. Viva, sempre, Eduardo!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Roberto Rocha, autor da proposição desta sessão e que preside este ato; Ex^{mo} Sr. Senador Fernando Bezerra; Ex^{mo} Ministro Gilberto Kassab; Ex^{mo} Sr. Governador Rodrigo Rollemberg; Dr. Carlos Siqueira, Presidente Nacional do PSB; Governador, Senador Renato Casagrande; Sr^a Emília Ribeiro; Márcia Rollemberg, Primeira Dama do Distrito Federal; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores; convidados, eu tenho, em primeiro lugar, um agradecimento a fazer ao Senador Alvaro Dias, que permutou o seu lugar nesta tribuna, porque pretendo, tão logo termine a minha fala, retornar ao Nordeste para participar, se houver tempo ainda, da missa em homenagem a Eduardo.

Fernando acaba de fazer um relato que será sempre incompleto – repito: será sempre incompleto – da trajetória do homem público, eloquente, competente, comprometido, idealista que foi Eduardo Campos.

Eu vou trazer um depoimento de caráter muito pessoal, pela convivência fraterna, pedindo que minhas emoções sejam controladas, porque, de Eduardo, guardo, talvez, as mais importantes lembranças de minha trajetória, porque com ele construí uma relação de fraterna amizade, de genuína amizade, de bem-querer verdadeiro, e pude conhecê-lo nos momentos de minhas maiores dificuldades.

E a vida é assim: o poder tem a capacidade de revelar o caráter das pessoas. Engana-se quem acha que poder tira caráter ou dá caráter a quem quer que seja. O poder apenas revela o caráter. E foi no exercício do Governo de Pernambuco, quando também eu governava o vizinho Estado da Paraíba, que construímos essa relação mais próxima e que já vinha de muitos anos. Com as vicissitudes da vida, encontrei na mão sempre firme, amiga e solidária de Eduardo Campos, gestos que ficarão para sempre guardados em meu coração.

“Cunha Lima” – dizia ele –, “eu também já beijei o tatame. Eu também já beijei o tatame.” E, a partir dali, construímos uma relação – que já registrei aqui – de fraternidade, de carinho, de amor verdadeiro. Eduardo é daquelas pessoas com que você tem gosto de estar junto. Estar ao lado de Eduardo Campos era sempre uma alegria por sua descontração, por sua presença de espírito, por sua capacidade de desanuviar qualquer ambiente, por mais austero que fosse, com aqueles olhos vivos e intensos, com uma capacidade de contar causos e de fazer com que as pessoas se sentissem próximas a ele, ao lado dele, junto com ele.

É muito difícil, Senador Aécio Neves, trazer esta palavra neste instante, porque, de fato, Eduardo faz uma falta enorme em todos os aspectos, em todos os sentidos.

Portanto, em meu nome pessoal e em nome da Bancada do PSDB, que aqui tenho a honra de liderar, trago esta palavra testemunhal desse apreço, desse carinho, dessa relação fraterna, sem entrar em muitos detalhes para que a emoção que sinto neste instante não me traia, e transmito à Ana Arraes, à Renata, ao João, ao Pedro, ao José, à Maria Eduarda e ao pequeno Miguel o beijo mais escolhido e o meu melhor e mais escolhido abraço neste instante de saudade.

Que viva Eduardo Campos! Viva sempre, como exemplo, como referência, como paradigma de quem sempre acreditou e jamais desistiu do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Rocha; Senador Fernando Bezerra; Governador Rodrigo Rollemberg; Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira; ex-Senador e ex-Governador Renato Casagrande, que faz muita falta nesta Casa; representando o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Aldo Rebelo, a Secretária Emília Ribeiro; esposa do Governador, Sr^a Márcia Rollemberg; Vice-Governador de Rondônia, Daniel Pereira; Secretário do Ministério do Turismo, Alberto Alves; Secretário de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal, Marcos Pacco; presidente da Associação dos Servidores das Agências Reguladoras Federais, Sr. Thiago Cardoso Henriques Botelho; Ministro Kassab; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras; amigos de Eduardo Campos; representantes do seu Partido, o PSB; minha saudação especial ao Senador Valadares, com as homenagens póstumas ao Pedrinho Valadares, que foi um grande amigo; senhores e senhoras; a minha homenagem também a Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, ex-Senadores, lideranças nacionais de reputação, credibilidade e exemplaridade. Fazem muita falta também ao Senado neste momento de transição da vida pública brasileira.

Eduardo Campos saiu de cena de forma abrupta, interrompendo um *script* a serviço da democracia de alta intensidade. A dor e o sentimento da perda de Ana, de Renata, dos filhos Maria Eduarda, João Henrique, Pedro Henrique, José Henrique e do pequeno Miguel foram partilhados em grande medida por toda sociedade brasileira. Foi um momento traumático para toda a Nação, que assistiu ao trágico acidente aéreo que ceifou a vida de um brasileiro detentor de todas as credenciais para contribuir com as mudanças que o Brasil espera.

Eduardo Campos deixou uma lacuna abissal na esfera pública, desfalcando o time de políticos de ascendente trajetória política, de liderança incontestável. O seu legado de esperança é um patrimônio valioso e que não pode se dissipar em meio à crise política e de valores que vivenciamos. Precisamos defender arduamente essa herança, esse legado. Eduardo Campos clamava pelo resgate do bom debate, da utopia, da leveza e o respeito da sociedade. Seu chamamento emblemático deve ser amplificado: “não podemos desistir do Brasil”. A sua indignação, o seu sonho, o seu desejo de ter um Brasil melhor, são postulados que devem ser reafirmados no marco de sua máxima: “Não vamos desistir do Brasil”. A consciência plena sobre a necessidade de criação de uma sociedade mais justa, de fazer diferente, da coragem de operar mudanças, sem dúvida, ilustra o rico acervo do ideário de Eduardo Campos.

É inegável que, com base na sua legenda partidária, o PSB, um partido político estruturado e que se apresenta como uma alternativa legítima no mosaico da democracia brasileira, ele enxergou com nitidez a necessidade de construir um novo tempo, livre das amarras de um modelo abjeto de administração pública que impera em nosso País.

Em que pese a envergadura do desafio, Eduardo Campos sabia que as instituições da República, em particular os Poderes constituídos, não podem cultivar o sentimento de intimidação, nem retardar a realização da tarefa.

A corrupção, em qualquer governo, não pode ser adotada como método administrativo, nem a ineficiência pode ser acolhida como modelo de resultado de gestão. Quando o Chefe de um Poder constituído sabe e nada faz para coibir severamente a prática da corrupção em sua instituição ou finge não saber de sua existência, deixando atuarem os corruptos e prevalecer a ineficiência, efetivamente atua de maneira imprópria, abusa da confiança pública, serve de exemplo negativo a seus subordinados e macula a reputação das instituições.

Infelizmente, no Brasil, corrupção e ineficiência tornaram-se marca na última década. O custo cívico e financeiro para as gerações atuais e futuras desse desmando, dessa institucionalização do balcão de negócios é incomensurável, gigantesco, colossal. A população brasileira, que trabalha arduamente, não merecia o que está recebendo em troca dos impostos que paga – muito menos expor seus filhos a exemplos tão repugnantes, patrocinados por homens e mulheres maduros que deveriam se envergonhar com as notícias que leem sobre suas próprias práticas.

A relação público-privada em bases de compadrio não pode e não deve mais florescer no Brasil.

“Não podemos desistir do Brasil.” Eduardo lançou sua crença, sua fé, sem esquecer o resgate da utopia e da leveza.

Eduardo faz muita falta ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Senadora Marta Suplicy, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezado Senador signatário desta homenagem, Senador Roberto Rocha; Senador Fernando Bezerra; querida Márcia Rollemberg; Rodrigo Rollemberg, Governador do Distrito Federal; Ministro das Cidades, Gilberto Kassab; Presidente Nacional do PSB, caro Carlos Siqueira; Presidente da Fundação João Mangabeira, Governador do Estado do Espírito Santo no período de 2011 a 2014, Sr. Renato Casagrande; representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, a Secretária-Executiva Emília Ribeiro; caros amigos e admiradores de Eduardo Campos, muitos dos que me antecederam já falaram tantas coisas, mas, lendo com cuidado a sua também escrita biografia, o que nós percebemos é a determinação, o encantamento pela política e também a rapidez com que decidia e assumia seus compromissos.

Muito cedo na vida, ele escolheu a sua companheira. E, muito cedo na vida, ele formou uma sólida família. Embora tenha passado um curto tempo com sua a família, ele pôde encaminhar muitos dos mais velhos e ter uma relação profunda, apesar de todo o trabalho com que ele se envolvia. E aí ficam laços e marcas para o resto da vida.

Essa é uma característica importante de alguém que muito cedo percebeu qual era a sua vocação. Podia ter sido outra. Seu pai vinha de outra estirpe, de outra lide, mas ele teve a força muito intensa do seu avô, da sua mãe, e logo decidiu para onde ia. Assim como decidiu as primeiras escolhas afetivas, ele também decidiu o seu caminho, a sua vocação.

Eu fiquei muito impressionada e até fui perguntar ao Carlos se ele tinha mesmo terminado a faculdade aos 20 anos. O Carlos falou: “Olha, foi muito cedo, não sei se com 20 ou 21, mas foi algo por aí”. Então, eu continuei a ler para saber mais detalhes. E tudo foi muito cedo, muito intenso, muito inovador, muito rápido e muito decisivo também.

Decisivo neste sentido: ia estudar nos Estados Unidos, mas abriu-se a oportunidade de então trabalhar com o avô, e a decisão: ficar com o avô. Depois, outras decisões também mostram muito essa sua característica: ter sido chefe de gabinete; a visão de ter criado a primeira Secretaria de Ciência e Tecnologia do Nordeste e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco; também quando, em 1991, ele ingressou no PSB. Elegeu-se Deputado Estadual, Deputado Federal, foi Secretário da Fazenda, reelegeu-se Deputado Federal com a maior votação já obtida no Estado.

Um Deputado sempre brilhante que, no seu terceiro mandato, já era articulador do Governo Lula na reforma da Previdência e na reforma tributária. Em 2004, foi Ministro da Ciência e Tecnologia, reelaborou todo o Plano Estratégico, revisou o Programa Espacial Brasileiro e o Programa Nuclear Brasileiro, articulou a aprovação do programa de biossegurança, que permite a utilização de células-tronco embrionárias para fins de pesquisa e transgênicos, e assumiu a Presidência Nacional do PSB em 2005; depois, em 2006, concorreu e ganhou o Governo de Pernambuco. Com o governo bem avaliado, popularidade em alta, concorreu e foi reeleito em 2010.

Com sua condução, Pernambuco foi um exemplo: cresceu acima da média nacional – 3,5% em 2009, num momento difícil – e os índices de violência caíram, com o Programa Pacto pela Vida. Na saúde, também a sua gestão foi um marco: Pernambuco se firmou como o Estado nordestino com maior ganho de anos de expectativa de vida – 72 anos –, superando a média de toda a região. Entre 2007 e 2011, Pernambuco registrou um crescimento de 14,8% – dá saudade, não é? – no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, número que superou em mais de duas vezes a média nacional. Quer dizer, uma trajetória excepcional.

Além dessas homenagens, temos de fazer uma reflexão profunda em favor do nosso País – ele dizia sempre: “Nós não vamos desistir do Brasil” –, que precisa de homens e mulheres com a sua fibra, com a sua força; a força de um homem ousado, um homem conciliador, um homem de visão, inovador, que se dedicou à política, que é o grande instrumento de mudança do mundo e da vida das pessoas.

Que ele seja para sempre uma grande inspiração para todos nós, para o seu partido, que agora tem um novo timoneiro, Carlos Siqueira, grande amigo pelo qual tenho enorme respeito e amizade. Um grande abraço a toda a Bancada de, também, amigos aqui do Congresso Nacional.

E quero dizer para o Eduardo que a sua luta continua em todos nós.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Obrigado, Senadora Marta. Senador Carlos Valadares, V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Roberto Rocha, autor do requerimento e Senador emérito do PSB do Maranhão; Governador Rodrigo Rollemberg e Márcia Rollemberg; Presidente Carlos Siqueira; colega e companheiro Fernando Bezerra; Emília Ribeiro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; Presidente Casagrande, da Fundação João Mangabeira; Senadores e Senadoras; autoridades; convidados para esta solenidade, acho que os oradores que me antecederam se expressaram da forma mais adequada possível, retratando e expressando, em uma síntese extraordinária, a personalidade e a figura – podemos dizer – inesquecível e histórica de Eduardo Campos.

Pelo exemplo edificante que ele deixou para todos nós e para os mais jovens de como se deve empreender a luta política, respeitando o adversário, utilizando-se desse instrumento de articulação do ser humano com outros seres humanos, para fazer o bem e trabalhar em benefício da humanidade.

Eu me recordo – e eu quero aqui expressar a minha saudade daquele tempo – de quando ingressei no PSB, em uma solenidade, em um evento que foi realizado na Assembleia Legislativa do meu Estado, com a presença do saudoso Miguel Arraes; do nosso grande Líder, Eduardo Campos, então começando a sua vida pública; e de Pedrinho Valadares, meu sobrinho, que fez toda a articulação política para que eu ingressasse no PSB, 20 anos atrás.

Memorizo esse fato para deixar bem claro que o que motivou a minha presença no PSB foi, acima de tudo, o ideal desse Partido em lutar pela igualdade, pela correção das injustiças sociais, pela liberdade, pela democracia, pelo respeito ao cidadão e aos ditames formulados pela população quando elege um cidadão para governar um Município, um Estado ou a Nação.

E é dentro desse prisma que eu continuo a achar que o espírito de Eduardo Campos continua entre nós, um homem que nunca desistiu de sua ação. Desde o início, desde os primórdios, quando ainda estudante muito jovem da Universidade Federal de Pernambuco, como jovem estudante de Economia, já era eleito presidente do diretório daquela faculdade, um demonstrativo de sua inclinação, do seu pendor para a política, para a execução, num amanhã, de um projeto em favor de Pernambuco, em favor do Brasil.

A lembrança de Eduardo Campos significa, antes de tudo, um estímulo para que continuemos a sua luta, para que edifiquemos o seu trabalho e para que tenhamos a sua personalidade como exemplo para as gerações atuais e as futuras gerações. Quando ele afirmava: “No dia em que o pobre e o rico, o político e o cidadão, o empresário e o trabalhador estudarem na mesma escola, nesse dia, teremos o Brasil que queremos”. Essa sua pregação, ele o fazia, de uma forma ideal, acreditando que o nosso País, através de uma luta para equilibrar a economia, o social, a ética e a decência, alcançaria um dia essa igualdade tão perseguida, ao longo de tantos anos, na história da humanidade.

Eduardo Campos, quando afirmava que o Nordeste não era problema, mas era uma solução, era uma parte da solução do Brasil, é porque ele acreditava na potencialidade da nossa região, nos seus recursos naturais, que são imensos, na força do homem nordestino, na sua coragem, na sua energia para derrubar as dificuldades das secas e das cheias, porque, segundo ele, na palavra do grande poeta, “o nordestino é, acima de tudo, um forte”.

Quando, finalmente, ele disse aquela frase que ecoou em todo o Brasil e em todo o mundo, principalmente, depois de sua morte: “Não vamos desistir do Brasil” é porque ele acreditava que, apesar dos percalços vividos pela Nação, das dificuldades de entrosamento entre os políticos, do bloqueio para a execução de programas sociais, na busca da igualdade, apesar da corrupção desenfreada, da falta de ética, em muitos lugares deste País, ele acreditava que, através de uma luta de todos nós, uma luta consciente, engajada com o Brasil, com o sonho de todos nós, que trabalhamos nas escolas, nos campos, nas cidades, haveríamos de encontrar um Brasil melhor no futuro.

Por isso, as minhas homenagens a esse grande homem público que fez história, ainda tão jovem desaparecido do nosso meio, mas cuja memória haverá sempre de assinalar o momento de alegria, de virtude e de engrandecimento do Nordeste e do Brasil.

Agradeço, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Dando prosseguimento à sessão, nós vamos alternar os oradores Parlamentares com os nossos convidados da mesa. Assim, nós convidamos o Governador Rodrigo Rollemberg para fazer uso da palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG – Prezado Senador Roberto Rocha, Presidente desta sessão, cumprimento V. Ex^a e os demais signatários desta homenagem. Prezado Senador amigo Fernando Bezerra; prezado Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira; prezado Renato Casagrande, Presidente da Fundação João Mangabeira, ex-Governador do Estado Espírito Santo e ex-Senador; prezada Emília Ribeiro, Secretária-Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, aqui representando o Ministro Aldo Rebelo; prezada Márcia, minha companheira; eu cumprimento aqui os colegas, amigos Senadores, Senadoras, Deputados aqui presentes e cumprimento, de forma muito especial – é uma alegria poder revê-lo –, o nosso Senador Pedro Simon. É uma inspiração poder vê-lo aqui, Pedro, é uma alegria muito grande. (*Palmas.*) Cumprimento também o nosso Senador Cristovam Buarque, Senador de Brasília, também amigo do nosso Eduardo Campos, e cada uma e cada um dos companheiros aqui presentes.

Hoje, eu amanheci com um vazio imenso, com uma saudade profunda, muito profunda, desse companheiro, desse amigo, desse conselheiro, desse líder que foi Eduardo Campos. E eu fiquei pensando na trajetória do Eduardo Campos e no que faz uma pessoa com um futuro tão brilhante, uma pessoa tão dedicada ao País, ao seu povo, ter partido de forma tão trágica e tão rápida. E eu fiquei pensando que só há uma forma de homenagear Eduardo Campos e retribuir a amizade de Eduardo Campos: é dando o melhor de nós, do nosso trabalho, do nosso compromisso, do nosso esforço para construir um Brasil melhor.

Eu tive o privilégio de conviver de muito perto com Eduardo Campos e tive o privilégio de trabalhar com Eduardo Campos. Eu tenho convicção de que, se hoje eu ocupo esta tribuna na condição de Governador – eu a ocupei na condição de Senador e de Deputado, antes de ser Senador e Governador –, muito eu devo à convivência que tive com Eduardo Campos e ao aprendizado que tive nessa convivência com Eduardo Campos.

Eu me lembro de quando fui trabalhar com Eduardo no Ministério da Ciência e Tecnologia. Ali eu pude conhecer com profundidade o ser humano e a liderança que era Eduardo Campos. Primeiro, a sua capacidade de trabalho era uma coisa impressionante. Eduardo Campos era uma pessoa que sempre chegava muito cedo ao trabalho, que trabalhava até muito tarde, que tinha uma capacidade impressionante de coordenar e que tinha uma capacidade impressionante de animar as pessoas. Como ele mesmo dizia, ele era um tirador de leite, se referindo ao seu hábito de acordar muito cedo. O que impressionava é que Eduardo sempre tinha um bom humor impressionante, uma alegria impressionante. E esse bom humor, essa alegria, essa crença no futuro nos animavam a todos. E ele gostava de dizer que sem animação ninguém ia a lugar nenhum. E ele sabia fazer isso como ninguém.

Outra característica que aprendi com Eduardo Campos foi o profundo respeito pelas pessoas. Ninguém aqui conseguia ouvir da boca de Eduardo Campos uma palavra de ofensa aos seus adversários. Ele fazia sempre a crítica no campo político e era sempre extremamente respeitoso com as pessoas, o que lhe permitiu, ao longo da sua vida, fazer alianças que pareciam inimagináveis, unindo polos políticos que se confrontaram ao longo de muitos anos, mas que, em determinado momento, se uniram em defesa dos interesses do Brasil. Isso só foi possível por essa característica.

Eduardo Campos era um grande gestor, um gestor que coordenava sua equipe, acompanhava, monitorava semanalmente, cobrava resultados e sempre nos colocava desafios, para que pudéssemos conquistar mais.

E eu tenho convicção de que a sua passagem pelo Ministério da Ciência e Tecnologia foi fundamental para forjar o político nacional, para tirá-lo da esfera de grande liderança regional, que já era, para transformá-lo numa grande liderança nacional. Muito rapidamente, com a sua capacidade de ouvir, ele trouxe para perto de si a comunidade científica e com ela construiu uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior com os olhos voltados para o futuro. Eu me lembro de algumas conversas desse tempo, lembro-me de uma conversa com a pesquisadora Bertha Becker, da Amazônia, quando, ao final da conversa, ele dizia que a forma mais inteligente e mais eficiente de proteger a Amazônia era através do conhecimento. Eduardo também dava uma importância fundamental àquelas áreas estratégicas, como a política nuclear, como a política espacial, como a política de biomassa, como as áreas voltadas à fronteira do conhecimento.

Eduardo, além de ter os olhos voltados para o futuro, tinha a sua vida e a sua atuação política fincadas na realidade do povo, na realidade do povo mais pobre deste País. Desde cedo, conviveu com Miguel Arraes, grande liderança popular, que teve a sua vida toda vinculada à trajetória da população mais pobre. E Eduardo nunca, jamais abriu mão desse seu vínculo com a população mais pobre deste País. Era para esse povo que Eduardo trabalhava.

Eduardo, ao contrário da maioria dos políticos, era uma pessoa que tinha sempre uma posição muito firme. Ninguém jamais o viu em cima do muro, ele sempre teve posição, sempre teve posições corajosas, que,

muitas vezes, confrontavam com o *status quo*. Era uma pessoa que sempre teve um grande respeito e sempre valorizou a diversidade.

Ele teve uma capacidade de articulação impressionante. Foi essa capacidade de articulação, com apoio de Deputados e Senadores de todos os partidos, de todos, indistintamente, que fez aprovar no Congresso Nacional a Lei de Inovação, que fez aprovar a Lei de Biossegurança, que aprovou a liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias. Era essa capacidade de diálogo, essa capacidade de articulação.

Neste momento da vida pública do nosso País, eu queria ressaltar uma qualidade do querido Eduardo Campos - e aqui eu cumprimento a sua família - que está fazendo muita falta neste momento, que é a valorização da política, a valorização da política com P maiúsculo, a valorização da política como um instrumento de superação de crises, de construção de consensos, a partir da percepção de que a política é um instrumento para melhorar a vida das pessoas, um instrumento para fazer as pessoas mais felizes. Nisso, Eduardo era um craque. E ele tinha essa capacidade exatamente pelo respeito, que construiu ao longo da sua trajetória, de ter uma palavra firme, de ter uma palavra honrada, de respeitar posições diferentes, de jamais entrar no plano pessoal, o que lhe permitiu ser um construtor de pontes, característica que está fazendo muita falta neste momento da história do nosso País.

Eu quero aqui, neste momento, homenagear a família de Eduardo Campos e mandar um abraço para a Renata, para o João, para o Pedro, para o José, para a Eduarda, para o Miguel, para a sua mãe, D. Ana Arraes.

Eu quero cumprimentar também as famílias daqueles companheiros que acompanhavam Eduardo Campos nessa trajetória: Pedro Valadares, Carlos Percol, Alexandre Severo, Marcelo Lira, Marcos, Geraldo Magela.

E, neste momento da vida nacional, nós temos que nos inspirar no exemplo de Eduardo Campos para buscar forças, para buscar energia, a fim de que possamos construir um ambiente de diálogo que permita apontar para o futuro, não fazendo concessões, mas com posições firmes na necessidade de construir um Brasil justo, solidário, generoso. Quando Eduardo disse aquela frase: "Nós não vamos desistir do Brasil", ele estava falando desse Brasil justo, solidário e generoso.

E, na última vez em que eu falei com Eduardo Campos, ao entrar num evento e ligar para ele, para comentar sua entrevista no Jornal Nacional, nós falávamos num tom bastante descontraído, quando eu disse a ele que minha mãe tinha assistido à entrevista e comentado, muito satisfeita, que ele tinha ido muito bem. E, na última frase que ouvi de Eduardo Campos, ele me disse: "Se prepare: você vai ser Governador de Brasília". Ah, se ele soubesse a falta que ele faz nos momentos de dificuldade, a falta de poder ligar para Eduardo e compartilhar as dificuldades, para ouvir dele um conselho, ouvir dele uma palavra de animação, uma palavra de otimismo, que eram as palavras que estavam sempre em sua boca, estavam sempre em seu coração.

Eduardo, é pensando, é olhando para o seu trabalho, para suas realizações no Ministério da Ciência e Tecnologia, para suas realizações como Deputado, para suas realizações como Governador de Pernambuco, que priorizou, Cristovam, a educação – Pernambuco é o Estado de menor diferença entre as escolas privadas e as escolas públicas, um Estado sem as mesmas condições que outros, mas que mais avançou na educação integral, em tempo integral –, é olhando para a sua trajetória de realizações que nós vamos buscar inspiração para ouvir as suas palavras de animação, as suas palavras de otimismo, as suas palavras de fé no futuro, de fé no Brasil.

Fica aqui um grande abraço ao amigo, companheiro e líder insubstituível, Eduardo Campos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Obrigado, Governador Rollemberg.

Eu gostaria, com a aquiescência dos nobres colegas Senadores e Senadoras e dos nossos convidados, de convidar para fazer uso da palavra um grande brasileiro que, durante muito tempo, honrou a convivência com esta Casa, o sempre Senador Pedro Simon. (*Palmas.*)

O SR. PEDRO SIMON – Prezado Presidente, signatário da presente sessão, Senador Roberto Rocha; Sr. Senador Fernando Bezerra; Sr. Gilberto Kassab, Ministro das Cidades; querido Governador Rodrigo Rollemberg; Presidente da Fundação João Mangabeira, amigo Renato Casagrande; Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Srª Emília Ribeiro; senhoras e senhores, vim a esta sessão porque eu achava que tinha a obrigação de estar aqui. Eu não imaginava, Sr. Presidente, a honra do convite de falar, a emoção de falar nesta Casa, numa hora tão difícil como esta que estamos vivendo, num momento tão importante quanto este que estamos vivendo!

Deus é brasileiro? A gente já tem algumas dúvidas se ele é brasileiro fanático ou ele se ele é mais ou menos. Qual é a grande verdade?

Fui grande amigo de Miguel Arraes. Eu estava no aeroporto do Rio de Janeiro quando ele chegou. Milhares de jovens já o esperavam. Não havia um serviço perfeito de alto-falante, e Miguel Arraes, com aquela sua voz rouca, falava baixinho.

Então, ele falava uma frase, e os jovens a repetiam para os que estavam atrás, eles a repetiam até chegar ao final. Quando ele terminou, foi uma choradeira. Ele mostrou que vinha de fora, disposto a recomeçar o que tinha de ser feito no Brasil, dizendo que não guardava mágoas, que não guardava ressentimentos, que apenas tinha orgulho do povo brasileiro e do que tinha feito o povo brasileiro e que se integraria. E se integrou, liderou no Brasil. Foi um dos grandes nomes que hoje faltam no Brasil.

Fui visitar Miguel Arraes Governador e conheci seu neto. Apresentou-me Eduardo com muita alegria: "Ô Pedro, você sempre diz que sou muito duro, que falo grosso. Meu neto é o contrário. Você vai gostar dele". Realmente, Eduardo podia ter todas as qualidades de Arraes, mas o defeito daquela voz rouca ele não tinha. Ele era uma simpatia, que ria, que abraçava. A pessoa se sentia à vontade, sentia que aquele abraço era do coração, era do sentimento.

Foi um grande Governador. Foi eleito e reeleito. Pertenceu sempre ao Partido Socialista. Nós estamos numa geração em que aqueles que pertenceram a um partido só são muito estreitos. Somos trinta e tantos e, conforme for, vamos para cinquenta e tantos. Não sei.

Ele defendia suas ideias, seu pensamento. Integrou o Governo Lula. Chegou determinado momento, uma hora difícil, uma hora em que, no fundo, não se sabia qual caminho seguir. Era um partido que estava no Governo, que buscava manter-se por mais quatro anos, indo para 16 anos. Outro partido que estava há 12 anos fora queria voltar. Mas não se tinha um sentimento realmente do que era. E aparece Eduardo Campos. Ele aparece com uma plataforma de amor, de paz, de carinho, de reconciliação, de entendimento, chamando todos, buscando uma proposta para o Brasil. E ele empolgou! Ele, realmente, empolgou!

Eu me empolguei com ele, porque vi o seu sentimento e suas ideias, primeiro, por seu governo, pelas realizações que ele fez em seu governo, pela sua grande presença. A gente fala bonito, mas falar bonito a gente fala daqui para adiante. Mas, para a gente acreditar que daqui para adiante ele pode fazer, nós temos de olhar o que ele fez atrás. E a obra que ele fez em Pernambuco se distanciava de tal maneira e com tal grandeza que valia a pena.

Uma das coisas que admirei ali foi sua reconciliação com Jarbas Vasconcelos. Jarbas e Arraes eram dois homens íntimos. Jarbas foi o maior amigo, o maior irmão que Arraes teve quando desembarcou no Brasil. Jarbas ficou ao lado de Arraes contra Marcos Freire, contra todos. Ele estava identificado com Arraes. Por essas coisas que aconteceram, traçaram caminhos opostos. Mas seu neto se reconciliou. E Jarbas estava ali integrado no sentido de que ele também achava que, naquela hora de confusão e de dificuldades, o homem que significava a expectativa de que teríamos um governo sério de todos para todos era Eduardo.

Havia a candidatura da Marina, que tinha obtido 20 milhões de votos na eleição anterior. Marina é mais para santa do que para política. Sua pureza de ideias, sua pureza de sentimentos, a quase ingenuidade com que ela acredita que aquilo que ela fala, por ser algo certo, vai ser realizado, tudo isso fazia com que todos a admirassem. Eu tinha um carinho muito especial por ela.

Houve uma atitude que até hoje não entendo. Perdoe-me o Tribunal Superior Eleitoral, mas digo que foi uma decisão política não dar registro ao partido de Marina. Eram milhões de assinaturas, e negaram o registro, enquanto alguns partidinhos, que não se sabe de onde vieram, de repente, estavam registrados. Foi uma decisão política com o sentido de evitar sua candidatura. Ela estava aqui. E todos os partidos estavam à procura do que ela fazia ou não fazia.

Eu, grande amigo dela, telefonei para ela: "Marina, quero dizer o que penso. Esses partidos a estão convidando. Tudo bem! Mas vai ser uma composição sem nenhum significado, sem nenhum conteúdo. Não vai somar nada, Marina. Se queres realmente somar, fale com Eduardo Campos. Acho que, neste momento em que fizeram essa injustiça contigo, se tu te unires a Eduardo, a dupla vai ser espetacular." Marina concordou na mesma hora. Nem falei com ela quem seria o candidato a Presidente, se seria ela ou o Eduardo. Eles apenas se acertaram.

Pedi para Jarbas o telefone do Eduardo, e ele me deu. Telefonei para o Eduardo: "Olha, Eduardo, tenho de falar." "Pois não. Vamos falar." Aí contei o caso: "Eduardo, a Marina concordou e está disposta a conversar contigo para vocês se acertarem." "Estarei lá." "Como vai fazer?" "Estou em Paris." Aí morri de vergonha. Ele estava em Paris, e eu estava pensando que ele estava em Recife. Ele disse: "Estou em Paris, mas o que eu tinha de fazer em nível de governo já está feito. Eu ia passar o fim de semana, sexta, sábado e domingo, aqui em Paris. Eu pego o avião amanhã e me encontro com Marina."

Os dois se encontraram, e saiu o entendimento. Na hora, também não se falou quem seria o Presidente e quem seria o Vice. Mas era natural e lógico que o candidato seria o Eduardo. E ele iniciou sua campanha. A campanha de Eduardo e de Marina estava crescendo. Não só a campanha estava crescendo, mas, com todo respeito, os outros candidatos tinham de seguir mais ou menos aquela linha ou, então, cairiam no ridículo pe-

rante a opinião pública. A campanha deles dava grandeza ao debate e fazia com que o debate fosse feito em cima das ideias. Ela estava crescendo.

Aquela fala singela do Eduardo no Jornal Nacional foi qualquer coisa de emocionante. Ali, a firmeza dele, o conteúdo dele, a seriedade dele, a profundidade dele nos conquistaram. Eu sou cristão e sou descendente de árabes. Nós temos a palavra *maktub*, que significa “está escrito”. Aquela frase dele, ao sair dali, “não vamos desistir do Brasil”, quando eu a recebi no meu ouvido, não consegui interpretar direito. Quando soube a notícia da morte, eu a entendi. Aquela foi uma mensagem atávica, que ele, que estava sendo chamado, deu para o Brasil, pedindo para todos nós: “Não vamos desistir do Brasil”.

Acho, com toda a sinceridade, que na hora em que estamos vivendo, não podemos aqui apenas resumir esta sessão emocionante a uma homenagem a Eduardo. Se quisermos homenagear o Eduardo, se quisermos reconhecer o que foi o seu trabalho, vamos pensar que o Eduardo, esteja onde estiver, está olhando para o Brasil, está torcendo e rezando para que as coisas, neste momento, deem certo.

Creio que, como hoje, nunca se pôde dizer: “Não nos vamos esquecer do Brasil”. Realmente, nesta hora, em que as notícias e as posições parecem levar para um antagonismo total, eu diria que paira, ao lado desse radicalismo, uma busca pelo respeito integral, uma busca no sentido de que o Brasil tem saída. O Brasil tem saída! Não é o golpe, não é a radicalização, não é ver como está para ver como fica.

No Brasil, neste momento, o povo, de certa forma, está contra tudo, está magoado com tudo.

Ninguém, nem o PT, nem o PMDB, nem o PSDB, nem partido nenhum, nem entidade nenhuma pode imaginar que tem a confiança do povo, porque o povo está se interrogando e esperando o que vai acontecer.

Nesta hora, digo aqui com profunda emoção: em primeiro lugar, o que é da Justiça a Justiça tem que decidir. O juiz do Paraná, a Promotoria, o Supremo vão decidir. Não temos que afrouxar, nem abrir mão. O que é para ser cumprido que seja cumprido.

Mas nós, da sociedade, neste momento, temos que fazer um entendimento, um entendimento em que se busque uma fórmula através da qual se encontre uma solução para o encaminhamento.

A Senhora Presidente, se acha que vai sair da crise, indicando para os partidos nomearem não só os Ministros, mas também o secretário, mas também os chefes de gabinete, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê... Não é com o “dando que se recebe” que se vai resolver a crise.

Se o Presidente da Câmara, em vez do radicalismo que tem, o Presidente do Senado, o conjunto da sociedade, se reunissem... Que se estabeleça o momento: este momento é sério, é importante.

De um lado, a Justiça. O Brasil nunca mais vai ser o mesmo, meus irmãos. Eu passei 30 anos nesta Casa, exigindo o ideal da seriedade, da ética e que apurássemos não apenas o corrupto, mas também o corruptor. Nunca se conseguiu. Hoje, somos nota 10 no sentido de apurar o que deve ser apurado. Não apurar com ódio, nem com raiva, mas apurar para sepultar o país da impunidade. E podemos dizer, a esta altura, que está sendo sepultado o país da impunidade.

Mas, por outro lado, a Presidente de um lado, o Parlamento de outro, a sociedade de outro. Vamos nos reunir e fazer o momento da transição. Vamos fazer um chamamento aos melhores de todos os setores, de todos os partidos, e vamos pensar no nosso País.

Se em vez de eu estar aqui, estivesse o Eduardo Campos, a mensagem que ele estaria dizendo para os senhores, tenho convicção absoluta, seria a seguinte: “Não vamos esquecer o Brasil, nesse momento, nessa hora em que temos mágoas, em que temos ressentimento, em que temos injustiças, em que temos interesses os mais variados.” O que é bom para o Brasil é bom para o Brasil. E fazer um governo de tal natureza de entendimento, para deixar para a próxima eleição um País mais livre, mais democrata, não com 30 partidos, mas com menos partidos, se necessário; não com essa legislação com interrogação, sem a divisão do é dando que se recebe, mas partidos com ideias e com conteúdo que possam se organizar, que possam ser feitos, e poderemos chegar lá.

Estou aqui, Sr. Presidente, e agradeço essa gentileza. Eu venho lá do Rio Grande. O Rio Grande vive um momento muito difícil. Está tão complicada a nossa situação que o Governo teve que tomar uma dramática decisão entre não pagar o funcionalismo público, que se quedaria numa solução gravíssima, e atrasar a folha de uma dívida cruel, madrastra. Se a dívida não fosse do Governo Federal, se o Governo do Rio Grande do Sul não devesse para o Governo Federal, mas devesse a qualquer cidadão cobrar os juros para o Governo Federal entrar para a cadeia, ia para a cadeia. Um absurdo, pois o Governo fez esse atraso, o Governo Federal congelou no mesmo dia. O Governador veio a Brasília, com uma audiência marcada com o Sr. Ministro, mas, depois, ele tinha compromissos tão importantes que não pôde recebê-lo.

Essa situação, hoje, acontece lá, mas amanhã pode acontecer não sei onde. Estamos a entender que por aí não vamos ao caminho ideal.

Nesse momento, fecho os olhos e vejo o nosso querido Eduardo. Tenho certeza de que ele diria exatamente isto: “Não é esse o caminho.”

Há momentos na vida para tudo: para rir, para chorar, para condenar, para absolver, para lutar, para ficar na defesa.

Esse é o momento – parece mentira o que vou dizer, em meio a essa radicalização – para o amor, esse é o momento para a amizade, esse é o momento para o carinho recíproco, esse é o momento em que, na hora de construir, vamos ouvir a qualidade boa de cada um e vamos escolher os melhores.

Um beijo, querido Eduardo. Dê um abraço no teu pai.

Muito obrigado pela gentileza. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Rocha. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Nossos agradecimentos ao Senador Pedro Simon pelas sempre lúcidas e sábias palavras, que nos levam sempre a uma boa reflexão.

Queremos, neste momento, convidar o Senador João Capiberibe, Líder do nosso Partido, o PSB, do Partido do Eduardo Campos, para fazer uso da palavra.

Permita-me fazer a correção de um equívoco. Desde o início está aqui, acompanhando a sessão, vindo de São Luís do Maranhão, especialmente para acompanhar este momento, o nobre Deputado Estadual Edivaldo Holanda.

Receba nosso abraço e nosso muito obrigado.

Com a palavra o Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento, como signatário desta sessão, o Senador Roberto Rocha; o Senador Fernando Bezerra, nosso companheiro de Bancada; o Presidente do nosso Partido, Carlos Siqueira; o querido companheiro Casa-grande, membro desta Casa durante muitos anos; querida Márcia, esposa do Governador Rollemberg.

Acho que o Senador Pedro Simon esqueceu os óculos por aqui.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Ele não precisa de óculos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP.) – Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, convidados a esta sessão solene, o ano passado, 2014, foi de muita dor para o Partido Socialista Brasileiro, para Pernambuco e para o Brasil. Primeiro, perdemos Ariano Suassuna e, depois, Eduardo Campos. Perdemos dois entes que se amavam. Para Eduardo, Ariano era mais um avô, e, para Ariano, Eduardo era mais um neto.

Eduardo, Ariano, assim como Miguel Arraes, são três expoentes do nosso Partido. São mortos que nunca morrem. É preciso honrar suas memórias, merecer seus legados, saber entendê-los. Eles precisam ser lembrados nos sonhos, nas esperanças, nas certezas, para que eles não morram jamais. A perenidade de Eduardo ficou evidente com a consternação unânime que varreu o País, naquele fatídico dia de agosto, um ano atrás, com a sua trágica morte.

Comecei a minha convivência com a família Arraes na volta do exílio. Na verdade, antes da volta do exílio. Nós estávamos em meados de 1979, pouco tempo antes da Lei de Anistia, e Miguel Arraes visitou Moçambique. Uma companheira nossa, fantástica, Marluza, convidou-nos para um jantar, para ouvirmos Miguel Arraes, em Maputo. Arraes fez uma análise de conjuntura, como se tivesse acabado de chegar ao Brasil. Ele estava há 16 anos exilado na Argélia e nos falou com tanto entusiasmo que eu e minha companheira, Janete, naquele dia, tomamos a decisão de morar em Recife e trabalhar com Arraes. Isso aconteceu menos de um ano depois. Em janeiro de 80, nós nos estabelecemos em Olinda e fomos trabalhar em um centro com o Dr. Arraes. Miguel Arraes, para mim, virou Dr. Arraes, porque era assim que o povo pernambucano o chamava.

Por dois anos, trabalhei com o Dr. Arraes nessa organização, em Pernambuco. Em março de 1990, já no PSB, no qual ingressei logo após a refundação do Partido, em 1987, nós recebemos Dr. Arraes no seu retorno ao PSB.

São mais de 35 anos de relacionamento pessoal e político com a família Arraes, com a família do grande líder, do ícone do nosso campo ideológico da minha geração Miguel Arraes.

Eduardo, herdeiro político do avô, falecido coincidentemente em um mesmo 13 de agosto, deu sequência à obra de Arraes e trouxe novamente Pernambuco ao centro do cenário econômico e político. Com o avô, aprendeu a fazer articulação política e gestão pública. Eduardo pregava ao País, principalmente às novas gerações, que há formas originais, e não viciadas, de fazer política e que, em uma sociedade democrática, sem fazer política, não há mudança consistente possível. A política é um instrumento da transformação e da mudança.

Dudu, como era chamado pelo avô e por nós, internamente, dentro do Partido, tinha uma face não tão conhecida: o compromisso com a transparência, a educação, a modernização administrativa, a ciência e tecnologia. Eduardo consolidou um dos principais polos de desenvolvimento de *software* do País, dando continuidade a um programa do seu antecessor, Jarbas Vasconcelos, cujo candidato ele derrotou em 2006. A consequência desse compromisso aparece na forma dos indicadores econômicos de Pernambuco, superiores à média nacional.

Eduardo, em sua passagem pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, criou as Olimpíadas de Matemática das escolas públicas, um projeto para estimular o estudo da Matemática entre alunos e professores de todo o País e que é realizado pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (INMPA) desde 2005, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática, voltada para a escola pública, seus estudantes e professores.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas tem o compromisso de firmar a excelência com o valor maior no ensino público. Suas atividades vêm mostrando a importância da Matemática para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do Brasil. A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas atingiu, neste ano de 2015, um novo recorde de número de escolas e de Municípios participantes. Foram 47.582 escolas, em 5.538 Municípios brasileiros, e 17.970.745 alunos inscritos e que fizeram as provas da primeira fase, em 2 de junho.

Quero deixar aqui a sugestão, dada a importância da política pública e dos números que acabei de citar, de que pudéssemos homenagear Eduardo dando o seu nome às Olimpíadas de Matemática. A Bancada vai encaminhar ao MEC essa sugestão, porque essa é uma política pública que veio pra ficar.

Eduardo Campos, o nosso Dudu, é dos mortos que nunca morrem e que, mesmo ausente, continuará influenciando os nossos destinos, influenciando o destino do nosso País, pois sua última mensagem continua a pairar sobre nós: “Não vamos desistir do Brasil, é aqui que vamos criar nossos filhos.”

Muito obrigado.

Saúdo o Presidente Renan, que acaba de chegar a esta sessão solene para prestigiar esta homenagem à memória deste grande líder brasileiro que faz uma enorme falta neste momento, Eduardo Campos.

Obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Roberto Rocha deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente do PSB Carlos Siqueira.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CARLOS SIQUEIRA – Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; o Ex^{mo} Senador Roberto Rocha, do Partido Socialista Brasileiro, a quem felicito pela feliz iniciativa de fazer esta homenagem muito merecida ao nosso querido Eduardo Campos, que partiu tão precocemente do nosso meio.

Cumprimento o companheiro Renato Casagrande, ex-Senador e Presidente da Fundação João Mangabeira; a companheira Márcia, Primeira-Dama do Distrito Federal; a Secretária Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia; os Senadores e Senadoras aqui presentes; os convidados desta sessão.

Faço uma saudação especial também a alguém que, com muita alegria, revejo aqui: este grande Senador da República que acho que deveria ser Senador vitalício, o Senador gaúcho que aqui se pronunciou tão bem, o Senador Pedro Simon. Nós do PSB, não apenas o Dr. Arraes e Eduardo Campos, mas todos os socialistas do PSB, temos em V. Ex^a uma grande referência, referência não apenas para os socialistas, mas para todos os políticos que desejam o bem do nosso País.

Venho com muita emoção neste dia, porque mais ou menos nesta hora no ano passado eu chegava em Santos, logo após saber do acidente que vitimou Eduardo Campos e seus companheiros de trabalho.

No momento em que começaram a surgir as notícias, essa má notícia, essa triste notícia, conversava no comitê central da campanha, como coordenador que era de sua campanha, com o Deputado Roberto Freire, que me conduziu até Santos. E lá tivemos a triste missão de ler uma nota diante de toda a imprensa nacional confirmando, desgraçadamente, o lastimável acidente.

Hoje relembremos Eduardo, e não somos nós apenas do Partido Socialista, como aqui está provado, como se provou em Recife na segunda-feira, quando estiveram presentes àquela sessão, que inicialmente programamos para 200 pessoas – depois as pessoas querendo ir –, mais de 500, 800 pessoas, chegando a 1.200 num belo ato cívico em homenagem a Eduardo Campos.

E lá estavam, para caracterizar a sua capacidade agregadora, todos os seus antecessores governadores de Pernambuco, todos os seus adversários, os que haviam sido seus adversários. Nunca foram seus inimigos, porque ele, assim como seu Partido, não entendia adversário como inimigo, entendia adversário como adversário. É legítimo ser adversário numa democracia, é da essência da democracia admitir os adversários, eles fazem bem à democracia e, por consequência, ao Brasil. Ali estavam também setores da sociedade os mais diferenciados para reverenciá-lo.

E eu me lembrava de muitas coisas que conversamos. Ele não saiu candidato à Presidência da República por um capricho pessoal. Ele tinha uma visão crítica do que estava acontecendo no Brasil e previu algumas

coisas graves que nós estamos a viver no País neste momento, e procurou, de certa maneira, antes de tomar a sua decisão, conversar inclusive com a própria Presidente da República para apresentar certas correções de rumo que deveriam ser feitas.

Isso foi mal entendido, foi entendido como se nós estivéssemos a criticar o governo do qual participávamos. E nós decidimos, ele e nós todos, coletivamente, por unanimidade, entregar os cargos e lançar sua candidatura.

Ele dizia: “Eu não posso me lançar candidato como um projeto pessoal. Eu só posso me lançar candidato [e assim o fez] com uma plataforma política, com algo que fique, com algo que se proponha, com uma visão programática que possa deixar, ganhando ou perdendo a eleição, ideias que no futuro poderão ser aproveitadas por nós mesmos ou por outros que dêem sequência a essa fase de 30 anos de democracia que nós celebramos este ano”.

E celebramos esses 30 anos de democracia não apenas com derrotas, mas também com muitas conquistas. Lembro o papel que exerceu a frente que era o PMDB, ou MDB, com homens ilustres, frente que trouxe conquistas extraordinárias – conquistas que às vezes as pessoas esquecem –, conquistas sociais inclusive.

Não se pode dizer que os partidos que fizeram a Constituinte obtiveram apenas conquistas democráticas. Elas foram consolidadas, mas também fundaram o Sistema Único de Saúde, criaram o FGTS, elevaram a condição do trabalhador rural para receber um salário mínimo – hoje são atendidos 8,5 milhões de pessoas. Fizeram muitas coisas importantes, mas também há muitas coisas que precisam ser consertadas.

Os desafios no País são muito maiores do que as conquistas desses últimos 30 anos. E, como todo ciclo, esse ciclo democrático de 30 anos está se encerrando. Não é apenas um ciclo de governo, está se encerrando um ciclo de três décadas de política que precisa ser renovada. E ele era a esperança dessa renovação, assim como o Dr. Tancredo foi a esperança – não foi apenas a esperança, concretizou a renovação – para substituir o regime militar.

Agora, 30 anos depois, outras pessoas terão de dar sequência às ideias de quem pensava num país que não poderia ser apenas – embora isso seja muito importante – exportador de *commodities*, mas um país que pudesse industrializar seus produtos, agregar-lhes valor, que pudesse definir nichos para se desenvolver na área de ciência e tecnologia, que pudesse ter um satélite para vigiar as suas fronteiras, que são imensas – é uma vergonha, depois de tanto tempo, não termos isso, e não é por falta de dinheiro. É preciso que o País tenha soberania, e só a terá se dominar tecnologias, e só terá soberania se elevar o seu nível de educação – essa é uma grande tarefa da qual ele procurou se desincumbir e obteve resultados muito concretos em Pernambuco – para permitir a formação de mão de obra qualificada e a elevação do nível de ensino nas escolas públicas.

O Brasil só poderá ter soberania se o nosso sistema de saúde puder ser aperfeiçoado – desgrazadamente vi nos jornais hoje que existe uma ameaça de cobrança dos usuários do SUS. Já é um dos melhores do ponto de vista da concepção de sistema de saúde, nenhum dos países do nível do Brasil – China, África do Sul e Índia – tem um sistema de saúde equivalente ao do Brasil. O sistema de saúde, assistência e previdência, que no ano passado teve um orçamento R\$568 bilhões, é uma das melhores políticas sociais que o Brasil já teve.

Portanto, acredito eu, ninguém sabe porque ninguém adivinha... Muitos aqui arriscaram dizer, diante de todas essas manifestações, o que faria Eduardo Campos hoje. Eu não sei bem o que faria, porque ninguém pode adivinhar, não se pode falar sob hipótese, mas seguramente ele seria um agregador, como o foi em toda a sua trajetória, e como também foi seu avô, o Dr. Miguel Arraes, a quem homenageio aqui – há dez anos, exatamente há dez anos, no dia 13 de agosto, partiu, nove anos antes do seu neto, do seu querido neto. Então, ele certamente seria um homem de pontes, ele seria um homem de ideias.

Fala-se muito em união, e ele certamente gostaria que houvesse união para superar os problemas graves que o País vive. Mas a união não é uma abstração. A união terá que se dar em torno de coisas muito objetivas, terá que se dar em torno também de quem queira ser ajudado. Quem quer ser ajudado precisa querer, precisa solicitar, precisa ter humildade.

E é disso também, Senador Pedro Simon, que nós precisamos neste momento. Nós precisamos estar unidos nesta hora tão grave que vive a Nação, mas não para resolver problemas de pessoas e de partidos. Nós precisamos estar unidos para resolver os graves problemas econômicos e sociais, éticos, hídricos inclusive, energéticos, que foram criados nesses últimos anos, para superar as dificuldades que vive o povo brasileiro, não os partidos. Se os partidos não entenderem, se os políticos não entenderem, se os empresários não entenderem que o desafio é esse, nós estaremos optando pela psicologia do naufrágio.

O nosso Partido, os nossos Deputados, os nossos Senadores, os nossos líderes e os nossos governadores não optarão por essa solução. Nós queremos positivamente contribuir para que sejam superadas as dificuldades, com a cabeça nos problemas do País e de sua população.

Muito obrigado.

Viva Eduardo Campos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José. Em seguida, nós teremos a palavra do Governador Casagrande.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Queria cumprimentar o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros; cumprimentar nosso querido Roberto Rocha por esta importante sessão solene; cumprimentar também Fernando Bezerra; o nosso Ministro das Cidades, Kassab, que passou por aqui, mas teve que se retirar por causa do compromisso assumido de receber uma delegação internacional do Canadá, pediu-me que apresentasse suas desculpas –; queira cumprimentar o nosso Governador Rollemberg, que passou por aqui – a Márcia está ali nos representando, representando Rollemberg e Brasília –; queria cumprimentar Carlos Siqueira – aliás, fiquei muito lisonjeado ao ouvi-lo defender o SUS, que sempre foi uma bandeira histórica nossa e do Jamil, na época Ministro da Saúde; é inaceitável mexer com o SUS, temos que melhorá-lo, não retroceder, mas se essa discussão vier à baila aqui nós a enfrentaremos, porque principalmente para nós, servidores públicos que construímos o País, é inadmissível um retrocesso nessa área tão importante que é a saúde –; queria cumprimentar aqui nosso querido Casagrande, Senador desta Casa por muito tempo, Governador do Espírito Santo; queria cumprimentar a minha querida amiga Emília Ribeiro, que está lá no Ministério de Ciência e Tecnologia e aqui representa o nosso querido Aldo Rebelo, Ministro de Ciência e Tecnologia; e a Márcia, como já falei, que está nos representando e representando as mulheres de Brasília. Manifesto ainda meu orgulho de também estar aqui com os Senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, muito amigo da família.

Eu queria dizer o seguinte, pessoal. Em nome do PSD, que nesta Casa tem quatro Senadores, em nome do nosso Presidente Nacional, Ministro Kassab, quero dizer que é com muita tristeza, mas também com alegria que lembramos a vida que Eduardo Campos nos deixou, a vida de uma pessoa que andava para frente, sem olhar pelo retrovisor.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não vamos desistir do Brasil!

Chegou ao meu conhecimento a informação de que, diante dos diversos eventos que ocorrerão nesta semana em que se reverencia a memória de Eduardo Campos, sua família pediu que o tom desses momentos não seja o da tristeza, mas o da celebração da vida, porque Eduardo Campos era a celebração da vida.

Parece-me um pedido absolutamente apropriado, visto que lembramos um homem que transbordava energia, que vivia intensamente o presente e era capaz de transmitir aos que o cercavam seu entusiasmo e seus ideais.

Quem conheceu Eduardo Campos dá testemunho do que ele era: um homem criativo, dedicado, um grande espírito público, alguém cheio de muita coragem, perseverança, capacidade de lidar com as pessoas, mas principalmente pleno de sensibilidade, de capacidade de entender o próximo, de entender as pessoas e a sociedade como um todo.

Era um líder que conseguiu cativar a todos, motivá-los a trabalhar para ajudar Pernambuco e o Brasil. Um líder que conseguiu inspirar outros a trilhar seus caminhos. Conseguiu e ainda consegue, tanto que estamos aqui inspirados por ele, tanto que o Banco Mundial acaba de criar uma premiação com o nome de Eduardo Campos para a área de gestão pública.

É fato: Eduardo fez muito por Pernambuco e pelo Brasil; mas Eduardo ainda faz.

Impressionam muito as mudanças em Pernambuco durante os dois mandatos de Eduardo como governador. Cito apenas alguns dados resumidos: na área de segurança pública, com a criação do programa Pacto pela Vida, houve redução de quase 40% no número de homicídios – 40% de redução, olhem só! Além disso, 80 Municípios pernambucanos chegaram a uma taxa de crimes violentos letais intencionais menor que a média nacional, que é de 27,1 por 100 mil habitantes. A redução também ocorreu em crimes como roubos e furtos, que se reduziram em 30% entre 2007 e 2013.

Todos os colegas sabem que a grande preocupação nacional é a segurança pública. A pessoa sai de casa inteira e não sabe se volta inteira ao final do dia. Então, Eduardo deu um exemplo nessa questão.

Queria saudar todos os presentes na galeria e dizer que nós estamos aqui numa sessão solene em homenagem a um ano de falecimento, de passagem do nosso grande líder Eduardo Campos.

Na área da saúde, essa área tão importante – nós até comentamos a questão dos SUS aqui agora –, foram construídos três novos hospitais e 14 unidades de pronto atendimento na Região Metropolitana do Recife, além da expansão do número de leitos de UTI. Entre 2006 e 2013, Pernambuco se firmou como o Estado nordestino com maior ganho de anos na expectativa de vida: 3,72 anos. Houve também redução de 9,6 na taxa de mortalidade por causas evitáveis. Em 2011, Pernambuco alcançou a média nacional em relação à mortalidade infantil, reduzindo em 47,5% o seu coeficiente. Era por isso o que o Brasil ansiava na saúde.

Por isso que eu, que fui fundador do PT e passei no Partido dos Trabalhadores 32 anos da minha vida, que sou fundador do PSD, o Partido do Kassab, e que fui diretor da CUT por cinco mandatos, desde a primeira hora, apoiava o Eduardo Campos, porque acreditava no homem que estava avançando e que ia fazer diferença para o Brasil. Lamentavelmente, nós o perdemos.

Na área de geração de emprego – que é coisa importante no desenvolvimento, na área econômica –, entre 2007 e 2013, foram gerados 560 mil empregos formais, sendo 150 mil apenas no interior do Estado, o que representa uma expansão de 48% no mercado formal de Pernambuco. O Governo também atraiu mais de R\$78 bilhões em investimentos privados. Empresas como a Sadia, que se instalou em Vitória de Santo Antão; como a Perdigão, que se instalou em Bom Conselho; como a Novartis, que se instalou em Goiânia; como a Kraft Foods, que se instalou em Vitória de Santo Antão; como a Fiat Chrysler, que se instalou em Goiânia, assim como várias outras.

E eu quero dizer que acabo de apresentar nesta Casa um projeto autorizativo para criar a Agência Brasileira de Negócios, a Brasil Invest, exatamente para atrair o capital internacional e o desenvolvimento, essa fase que o Eduardo Campos demonstrou para nós, no Estado de Pernambuco...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Hélio José, sem interrompê-lo, eu queria agradecer, em nome dos Senadores, a honrosa visita dos estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Uniube, de Uberaba.

É uma honra muito grande tê-los aqui. *(Palmas.)*

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É com muita satisfação. Essa interrupção foi muito adequada e correta, meu Presidente.

Relembrando – estou acabando o meu discurso –, o Eduardo era um cara que estava cinqüenta anos à nossa frente. Vai ser difícil o Brasil ganhar novamente um líder como esse. Espero que Deus nos ajude e que a gente consiga outro para colocar no lugar, porque o Eduardo seria eleito Presidente do Brasil, não tenho dúvida, se ele tivesse permanecido entre nós.

Tudo isso foi obra de Eduardo como Governador, foi obra da sua capacidade de mobilizar as pessoas. Mas eu disse que Eduardo ainda faz pelo Brasil. Ele ainda faz, porque conseguiu inspirar tanta gente que trabalhou com ele, que teve o privilégio de conhecê-lo, mesmo que por breves momentos. Essa inspiração não acabou com a queda do avião. Muito pelo contrário; talvez tenha até se tornado mais forte.

Permita-me dizer, de modo informal, que encontrar Eduardo, ter o prazer de trocar ideias com ele era como enfiar o dedo numa tomada – eu falo isso porque sou um engenheiro eletricista. Não havia como não ser eletrocutado. Não havia como não receber a energia que emanava dele. Essa energia ainda corre nas nossas veias e no coração de todos nós.

Nossas homenagens, portanto, à memória de Eduardo Campos, uma memória que segue muitíssimo viva em todos os que conviveram com ele, uma memória que nos motiva, que nos impulsiona e faz o melhor em prol deste nosso Brasil.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente do PSB, senhores e senhoras aqui presentes, meu Presidente aqui do Senado, que é uma pessoa que está apresentando uma agenda para o Brasil. A todos os que estão aqui presentes, um forte abraço.

Que Deus ilumine, que Eduardo de lá nos ajude e que surja outro líder capaz de nos unir com essas ideias tão importantes para o nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu quero, com muita satisfação, registrar a honrosa presença nesta sessão especial do ex-Senador e ex-Governador Renato Casagrande, grande amigo, que volta à Casa, sempre muito querido e respeitado.

Também ressalto a honrosa presença no plenário do Senado Federal do Senador Pedro Simon. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Simon, é uma honra muito grande tê-lo aqui na Casa.

Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE – Muito obrigado.

Quero dar um bom dia a todos os que estão participando desta sessão. Presidente Senador Renan Calheiros; Roberto Rocha, Senador proponente desta sessão; Presidente do PSB Nacional, Carlos Siqueira; Emília, Secretária Executiva do Ministério de Ciência e Tecnologia; Márcia Rollemberg, Senadores e Senadoras aqui presentes, amigos e amigas de Eduardo, companheiros do Partido Socialista que estão participando, servidores que estão participando desta sessão de homenagem e de lembrança triste de um ano de falecimento do nosso querido Presidente Eduardo Campos.

Além de Eduardo, é bom, é necessário e é justo que nós possamos lembrar aqui de Pedro Valadares – que foi Deputado Federal e que também estava no avião –, de Carlos Percol, de Geraldo Magela, de Marcos Martins, de Marcelo Lyra e de Alexandre Severo; pessoas que estavam também naquele avião, naquele dia triste.

O dia 13 de agosto, como alguns aqui já disseram, como Carlos Siqueira já o disse, como Pedro Simon também lembrou, também foi o dia em que nós perdemos Miguel Arraes. Miguel Arraes foi uma grande referência para a política brasileira e para nosso partido; mas, mais do que para nosso partido, para a política brasileira. E hoje também faz dez anos do falecimento de Miguel Arraes. É um dia de tristes lembranças, Senador Capiberibe, mas é um dia também que nos remete a referências importantes para a política brasileira nesta hora que estamos vivendo. Nesta hora em que estamos vivendo a necessidade de propostas para este País e de prática nova da política para este País.

É bom que nós relembremos e digamos à população brasileira que a obra de Eduardo Campos, que o pensamento de Eduardo Campos; sua obra e pensamento tornam Eduardo Campos imortal. Imortal, porque será sempre uma referência para nós, para a nova política, para a política que tem de ser feita com ética, com decência, com transparência, com resultado. Foi isso que todos disseram aqui até agora. Foi essa a lembrança de Eduardo como parlamentar, como governador, de Eduardo como Ministro, de Eduardo corajoso e audacioso na hora em que se lançou candidato à Presidência da República, buscando romper uma polarização entre duas posições políticas. Quando só há duas posições políticas, empobrece-se o debate, e Eduardo se colocou e se posicionou com uma proposta clara, avançada e pregando essa nova política.

Então, nós, neste dia, estamos lembrando disso tudo, e eu não vou ficar aqui a repetir, até porque outros Senadores vão falar. É uma honra voltar a esta tribuna do Senado – já estive aqui como Senador da República – e fazer uma homenagem a Eduardo Campos.

Agora, exercendo a presidência da Fundação João Mangabeira – João Mangabeira foi o primeiro presidente do Partido Socialista Brasileiro –, a forma que encontramos de tornar o Eduardo imortal e para sempre uma referência é preservarmos aquilo que ele pensou e fez.

Eu gostaria, então, de fazer o lançamento, aqui no Senado, Presidente Renan Calheiros, da linha do tempo do nosso presidente Eduardo Campos. Não sei se já está passando a linha do tempo. A linha do tempo está no *site* www.vivaeduardocampos.com.br. Para quem tiver interesse em conhecer desde o dia do nascimento do Eduardo até o dia do acidente, estão aí detalhes da vida de Eduardo para que ele possa continuar vivo na nossa memória.

Além do lançamento da linha do tempo, eu gostaria de lançar também aqui uma coletânea dos livros, que foi organizada pelo jornalista Evaldo Costa. São os discursos de Eduardo Campos nos quase oito anos do seu Governo – quase oito anos, porque ele teve que renunciar para poder se candidatar à Presidência da República; sete anos e um pouco mais de três meses de mandato. Estou lançando aqui, então, os discursos de Eduardo Campos.

Eu gostaria, para que possamos fazer o lançamento, de entregar ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, uma coletânea dessa para que ele possa disponibilizar para a Biblioteca do Senado.

Então, com todas essas lembranças, com todos esses lançamentos, nosso desejo é fazer com que Eduardo possa viver para sempre na sua ação e na sua obra.

Muito obrigado e um abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, Líder da Bancada do PMDB no Senado Federal.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan Calheiros, que preside a Mesa neste momento; Senador Roberto Rocha, que é o signatário desta sessão; Senador Fernando Bezerra, que esteve aqui até este instante; Governador do Distrito Federal, nosso ex-companheiro, Senador, e agora Governador Rodrigo Rollemberg; Sr. Carlos Siqueira, Presidente do PSB Nacional; Senador e ex-Governador Renato Casagrande; aqui também, representando o nosso querido companheiro, com quem trabalhamos tanto tempo juntos, Aldo Rebelo, a Sr^a Emília Ribeiro; Primeira-Dama, Sr^a Márcia Rollemberg; Senador Pedro Simon, que está ali entre nós, que tanta falta faz a este Plenário e ao Brasil em um momento de tanta dificuldade; minhas senhoras e meus senhores que nos assistem neste momento, a morte do nosso querido Eduardo Campos deixou um imenso vácuo político. Eduardo era não só uma testada e respeitada liderança nordestina como percorria uma trajetória que o credenciaria, com certeza, a galgar os mais altos postos da República – quiçá, já nesse mandato passado, a própria Presidência da República.

Eduardo tinha a política no sangue. Herdou do seu avô, o inesquecível nordestino Miguel Arraes, o gosto pela negociação política, a habilidade para gerar consensos e para enfrentar crises com serenidade. Era dotado de uma visão de futuro que o colocava sempre à frente. Ainda muito jovem, aprendeu a conviver com a política

e com os seus mistérios. Teve a sabedoria e a sensatez de trabalhar desde muito cedo, o que lhe deu a plena noção do quanto é difícil governar em um país cheio de contradições como o nosso.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero usar estes poucos momentos não só para expressar meus mais profundos sentimentos à família, mas para fazer referência a algumas oportunidades que tive de conviver com Eduardo Campos. Fomos Deputados contemporâneos na Câmara dos Deputados e participamos do mesmo governo do ex-Presidente Lula – ele, na condição de Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, e eu, na condição de Ministro de Estado das Comunicações.

Eduardo tornou-se Ministro da Ciência e Tecnologia – o caçula entre nós. Nós andávamos sempre juntos, como Líderes – ele, Líder do PSB; Aldo, Líder do Governo; e eu, Líder do PMDB. Nós tínhamos o hábito, em todas as quintas-feiras, de nos reunirmos num restaurante que já nem existe mais aqui, em Brasília, chamado La Focaccia. Eduardo era o caçula entre nós três. Mas, em 2004, ele imprimiu um novo ritmo a um ministério que vivia quase à margem do poder e dos interesses da sociedade.

Antes, em 1989, Eduardo já havia dado sua inestimável contribuição à ciência brasileira, ao atuar, como Secretário de Estado do Governo de Miguel Arraes, nas articulações que levaram à criação da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco, a primeira de amparo à ciência e tecnologia do Nordeste.

Como Ministro, ele empreendeu uma reelaboração do planejamento estratégico daquela Pasta, com revisões do Programa Espacial Brasileiro e do Programa Nuclear Nacional, além de criar, Sr. Presidente, importantes marcos regulatórios da política científica do Brasil.

Atuou em defesa da aprovação da Lei de Biossegurança, sancionada em 2005, que aumentou as possibilidades de pesquisas na área. Também teve importância imensa na aprovação, por unanimidade, da Lei de Inovação Tecnológica, Prof. Cristovam Buarque.

Foi decisivo, ainda, na criação da chamada Olimpíada Brasileira de Matemática das escolas públicas, aqui tão trabalhada pelo nosso Professor e ex-Ministro da Educação Cristovam Buarque.

Nós fomos Líderes, como disse, dos nossos Partidos, no mesmo dia eleitos. Nós fomos nomeados Ministros pelo Presidente Lula no mesmo dia, no mesmo *Diário Oficial*; saímos juntos no mesmo dia e pelo mesmo *Diário Oficial*, para voltar, em julho de 2005, à Câmara dos Deputados, para contribuir com a resolução da pior crise enfrentada por aquele governo no momento.

Este momento tem, para o mundo político brasileiro, no meu entendimento, profundo significado e expressa o quanto o Brasil necessita de líderes, como o Brasil precisa de gente com carreira promissora, de invejáveis serviços prestados à Nação, como foi Eduardo Campos para o Brasil e para o seu querido Estado de Pernambuco.

Seu legado haverá de ser aproveitado por todos nós que temos como missão dar continuidade ao seu sonho de um Brasil melhor para todos os brasileiros.

O seu compromisso cívico de “nunca desistir do Brasil” deve ser a palavra de ordem para todos os governantes, sejam municipais, estaduais ou até federais. Não desistir de construir um país melhor, mais solidário, menos desigual, menos violento e muito mais amoroso. Um Brasil, Sr. Presidente, onde a cultura da paz e da justiça social não seja apenas figura de retórica, mas a afirmação diária dos mais elevados valores de toda uma nação.

O exemplo de dedicação de Eduardo à família, o amor que ele tinha pela D. Renata, aos filhos e à sua adorada mãe, aos irmãos e aos amigos merece não só nossa admiração, nosso respeito, como deve servir de estímulo para que possamos, todos nós, sem exceção, seguir o seu exemplo de jamais desistir do nosso querido Brasil ser um Brasil mais igualitário e ser um Brasil para todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, daremos a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues e à Senadora Lídice da Mata. Na sequência, vamos dar a palavra ao Tony Correia, que é ator, poeta, amigo de Eduardo. É um honra muito grande tê-lo aqui no Senado Federal!

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr. Senador Roberto Rocha; Senador Fernando Bezerra; Sr. Carlos Siqueira, nosso grande Líder do PSB; nosso colega, amigo, Renato Casagrande, é muito bom tê-lo aqui mais uma vez; Sr^a Emília Ribeiro; amigo Jucá; Márcia Rollemberg; senhoras e senhores, é impossível começar a falar de Eduardo Campos sem lembrar Miguel Arraes. Sobre tudo no meu caso que carrego comigo o orgulho de ter dado a ele meu primeiro voto aos 18 anos de idade e de nunca ter me arrependido.

Lembrar de Arraes significa lembrar da luta pelas reformas de base, e o Brasil até hoje espera muitas delas, Senador Pedro Simon. Significa lembrar o respeito aos trabalhadores, que hoje estamos outra vez precisando

lembrar. Significa lembrar a necessidade de um desenvolvimento econômico justo, eficiente, como já ouvimos aqui em algumas manifestações. Significa lembrar a luta pela democracia, pela liberdade, pela participação e pela soberania, como Carlos Siqueira, aliás, falou aqui para nós.

Falar de Eduardo Campos é lembrar as lutas de Miguel Arraes naquele momento – tudo que, para nós jovens, de repente desapareceu, por causa de tanques de guerra nas ruas do Brasil; no meu caso em especial, de Recife. Eu estava na manifestação em frente ao Palácio das Princesas, na tentativa de defender o governo Arraes, onde dois colegas caíram mortos, vítimas das balas das armas que derrubaram Arraes.

Agora estamos aqui para lembrar o neto dele, vítima de um avião, interrompendo sonhos, também. Interrompendo sonhos, mas não matando os sonhos – os sonhos do Eduardo, que defendia as reformas de hoje. Alguns iguais às do passado, outras diferentes.

Lembrá-lo é lembrar a necessidade de uma política com honestidade, com transparência, com competência, com compromissos – e não a política do acordo e do conchavo, sem transparência, carregada de desonestidade, seja de mensalão, seja de petrolão. E sem competência, como a gente tem visto hoje no Governo atual – um ministério carregado de fragilidade, sem representatividade, sem competência.

Lembrar Eduardo é lembrar os direitos dos trabalhadores no mundo de hoje. Trabalhadores que precisam, sobretudo, de formação para garantir um emprego. E formação continuada para garantir que seu emprego seja permanente, e não provisório.

E significa, sobretudo – como lembrou aqui o Senador Valadares –, a necessidade de educação, no Brasil, como vetor do progresso, como o caminho para acabar com a estupidez de, em pleno século 21, na era do conhecimento, desprezarmos cérebros. Essa estupidez que o Brasil comete, incinerando cérebros, tapando cérebros, e a imoralidade de dar educação desigual no Brasil.

Lembrar Eduardo é lembrar que é preciso parar a imoralidade da educação desigual e a estupidez da negação de educação, porque – como foi lembrado aqui pelo Valadares – ele defendia o filho do trabalhador na mesma escola do filho do patrão. Senador Renan, era uma questão de mais uma ou duas semanas para que o discurso de Eduardo Campos explicitasse que, no caso da educação, a responsabilidade tem que ser da União brasileira, que não é possível deixar a educação nas mãos dos pobres Municípios e diante da desigualdade entre os Municípios.

A Agenda Brasil que o Senador Renan lançou anteontem abre a possibilidade dessa discussão da adoção das escolas das cidades pobres pelo Governo Federal, em uma marcha a que a gente pode chamar de federalização. O discurso de Eduardo Campos certamente caminharia na direção de quebrar a desigualdade social e regional, oferecendo escola com a mesma qualidade para todas as crianças.

Um tanque de guerra tirou Arraes; um avião tirou Eduardo; mas os sonhos do primeiro não morreram, porque nós não desistimos. Aquele avião onde estava Eduardo não matou os nossos sonhos; tirou-nos o melhor líder que nós tínhamos naquele momento, mas não tirou os sonhos, porque nós não desistiremos do Brasil até o dia em que o filho do trabalhador estudar na mesma escola do filho do patrão.

Os políticos são lembrados por muitas coisas: os que chegam ao poder, até por alguns fatos, mas os bons, independentemente de terem chegado ou não ao poder, são lembrados pelas grandes frases que disseram. E o Eduardo disse duas grandes frases que se unem formando um só pensamento. Há a frase que estava no dia do seu enterro carregada por professores de uma cidade do interior de Pernambuco; a frase que dizia isto que o Valadares citou, isto que eu repeti: “O Brasil só será um país eficiente, justo no dia em que o filho do mais pobre estudar na escola do filho do mais rico”. E ele disse também: “Não desistiremos”.

Eduardo, esta homenagem é o momento de nós dizermos a você – e de você ao Brasil: o Brasil não será justo, não será eficiente, não será decente enquanto nós não tivermos o filho do mais rico na mesma escola do filho do mais pobre. E, Eduardo, nós não desistiremos até que isso aconteça, realizando o seu sonho.

É isso que eu tenho a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues. (*Fora do microfone.*)

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, que preside esta sessão.

Eu quero cumprimentar os primeiros signatários desta sessão, o meu querido Senador Roberto Rocha e o Senador Fernando Bezerra, e, no nome deles, cumprimento toda a Bancada do Partido Socialista Brasileiro aqui, no Senado Federal. Eu cumprimento também o Sr. Carlos Siqueira, Presidente do Partido Socialista Brasileiro – é um enorme prazer tê-lo aqui conosco –; o meu caríssimo Renato Casagrande, Senador da República, Governador do Estado do Espírito Santo, aqui em nome da Fundação João Mangabeira, que nos brinda com a coleção sobre os pronunciamentos de Eduardo Campos; a Sr^a Márcia Rollemberg, Primeira-Dama do Distrito

Federal; também o Senador, hoje Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, que ainda há pouco esteve aqui; e a Sr^a Emília Ribeiro, Secretária-Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia, representando o Sr. Ministro Aldo Rebelo.

Eu acho que uma das melhores homenagens nesta manhã a Eduardo é estar aqui conosco, no plenário do Senado, o Senador Pedro Simon. O Senador Pedro Simon é um representante concreto do ideal de não desistir do Brasil. Artífice, arquiteto da aliança entre Eduardo e Marina, que consolidou a chapa que disputaria a eleição presidencial do ano passado, a presença do Senador Pedro Simon – amigo de Miguel Arraes e conselheiro de Eduardo Campos e de Marina Silva – aqui no plenário é sintomático do quanto faz falta no Brasil de hoje a liderança de Eduardo Campos e do quanto faz falta no Congresso Nacional a presença de Pedro Simon.

O 13 de agosto de 2014 foi uma quarta-feira e, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, era um dia nublado, chuvoso, cinzento e triste. Nós não poderíamos imaginar que as características daquele dia iriam ser espalhadas em todo o País.

Eduardo carregava nas veias o sangue do lirismo, filho de um poeta, Maximiano Campos, e neto de uma legenda política, inspirador de todos os que acreditam na política como forma de melhorar a vida das pessoas, Miguel Arraes. Com a poesia e com a referência da política é que Eduardo fazia política. Não é à toa que Arraes, por vários testemunhos que há – Simon deve se lembrar disso –, dizia frequentemente: “O meu neto é muito melhor do que eu”. E Eduardo trazia – é a máxima, inclusive, da teoria evolucionista, a geração posterior é melhor que a anterior – a competência de fazer política com a firmeza das suas convicções, mas com a ternura da necessidade do diálogo.

Eduardo, assim como o seu avô Arraes, vinha de um Estado brasileiro coroado pela sua contribuição para forjar a identidade nacional. É o Pernambuco da Batalha dos Guararapes, que formou a identidade brasileira. É o Pernambuco da primeira mobilização concreta de independência nacional após a Inconfidência Mineira; é o Pernambuco da Confederação do Equador, de Frei Caneca. É o Pernambuco da Revolução Praieira, que anunciava a necessidade da substituição da forma monárquica de governo pela forma republicana. É o Pernambuco, meu querido Carlos Siqueira, de tantas lideranças, como o próprio Frei Caneca, que já citei, do republicano Joaquim Nabuco, de Miguel Arraes, que nem preciso ressaltar, de Ariano Suassuna e de Barbosa Lima Sobrinho. É o Pernambuco que estava presenteando, naquele inverno, no sul do Brasil, de 2014, o Brasil com Eduardo Campos.

Eduardo, forjado na política, compartilhando o pó da política, teria uma contribuição enorme a nos dar, como já foi dito aqui nestas tribunas do Senado Federal, em um momento gravíssimo da vida nacional, tal qual nós vivemos hoje.

Eduardo, que nos deixa órfãos, principalmente nós da esquerda democrática e progressista, que consideramos que não é possível ter uma forma de sociedade mais justa e igualitária, se não for compatibilizada com a democracia. É essa esquerda democrática e progressista de João Mangabeira, do Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1946. É essa esquerda democrática e progressista que foi a todas as consequências na luta contra o arbítrio e que teve, no avô de Eduardo, em Arraes, já citado aqui, uma das vítimas do arbítrio, que foi despojado, aliado do Governo de Pernambuco, por força dos canhões e dos tanques da ditadura. Mesmo ameaçado pelos gorilas da ditadura, naquele dia do golpe de 1964, Arraes, claramente, firmemente, dizia que não sairia do Palácio das Princesas pela porta dos fundos. Era essa identidade e esse legado que Eduardo trazia para aquela campanha presidencial de 2014.

Já foi dito aqui, não custa reafirmar: esse sonho de Eduardo era compartilhado por todos os democratas do País e todos que acreditam na necessidade de construção de uma alternativa política de uma terceira via no País. No País polarizado, desde 1994, por duas alternativas de poder, era apresentado por Eduardo, naquele momento, que poderia haver uma alternativa diferente. Eduardo queria quebrar uma lógica de poder e falava, junto com Marina, de ideias novas, de nova política, de novas propostas, de novos caminhos. Era parte indissolúvel do que pensamos.

A trajetória de Eduardo era uma trajetória que o abalizava para postular a Presidência da República. Aprendendo no governo do avô Arrais, foi, primeiro, Secretário de Ciência e Tecnologia. Filiou-se ao seu Partido aos 25 anos – nada mais novo na política brasileira e na vida partidária nacional do que um político em um único partido na sua trajetória política. Estreou na vida nacional em 1994. Elegeu-se Deputado Federal junto com avô – Eduardo obteve 133 mil votos. Na eleição seguinte, com uma sagração ainda maior, ele teve 173 mil votos, a maior votação da história de Pernambuco. Aos 39 anos, em 2004, tornou-se o mais jovem ministro do governo do Presidente Lula. Foi reeleito Governador de Pernambuco e implantou práticas, como o Pacto pela Vida, que serve de referência e modelo para todo o País. A experiência do Pacto pela Vida tem resultados concretos: a redução em 40% dos homicídios em 88 Municípios pernambucanos. Não à toa que esse programa ganhou, em 2013, um dos maiores prêmios em gestão pública do mundo: Governo Seguro, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Neste momento em que o Brasil precisa de uma concertação nacional, da construção da unidade nacional para a resolução de seus problemas, em que o Brasil precisa de uma agenda antes do que econômica, mas, profundamente, uma agenda social, esses temas que Eduardo trouxe para política, a possibilidade de renovação da política e a possibilidade de dialogar com todos na política e de não perder a ternura na política fazem muita falta.

A tragédia que nos tirou Eduardo não saiu de nós, mas, como diria um socialista deste continente, o Presidente Salvador Allende, não é a força bruta, não é a violência que detêm os sonhos, os sonhos nunca se matam, os sonhos se encantam.

Marcel Proust, que, como Eduardo, na sua obra, estava em busca do tempo perdido, nos ensinou o seguinte: “É melhor sonhar a vida do que vivê-la, ainda que vivê-la seja ainda sonhá-la”.

Que os sonhos de Eduardo inspirem todos os homens republicanos, neste momento em que o Brasil mais precisa. Mais do que nunca, para todos nós, é o momento de não desistir do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Antes de conceder a palavra à Senadora Lídice da Mata, nós vamos, com muita satisfação, conceder a palavra ao poeta e ator Tony Corrêa.

O SR. TONY CORRÊA – Muito obrigado.

Sr. Presidente, demais Senadores e autoridades, familiares e amigos de Eduardo Campos, para mim, é uma grande alegria poder estar aqui e que o Senado tenha dado este momento à voz da poesia.

Já vários aqui citaram a poesia. Dizem os poetas que poesia não serve para coisa nenhuma, a não ser para o essencial. Ah, é quando queremos ir além da aparência, tocar na essência, que a beleza, o encanto do era uma vez, a palavra que vem com aqueles acordes da poesia vai lá fundo, lá no fundo, e nos toca.

Cada vez que o Eduardo necessitou tomar uma sábia decisão, crucial muitas vezes, pensou no seu pai, já sabemos poeta, e aceitou as suas palavras. O que disse ele? “Filho, certo só o ideal e o sonho”. Isso é a essência! É o nobre ideal que nos enobrece, que nos eleva além do animal, que nos passa além do ser egoísta e do ser mesquinho.

E é o sonho que faz de nós um instrumento divino. “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”, diz Fernando Pessoa. A obra nasce, porque o homem sonha. E por que sonha o homem? Porque, diz Shakespeare, “nós somos feitos daquilo que os sonhos são feitos”.

Por isso, precisamos sonhar, mas não apenas sonhar, ter sonhos elevados. Sim, amarra o seu sonho a uma estrela e toda noite olhe para ela. Insista, persista, não desista! Mais são os que desistem do que os que fracassam. É quando temos sonhos elevados – sonho não, delírio; qual é a diferença? É que o sonho se realiza, o delírio, não – que nos tornamos, então, instrumentos divinos. Somos capazes de ver o invisível e, assim, realizar o impossível.

Qual era o sonho de Eduardo Campos?

Ele usou as palavras de outro grande pernambucano, dizendo: “Minha posição é de pés no chão e de olhos no futuro”. E, com aqueles olhos bonitos que ele tinha, como o mar de Recife, azul e verde, com esse olhar de esperança e de futuro, o que é que ele via? Justamente ele disse: “Eu vejo as cores do Brasil, eu sou as vozes do Brasil e sinto os passos de outro Brasil que se avizinha”. É isso que nós compartilhamos. Como é que nós poderemos realizar esse sonho? Fazendo a travessia.

Mais uma vez, a poesia vem ao nosso encontro e nos ajuda. É Fernando Pessoa quem diz – pensem nisso, queridos amigos:

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia [alerta ele]: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Eduardo Campos não era um homem de ficar à margem de si próprio nem do Brasil. E também isso nos galvaniza. É o seu entusiasmo que agora aqui deve nos contagiar. “Entusiasmo”, palavra bonita, vem do grego *entheos*. *En* é dentro, *theos* é Deus.

Diz a Bíblia que as coisas visíveis são temporárias e que as invisíveis são eternas. Há aquele que é capaz de ver o invisível, de ver este Brasil melhor, onde o filho do pobre e o do rico estudam, aprendem e brincam numa escola de qualidade juntos. Mas isso é impossível? Para alguns, mas não para o Brasil, para quem não desiste dele. “Ah, mas eu queria!” Então, lute por isso. Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Não quero me alongar, mas gostaria que saíssemos daqui tocados por essa chama do Eduardo. Mas, como no Brasil beleza é fundamental, então, precisamos sair daqui mais bonitos. Nesse sentido, vou dar agora uma receita de beleza, que diz assim: para ter lábios formosos, fale palavras bondosas; para ter olhos lindos, adoráveis, veja o lado bom das pessoas; para ter uma linda silhueta, divida seu pão com os famintos; para ter cabelos lindos, deixe que uma criança os acaricie diariamente. Termina, dizendo: para ter um belo porte, ande

com a certeza de que você nunca está sozinho e se lembre de que, se precisar de uma mão amiga, encontrará uma na extremidade do seu braço. Mas, à medida que crescer e amadurecer, você se dará conta de que tem duas mãos, uma para ajudar a si próprio, a outra para ajudar os outros.

Um dia, perguntaram a um homem: “O que você faz?” Ele disse: “Sou pedreiro, quebro pedra.” Perguntaram a outro: “Você, o que faz?” Ele disse: “Sou pedreiro, construo catedrais.” Aqueles homens têm a mesma profissão, trabalham com os mesmos instrumentos, nas mesmas horas, mas não fazem a mesma coisa. Um, quando não estiver aí, as pedras falam por ele. Falamos, aqui, de Miguel Arraes e de tantos outros. Eles não estão mais aí, mas as obras falam mais alto, as pedras falam por ele: foi o meu pai, foi a minha mãe, foi o meu avô.

Por isso, também falamos de Eduardo Campos, porque também a vida pode ser pequena, e a dele foi muito pequena; a vida pode ser curta, e a dele foi muito curta, mas que seja grande! Não é verdade? Então, é isso que queremos.

Tive o prazer, a ventura de estar em Recife quando, à volta da família dele, que é um exemplo também, vi vários partidos, vários homens, mais do que partidos, reunidos. Isso também é um caminho. Pensem nestas palavras que nos galvanizam também.

Martin Luther King disse: “Eu não sou quem eu gostaria de ser, ainda não sou quem eu poderia ser, ainda não sou quem eu deveria ser, mas, graças a Deus, eu não sou mais quem eu era.” Que realmente a vida, embora curta, mas grande, de Eduardo Campos nos ajude a sermos melhores, a encontrarmos esse novo caminho e a fazermos essa travessia.

Aqueles que gostam da Bíblia sabem que a terra da promessa estava do outro lado do Jordão, mas que, por medo, eles não fizeram a travessia e ali ficaram por 40 anos até virarem areia no deserto. Que assim não seja! Que não façamos o Brasil passar por isso! Que, assim, realmente galvanizados, seguindo esse bom exemplo, esse novo caminho, deixemos as estradas usadas, que nos levam ao mesmo caminho, e realmente abramos uma via nova, uma Via Láctea, que nos mostre realmente um Brasil melhor, onde o filho do pobre e o do rico estudam e são amigos, com amor e com poesia.

Obrigado, Sr. Presidente e todos, por esta oportunidade. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Sa.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^a Márcia Rollemberg; ilustre Senador Romero Jucá; ex-Governador, ex-Senador, Presidente da Fundação João Mangabeira, Renato Casagrande; Senador Roberto Rocha, nosso companheiro; Presidente do PSB, nosso companheiro conterrâneo Carlos Siqueira; Dr^a Emília Ribeiro, aqui representando o Ministério da Ciência e Tecnologia, o nosso Governo, quero dizer que venho à tribuna hoje em nome do PT, mas também em meu nome pessoal.

Entendo que esta homenagem que o Senado presta hoje, uma iniciativa do Senador Roberto Rocha e de vários companheiros nossos que se associaram a esse requerimento, é absolutamente justa. Quero listar, em breves palavras, algumas razões pelas quais considero que estamos aqui prestando, acima de tudo, um ato de justiça.

Eduardo Campos foi alguém que conseguiu, ao longo da sua trajetória, construir pontes, construir relações, produzir consensos. É uma história profundamente vinculada a outro grande brasileiro que nos deixou também muitas saudades, que foi o ex-Governador Miguel Arraes.

A relação entre o PT e Arraes, a relação entre o PT e Eduardo Campos e a minha relação pessoal com ambos vêm lá de trás, quando, em 1979, pudemos materializar, com a vinda de Arraes, a admiração, o respeito e a compreensão do papel que ele exercia quando voltou ao Brasil, após a anistia. Naquele momento, naquela recepção, estávamos todos lá. O Presidente Lula ainda era uma liderança sindical, procurando organizar um novo partido político. Depois daquele momento, essa relação Lula-Arraes-Eduardo só fez se fortalecer.

Já em 1989, quando disputamos a eleição presidencial com Lula e chegamos ao segundo turno, apesar de integrante do PMDB, o Governador Miguel Arraes – naquele momento, Eduardo já o acompanhava –, em nenhum momento, vacilou quanto ao campo em que ele deveria participar naquela disputa. Aliás, já no primeiro turno, tivemos apoios importantes de Miguel Arraes, e, no segundo turno, a sua participação foi decisiva, inclusive para que tivéssemos obtido um resultado tão importante.

Aí, pessoalmente, iniciou-se uma relação com Eduardo. Em 1990, fomos eleitos Deputados Estaduais: eu fui eleito pelo PT; ele, naquele momento, pelo PSB, Partido que o abraçou, assim como ao Arraes, em 1990, naquela disputa. Como Deputados Estaduais, fizemos parte de um mesmo bloco, que fazia oposição ao governo naquele momento. Pude ali conhecer o compromisso, a liderança e, acima de tudo, a coragem política de Eduardo Campos.

Em 1994, Eduardo Campos foi eleito Deputado Federal, eu também. Perdemos a eleição com Lula, mas, com o apoio do PSB, com o apoio de Arraes e de Eduardo, em Pernambuco, ele foi o mais votado naquela ocasião. Nossos destinos se separaram naquele momento, porque ele passou a ocupar uma função fundamental no Governo Arraes, no terceiro Governo Arraes. Eu estava na Câmara dos Deputados.

Vivemos terríveis turbulências, que ele soube, com sua força, com sua coragem, superar. Fiz parte também da vivência daquela turbulência quando fomos, juntamente com Arraes, candidatos majoritários naquela eleição: ele foi candidato ao governo do Estado; eu fui candidato ao Senado. Foi uma eleição extremamente difícil. Mas, nos momentos de dificuldade, podemos conhecer cada pessoa. Aquele momento me transformou num admirador ainda maior de Arraes e de Eduardo também, que, em meio a toda aquela turbulência, teve uma vitória importante.

Novamente, estivemos juntos em 2002, especialmente no segundo turno, quando elegemos Lula. Eduardo já era reconhecido nacionalmente como um grande articulador. Elegemos o Presidente, construímos um governo onde Eduardo exerceu um papel político fundamental na condição de Ministro da Ciência e Tecnologia. Naquela época, muitos cientistas e muitos técnicos diziam: “Colocaram um político no Ministério da Ciência e Tecnologia.” Mas nós vimos que o Presidente Lula, mais uma vez, por sua intuição, fez o movimento certo. Eduardo deu ao Ministério da Ciência e Tecnologia um patamar extremamente importante. Dialogou com a comunidade científica, construiu ações fundamentais, entre elas aquela que se tornou mais conhecida, uma das mais importantes de discutirmos, uma legislação que pudesse tratar de pesquisa científica em relação a células-tronco.

E aí o Brasil avançou bastante nessa área.

Vimos Eduardo ser um protagonista importante na crise que vivemos em 2005 e em 2006, quando ele voltou ao Congresso e, sem dúvida, exerceu um papel fundamental na estabilização do Governo naquele momento.

Em 2006, estivemos em caminhos opostos no primeiro turno, na eleição mais singular que talvez o Brasil já tenha vivido, em que dois adversários chegaram a participar, inclusive, de um mesmo palanque, defendendo uma candidatura presidencial e um projeto para Pernambuco. Não foi por outra razão que, no segundo turno, nós nos unimos e tivemos uma grande vitória. E ele teve a oportunidade de produzir um grande projeto que uniu Pernambuco.

Sempre nós dissemos que, sem Lula, Pernambuco não teria avançado o quanto avançou. Mas, sem Eduardo, nós não teríamos aproveitado essa oportunidade que o Governo Federal nos deu. Ele foi capaz de apresentar projetos arrojados, de unir o empresariado, de unir os políticos, de unir a sociedade, para fazer uma grande gestão em que a parceria foi o tom principal. Ele conseguiu, na prática, provar que é possível mexer nas estruturas do Estado para atender a população, como ele dizia, de uma forma bem nordestina, para “fazer a máquina moer” para os que mais precisavam. Acho que essa foi, sem dúvida, a grande contribuição que ele deu para o nosso Estado. E para o Brasil deu a contribuição de ser alguém capaz de produzir pontes.

Sem dúvida, sem ser repetitivo e sem nenhum tom de demagogia, Eduardo faz falta hoje, neste momento em que o Brasil está tão polarizado, quando vemos muitas vezes a intolerância avançar. Se vivo ele estivesse, qualquer que fosse a sua posição, como Presidente, como um político sem mandato, como fosse, sem dúvida, ele estaria hoje cumprindo o seu papel para tentar unir a nossa sociedade, superar a crise e construir um Brasil melhor.

Por isso, aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, em meu nome, em nome do ex-Presidente Lula, quero expressar nestas palavras o sentimento de reconhecimento, o sentimento de gratidão e, acima de tudo, o sentimento da compreensão do papel que Eduardo cumpriu e que, certamente, seu legado vai continuar a cumprir no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos e a todas. *(Palmas.)*

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata, que é Líder do Bloco.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do oradora.) – Do Bloco Socialismo e Liberdade, Sr. Presidente.

Sr. Presidente; Srs e Srs. Senadores; convidados; militantes do PSB; Presidente de nosso Partido, Carlos Siqueira; Presidente da nossa fundação, Senador, sempre, e Governador do Espírito Santo, Casagrande; nossa querida amiga Márcia Rollemberg, que não é apenas a esposa do Governador Rodrigo Rollemberg, mas também dirigente da nossa fundação, militante da cultura brasileira e que grande contribuição, como servidora, já pôde dar à luta de afirmação e de valorização da cultura nacional; nossa querida amiga e representante do Ministro Aldo Rebelo, também um grande amigo de Eduardo Campos, que agora ocupa um Ministério, uma função que já foi antes ocupada por Eduardo, o Ministério de Ciência e Tecnologia; meu querido companheiro

de trabalho, Senador Roberto Rocha, que é autor desta sessão de hoje, confesso, Sr. Presidente, que trouxe aqui um discurso escrito, mas longo. Porém, caro Deputado Tadeu, após as inúmeras falas de brilhantes oradores, como, por exemplo, a do Senador Pedro Simon, que, além de nos emocionar, fez-nos refletir e pensar sobre o momento político que nós passamos e fez também com que tivéssemos, mais uma vez, a saudade permanente entre nós da sua presença neste Senado, Senador Pedro Simon, fica para mim difícil ler este discurso. Resolvi, então, fazer um discurso de improviso, que, espero, sinceramente, seja muito menor do que o que eu faria lendo.

Um improviso para destacar, primeiro, uma questão: eu não quero falar como Senadora apenas, mas quero falar como representante das mulheres socialistas, da militância das mulheres do nosso Partido e enfatizar, neste nosso pronunciamento também, a sensibilidade que dizem que é das mulheres, que se origina nas mulheres, mas que Eduardo tinha muito.

Como diria Machado de Assis, “os mortos não vão tão depressa, como quer o adágio, mas que eles governam os vivos é coisa dita, sabida e certa”. E é por isso que o Partido Socialista, desde a última segunda-feira, em que Eduardo comemoraria os seus 50 anos, junto com outras organizações partidárias, com organizações do povo brasileiro, com a política, com os líderes da política nacional, vem rememorando sua vida, desde aquela data até o dia de hoje, que marca o trágico afastamento de Eduardo deste mundo.

O lado feminino de Eduardo diz que Eduardo nasceu de uma família de políticos e revolucionários. Era descendente, como conta a lenda e a história, direto de Bárbara de Alencar, a primeira prisioneira política do País, que comandou a Revolução Pernambucana de 1817 – os pernambucanos são orgulhosos disso – e participou da Confederação do Equador, dois movimentos em favor da Independência e da República do Brasil. Era também neto do Governador Miguel Arraes, que foi um mito da política nacional e um homem que se vinculou a todas as grandes causas do povo brasileiro, das lutas nacionalistas aos pilares da organização democrática em nosso País.

Por que eu insisti em falar das mulheres? Porque Eduardo não apenas foi o neto de Arraes, mas é o filho de Ana Arraes. Ana é uma mulher que perdeu a mãe muito cedo, e, quando o seu pai se casou novamente e teve novos filhos, Ana praticamente dividiu as tarefas da maternidade com sua madrasta. Foi praticamente mãe também de seus irmãos. Digo isso porque teve dois filhos homens e perdeu também o seu marido cedo. Eduardo dizia sempre, nas nossas discussões com a pauta das mulheres: “Calma, Lídice da Mata. Você acha que eu, filho de D. Ana Arraes, não vou respeitar os direitos das mulheres? D. Ana nos criou para sermos respeitadores das mulheres e para sermos delicados com as mulheres.”

Eduardo, ao seu jeito, à sua forma, compreendeu de maneira muito especial essa luta a que me refiro, essa luta das mulheres. Quando Governador, quando Eduardo tomou posse e organizou o seu governo, organizou uma Secretaria da Mulher, quando nenhum outro governo de Estado no País a havia organizado. Mas não apenas organizou uma Secretaria da Mulher, ele lhe deu uma nova configuração, uma configuração que saiu da afirmação retórica de que a causa da mulher deve permear todas as políticas públicas. Ele o fez na prática. Ele colocou na Secretaria da Mulher uma mulher política, uma ex-exilada, com uma história de luta libertária, e uma feminista, que fez um programa avançado de inclusão das mulheres pernambucanas, uma política em que escolheu dois centros de sua atuação no governo: a educação e a segurança pública. Esses dois vetores essenciais, estratégicos, da administração de Eduardo, tiveram uma participação singular da política das mulheres.

No Pacto pela Vida, Márcia, participava a Secretária Cristina Buarque, ex-cunhada do nosso Senador Cristovam Buarque, para definir metas a serem alcançadas no Pacto pela Vida, pela diminuição da violência no Estado de Pernambuco, dos índices de violência contra a mulher.

Também na educação, que foi o principal ponto estratégico, a principal paixão de Eduardo no seu governo, a ideia de que era indispensável implantar colégios de tempo integral no ensino médio, que fez com que ele construísse a maior rede de colégios de tempo integral no ensino médio do Brasil, com mais de 300 colégios de tempo integral.

Ainda assim, Eduardo criou, na Secretaria da Mulher, um programa de alfabetização de mulheres rurais, que ganhou o nome de Chapéu de Couro, também numa referência clara à sua vinculação com a luta de Miguel Arraes. Ele ganhou seu primeiro destaque e prêmio internacional de gestão em direitos humanos com esse projeto, recebendo esse prêmio na ONU.

Portanto, essa referência de um mundo, de uma administração, de uma sociedade em que a democracia exigia uma política também de inclusão da outra metade da humanidade, que são as mulheres, Eduardo fez com devoção, com dedicação, com respeito à luta das mulheres, com respeito à sua Secretária, Cristina Buarque, dando-lhe poder para implantar uma política pública realmente de inclusão social, que marcasse a postura de um governante socialista no governo de um Estado. Isso fez com que Eduardo tivesse, sem dúvida nenhuma, a admiração das mulheres feministas deste Brasil e da militância de mulheres socialistas.

Eduardo era respeitado pela militância da Juventude Socialista Brasileira, que aqui está presente. Eduardo era respeitado pelo movimento negro do Partido, pela sua capacidade de ouvir. Ele me dizia: “Lídice, eu preciso – na campanha, ele dizia isto muito – ouvir esse movimento negro da Bahia. Quero estar com suas principais lideranças. Quero entender essa questão de forma mais profunda, porque nós precisamos ter um programa que seja capaz de responder ao desafio de fazer a inclusão verdadeira do nosso povo.”

Eduardo também deu voz, no nosso Partido, ao movimento LGBT, que passou a ter uma participação destacada na sua Presidência. Ouviu, portanto, todos os segmentos organizados, que queriam ter voz internamente e na sociedade brasileira, o movimento sindical, como aqui falei também.

Eu queria destacar aquilo que não foi dito aqui: o Eduardo Presidente do PSB; o Eduardo respeitador da luta política das minorias e dos nossos movimentos sociais dentro do Partido e fora dele; o Eduardo, cuja sensibilidade de homem ainda muito jovem, ainda saindo da adolescência, escolheu uma companheira que foi a sua companheira de vida. Por ela, ele teve um amor profundo, muito profundo. Tiveram cinco filhos, numa idade como a dele, que faria 50 anos agora. Dificilmente pessoas dessa geração têm tantos filhos. Ele dizia: “Nós queremos botar gente no mundo.”

Tinha em Renata uma parceria que pensava justamente como ele a vida. Renata, com ele, compartilhava da mesma fervorosa fé cristã. Renata foi sua companheira em toda a sua caminhada à Presidência da República. Ele dizia para mim: “Lídice, Renata, agora com o Miguelzinho, não deixa nem as babás darem banho nele. Ela está transformando Miguel numa parte do seu corpo. Ela leva Miguel para toda essa campanha.” E, da última vez em que ele foi a Salvador para fazer conosco a última atividade, uma semana antes de sua morte, ela desceu do avião com ele em Salvador, amamentou Miguel. Ia ficar em Salvador, mas decidiu: “Eu quero que o avião me leve para Pernambuco. Estou sentindo falta do José e dos meninos.”

A relação de Eduardo com a sua mãe também era uma relação que não se limitava ao amor materno. Ana também era sua companheira de batalha, sua conselheira política, sua parceira de ideias. Essa relação de Eduardo com as mulheres certamente teve uma grande influência na sua formação, foi tão grande que fez com que desenvolvesse a sua sensibilidade para as questões sociais.

É claro que Eduardo foi um herdeiro legítimo de Miguel Arraes, um herdeiro político. Ele herdou do Arraes nacionalista o seu profundo amor pelo Brasil. Ele herdou do líder político nordestino Miguel Arraes a sua profunda compreensão sobre o Nordeste. Eduardo foi um líder nordestino que pensava o Brasil como os nordestinos Celso Furtado e Rômulo Almeida pensaram o Brasil – e deram sua enorme contribuição para o planejamento econômico deste País.

Eduardo sabia das dificuldades de um líder político nordestino se impor ao Brasil, mas não se paralisou, não se deteve no medo: ele se jogou de forma corajosa para esse desafio de ser um líder nacional. Eduardo herdou do governo de Arraes sua compreensão sobre a valorização da cultura – da cultura pernambucana, da cultura nacional – como identidade do povo; a identidade do povo pernambucano, a quem ele dava voz através do pensamento de Ariano Suassuna, que foi Secretário de Cultura dele e Secretário de Cultura também de seu avô. Ele, também como Arraes, compreendeu o valor de apostar na ciência e na tecnologia para construir o futuro do Brasil.

Então, como todos nós somos herdeiros, somos formados das heranças que recebemos dos nossos pais e dessa convivência da luta política e da relação com o povo, Eduardo se tornou esse grande político que encantou o Brasil e que faz uma enorme falta ao Partido Socialista Brasileiro e uma enorme falta à nossa Nação neste momento especialmente.

Ele, como construtor de pontes, como grande negociador – era sua característica central –, veio ao Congresso Nacional, foi ser Ministro e voltou para o Congresso Nacional por sua característica de grande negociador. Sempre o foi, e foi por isso e é por isso que temos uma sessão neste Senado Federal, como tivemos na Câmara, como tivemos na segunda-feira, com a participação de tantos líderes políticos, com diversidade de pensamento tão larga, para homenagear Eduardo. Não o homenagearam apenas na referência à sua atuação política, mas o homenagearam como homem público, como amigo que foi de tantos deles. E é nessa circunstância que eu aqui deixo também a minha palavra de registro sobre Eduardo.

Para finalizar, vou contar também sobre o seu lado humorístico, já muito referenciado aqui, Presidente Renan.

Na última vez em que ele esteve em Salvador, na quarta-feira antes daquela tragédia, Eduardo foi fazer um ato com a juventude. Lá filmamos um ato muito bonito, fizemos um programa muito bonito e, quando saímos, na *van* em que íamos, eu disse: “Eduardo, preciso falar com você”. Ele me disse: “Eu já sei, já sei”. Ele – claro, candidato – ia saindo dos pleitos, enrolando aqui e ali – ia saindo dos pleitos nossos, dos políticos. Virando-se para mim, eu disse a ele: “Olha, é indispensável o que eu quero lhe falar!” Ele, claro, quando ouviu aquela conversa, já sabia do que se tratava. Aí ele disse: “Tá, Lídice da Mata, fale”. Eu disse: “Se não houver recurso, a cam-

panha vai acabar, eu vou me matar... É uma tragédia isso aqui, não vamos a lugar nenhum". Ele disse: "Sim, e o que mais?" "Mas você não respondeu a primeira pergunta!" "Porque está resolvido: dinheiro para campanha, Lídice, não é problema, é solução! Então, certamente, vai aparecer, para que a gente continue". E aí eu já estava ali... "Está bem, Eduardo, está bem".

"E a segunda pergunta? O que é?" "É uma coisa simples, você pode decidir agora, é muito rápido. Eu preciso que você libere Bruno para ele vir para a minha campanha". Bruno era Presidente da JSB (Juventude Socialista Brasileira) e é meu filho. Eu disse: "Nós estamos precisando, eu preciso de gente aqui. Você precisa liberar Bruno". Já na entrada do aeroporto, ele disse assim: "Não. Isso eu vou atender. Olha Bruno, você precisa ir, imediatamente, para o Paraná, porque nós estamos precisando muito de você no Paraná, para organizar a juventude do Paraná. Depois, de lá, você vai para o Pará, porque é indispensável organizar a juventude na campanha do Pará. Depois você desce para o Maranhão, para participar da campanha de Flávio Dino e Roberto Rocha e, depois, você vai até o Piauí. Feito esse trajeto, em 30 de setembro você chega aqui na campanha de sua mãe e a ajuda, tem condição de ajudá-la a fazer a campanha!" E caiu na gargalhada!

Era um pouco esse o Eduardo, que transformava as nossas dificuldades, enfrentava as imensas dificuldades que todos nós tínhamos com muito bom humor, com muita alegria, e que, portanto, nos jogava para frente, para acreditarmos naquilo que ele disse, finalmente, para todo o Brasil: "Não vamos desistir do Brasil!"

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Roberto Rocha, que foi o primeiro signatário desta sessão e a presidiu durante quase todo o tempo; Presidente Nacional do PSB, Carlos Siqueira; Presidente da Fundação João Mangabeira e Governador do Estado do Espírito Santo no período de 2011 a 2014, Renato Casagrande; representando o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação Aldo Rebelo, a Secretária-Executiva – também uma querida amiga – do Ministério da Ciência e Tecnologia, Emília Ribeiro; esposa do Governador do Distrito Federal, Márcia Rollemberg – Primeira-Dama, um abraço grande no Governador, que também já esteve aqui nesta sessão.

Eu quero cumprimentar os jornalistas que estiveram presentes cumprimentando o pernambucano Gerson Camarotti. E quero cumprimentar alguns também que estiveram e estão na sessão: Jarbas Vasconcelos, Deputado Federal por Pernambuco que também foi Senador; Senador Pedro Simon, que mais uma vez honra esta Casa, este Plenário, com a sua presença; Secretário Executivo do Ministério do Turismo, Alberto Alves; Secretário de Desenvolvimento Humano e Social do Distrito Federal, Marcos Pacco; Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Governo do Maranhão, Marcelo Coelho; Presidente da Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras Federais, Thiago Cardoso Henriques Botelho; Presidente da Terracap, Alexandre Navarro; Deputado Federal Tadeu Alencar – cumprimentando o Deputado Federal Tadeu Alencar, nós cumprimentamos os outros Deputados Federais presentes durante a sessão –; querido amigo, ex-Deputado Edivaldo Holanda, Prefeito de São Luís.

É com viva emoção – eu diria mesmo que com viva comoção – que neste momento, nesta Sessão Especial, reverenciamos a memória de Eduardo Campos pela passagem do primeiro ano de seu falecimento, ocorrido no dia 13 de agosto de 2014 em trágico acidente aéreo.

Aquela manhã de quarta-feira não nos levou apenas o político Eduardo Campos. Aquela manhã de quarta-feira não afastou apenas o abraço carinhoso do esposo de nossa querida Renata Campos. Aquela manhã de quarta-feira não apagou apenas o sorriso generoso do pai que amava tanto Maria Eduarda, João, Pedro, José, Miguel, seus filhos. Aquela manhã de quarta-feira, senhoras e senhores, roubou a este País a alegria da presença de um homem que, como ele dizia, jamais desistiu do Brasil.

Mas aquela triste manhã de quarta-feira nos deixou também, como disse, um exemplo, um exemplo de vontade, de força, de luta, de resistência, de coragem pela melhoria da qualidade de vida dos pernambucanos e dos brasileiros. Aquela manhã de quarta-feira nos fez perceber, por meio da dor da ausência, a importância da presença em nossa história de homens com Eduardo Campos.

Não falo aqui apenas do candidato à Presidência da República; do Governador, por duas vezes, do Estado de Pernambuco; do Ministro da Ciência e Tecnologia; do Deputado por três mandatos; do Secretário de Governo e da Fazenda do Estado de Pernambuco; do Deputado Estadual que se elegeu pela primeira vez em 1991, aos 26 anos.

Falo de um homem de rara visão e espírito público que sempre esteve à frente do seu tempo.

Falo do Deputado Federal que apresentou, entre outros, o projeto que permite o uso dos recursos do FGTS para pagamento de curso superior do trabalhador e seus dependentes.

Falo do Ministro da Ciência e Tecnologia que articulou a aprovação do Programa de Biossegurança; da Lei de Inovação Tecnológica; e da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, considerada a maior olimpíada de matemática do mundo em número de participantes.

Falo do Governador do Estado de Pernambuco que, em sua gestão, colocou contas públicas na internet com o Portal de Transparência do Estado, que fez o Estado crescer acima da média nacional, que soube promover a redução dos índices de violência com a implantação do Programa Pacto pela Vida.

Falo da grande figura humana que certamente ficará na memória de todos aqueles que o conheceram e que tiveram o privilégio de com ele conviver, como eu, como meu irmão Renildo, como meu irmão Olavo, como o Líder da Bancada do PMDB que aqui esteve há pouco, Eunício Oliveira, como Romero Jucá, ambos Ministros no mesmo Governo.

Nós sempre tivemos com a família de Miguel Arraes uma aproximação grande, sobretudo com Miguel Arraes. Tanto que, quando o Deputado Miguel Arraes deixou Brasília e foi assumir o Governo de Alagoas, nós ficamos com o motorista, Afrânio, paraibano que até hoje é um grande amigo, que trabalhou a vida inteira com Miguel Arraes e até hoje trabalha conosco.

Falo, senhoras e senhores, de um homem que o Brasil, sinceramente, não poderia ter perdido. E não perdeu – o Simon fala sempre isso –, porque ficou o seu legado, o legado de alguém que nos faz neste momento uma falta infinita, mas que deixou o grande exemplo de pai, de marido, de um político que, sem dúvida nenhuma, para além de qualquer diferença que algum de nós pudesse ter, iluminava uma opção.

A Mesa do Senado Federal, nesta singela homenagem, presta toda a solidariedade à família de Eduardo Campos, que, mais uma vez, eu gostaria de abraçar, de cumprimentar, cumprimentando sua esposa, Renata Campos, e cumprimentando também sua mãe, Ministra Ana Arraes.

Que Deus o ilumine sempre.

Eram essas as palavras que eu gostaria de dizer em nome de todos os Senadores desta Casa. (*Palmas.*)

Cumprida a finalidade da sessão, agradeço as personalidades presentes que nos honraram com seu comparecimento.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a conversa permanente entre “vida” e “história” nos coloca, mais uma vez, nessa Sessão Especial, frente ao evento da passagem do nosso querido Eduardo Campos, morto tragicamente há exatamente um ano, numa queda de avião. Ele - ainda tão jovem — teria completado 50 anos de idade na última segunda-feira (10/08/2015) e era, reconhecidamente, uma das maiores promessas políticas do Brasil. Sua condição de candidato promissor à Presidência da República - e sua passagem por inúmeros cargos de relevo - evidenciou, na ocasião da sua morte, que o debate sobre o Brasil perdia uma voz importante e desequilibrava a disputa, com os reflexos que conhecemos e vivenciamos hoje.

Lembrar de Eduardo Campos é também a oportunidade de exercitar nosso desejo comum de cultivar uma sociedade justa e solidária, que garanta o equilibrado desenvolvimento nacional. Homenageá-lo é acompanhar a todos os colegas parlamentares que partilham o ideal do bem comum e da igualdade entre todas as pessoas humanas, com a vida e a história de todos mediadas pela liberdade. Quem acompanhou minimamente a vida de homem público de Eduardo Campos sabe que não exagero ao dizer que um de seus principais “nortes” era a busca pelas estrelas polares da liberdade e do bem comum.

Por acreditarmos na vida assumimos, no nosso País, como fundamentos do Estado Democrático de Direito - entre outros -, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. As pessoas se empenham na labuta cotidiana que lhes dá o pão da vida. Essa é a batalha de todos nós, e se é de batalhas que se vive a vida, é necessário vencer e viver cada batalha. É assim que tecemos o futuro. Homens do quilate de Eduardo Campos, na sua atuação política, deixam o exemplo de como o poder público pode auxiliar o povo a manter seus sonhos. A queda da criminalidade em seu Estado — Pernambuco -, resultado de sua ação no governo estadual, demonstra que é possível um futuro mais tranquilo para o povo.

Essa tranquilidade dá a todos a certeza de que são partícipes da invenção permanente da sociedade, de que as decisões são fruto do partilhamento e, seguramente, do correto exercício da cidadania. Tudo isso conduz ao empoderamento do povo, que é, para mim, um elemento de base imprescindível ao bom governo. Daí os sucessos eleitorais que Eduardo Campos obteve na sua carreira, com todo o merecimento.

Mas, ai de nós!, essa vida - que é a nossa vida e a nossa história! - é ameaçada permanentemente por um sem número de flagelos, como a fome, a doença, a ignorância, os desastres naturais e suas sombras. O direito à vida é o mais alto direito existente, e todo o arcabouço jurídico se configura de modo a assegurar tal direito. É pela garantia da manutenção da vida - em seus variados planos - que tudo o mais que existe de humano se manifesta. O político precisa dar ao povo, como fez Eduardo Campos, os elementos que afastem tais flagelos, sobretudo pelo desenvolvimento em múltiplas frentes.

O governo precisa implantar com urgência urgentíssima uma política de transparência, em tempo real, dando à população uma posição real de participação política, que fortalece a democracia e combate a corrupção no nascedouro. Eduardo Campos foi transparente e certamente continuaria a seguir esse caminho, simplesmente porque é um caminho que permite mais justiça social.

A política como vocação ultrapassa a política como mera ocupação ou exercício de um *métier* temporário, ou a política como projeto de partidos que procuram se manter na arena do poder. O político não é simplesmente um administrador, embora também deva sê-lo. Eduardo Campos soube dosar a boa administração da coisa pública com a visão diferenciada do político que vê a vida se desdobrar como história. Apesar do seu carisma, não considero que Eduardo Campos tenha sido mágico ou profeta - figuras carismáticas por excelência -, mas um homem antenado com seu povo e seu tempo, excelente leitor dos sinais sociais e econômicos, que o deixavam ver para mais além desse imediatismo cotidiano.

De par com essa homenagem renovamos nosso pesar e lamentamos que um homem tão promissor e brilhante - e carecemos tanto disso! - tenha partido tão cedo da vida. É preciso enfatizar a condição de protagonista que Eduardo Campos exerceu por onde passou como homem público. Que sua memória permaneça como paradigma de atuação e de comportamento político. Que saibamos aprender dele, do seu exemplo, a vivência da política de alto nível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 15 minutos.)


Ata da 134ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana, da Srª Ana Amélia e do Sr. Donizeti Nogueira.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e encerra-se às 17 horas e 28 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

<div>  <div> REGISTRO DE COMPARECIMENTO Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária </div> </div>			
134ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas Período: 13/08/2015 07:00:00 até 13/08/2015 20:35:59			
Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PR	MT	Blairo Maggi	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PSD	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PMDB	PB	José Maranhão	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PT	RJ	Lindbergh Farias	^
-	GO	Lúcia Vânia	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
-	SP	Marta Suplicy	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
DEM	GO	Wilder Moraes	X

Compareceram 70 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se em 12 de agosto o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 32, de 2015**.

Não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Resolução nº 32, de 2015, vai à CCJ e CDir.

PARECERES**SENADO FEDERAL**
PARECER Nº 540, DE 2015

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2015 (nº 1.025/2015, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia, celebrado em Brasília, em 17 fevereiro em 2012.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 211, de 2015, cuja ementa está acima epigrafada. O texto do referido Acordo de Cooperação Técnica foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 35, de 7 de fevereiro 2013, da Presidente da República.

A mensagem é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores. Referida mensagem destaca que o Acordo é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação técnica bilateral e regerá os projetos considerados prioritários por ambas as Partes.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O projeto não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal. Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, o Ato em exame está em consonância com o disposto no art. 4º, inciso IX, da Constituição Federal, o qual prevê que a República Federativa do Brasil se regerá em suas relações internacionais pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A cooperação técnica Sul-Sul é, decerto, das mais relevantes para a consecução desse objetivo.

O Acordo é versado em doze artigos, prevê a cooperação trilateral, no qual as Partes incluirão também outros países, organizações internacionais e agências regionais e a necessidade ajustes complementares para respaldar programas e projetos de cooperação técnica.

Cumprirá às Partes decidir sobre a participação do setor privado na cooperação, bem como de organizações não governamentais. Os recursos poderão provir dos Governos federais, do setor privado, de organizações não governamentais ou de terceiros países, organizações e fundos internacionais.

Prevê-se mecanismo de reuniões para a decisão, o acompanhamento e a avaliação de projetos. Contempla-se, ainda, o fornecimento de todo apoio logístico necessário relativo à acomodação, transporte, acesso e para cumprimento de funções específicas das delegações da outra Parte para a implementação deste Acordo.

Facilitação em termos de vistos, taxas e impostos ao pessoal das missões de cooperação, bem como aos dependentes legais, quando necessária, é mencionada no artigo VII do Acordo. Menciona-se, ainda, no item f do mesmo Acordo “imunidade de jurisdição por palavras faladas ou escritas e por todos os demais atos praticados no exercício de suas funções”. Igualmente, bens, equipamentos e outros itens fornecidos à execução dos projetos serão isentos de taxas, impostos e outros gravames de importação e exportação, exceto no que concerne à armazenagem, ao transporte e a outros serviços conexos.

Os demais artigos tratam de regras de emendas ao Acordo, solução de controvérsias, vigência e denúncia.

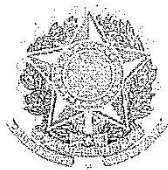
III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2015.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2015

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Presidente

Senador **JORGE VIANA**, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 28ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 13 de agosto de 2015 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana (PT)		1. José Pimentel (PT)	
Lindbergh Farias (PT)		2. Telmário Mota (PDT)	
Gleisi Hoffmann (PT)		3. Delcídio do Amaral (PT)	
Lasier Martins (PDT)		4. Humberto Costa (PT)	
Cristovam Buarque (PDT)		5. VAGO	
Ana Amélia (PP)		6. Benedito de Lira (PP)	
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Edison Lobão (PMDB)		1. João Alberto Souza (PMDB)	
Roberto Requião (PMDB)		2. Raimundo Lira (PMDB)	
Sérgio Petecão (PSD)		3. Valdir Raupp (PMDB)	
Eunício Oliveira (PMDB)		4. Romero Jucá (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)		5. Hélio José (PSD)	
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino (DEM)		1. Ronaldo Caiado (DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		2. Flexa Ribeiro (PSDB)	
Tasso Jereissati (PSDB)		3. José Serra (PSDB)	
Paulo Bauer (PSDB)		4. Antonio Anastasia (PSDB)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho (PSB)		1. João Capiberibe (PSB)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)		2. Lídice da Mata (PSB)	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim (PSC)		1. Marcelo Crivella (PRB)	
Magno Malta (PR)		2. Wellington Fagundes (PR)	



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 541, DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2011, do Senador Vicentinho Alves, que *altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 497, de 2011, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que “altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências”.

O projeto contém dois artigos. O primeiro deles insere seis parágrafos no art. 25 da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação – SNV”. O segundo artigo contém a cláusula de vigência da lei proposta, que seria imediata.

Os parágrafos inseridos no art. 25 da Lei nº 12.379, de 2011, estabelecem que: a) todas as eclusas previstas no SNV deverão ser construídas concomitante à construção de eventuais barragens para geração de energia elétrica; b) a construção e a exploração das eclusas dar-se-ão por meio

de parcerias público-privadas (PPPs), sendo que, no caso da construção, deverá participar o concessionário da usina hidroelétrica; c) o poder concedente repassará os recursos necessários à sua contraprestação para a construção da eclusa já durante a construção da própria usina; e d) a engenharia financeira deverá prever que a construção e a operação da eclusa não impactem o preço final cobrado pela energia elétrica produzida.

Na justificação, o autor argumenta que “a implantação de eclusas no sistema aquaviário nacional é fundamental para se reduzir os custos de transporte”. Argumenta ainda que as eclusas são importantes do ponto de vista ambiental, pois permitem a piracema e garantem os deslocamentos das populações ribeirinhas. Entretanto, como não há espaço para aumentos na tarifa de energia elétrica – nas palavras do autor do projeto, “uma das mais caras do mundo” –, que serviriam para financiar a construção e a operação de eclusas, faz-se necessário o aporte de recursos por parte do Estado brasileiro, de forma a não se perder essa “oportunidade única para prover o País de uma rede de eclusas”, que seria possível graças à construção combinada e simultânea com a das usinas hidroelétricas.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O mérito do projeto é inquestionável. De fato, o maior impedimento a uma maior utilização das hidrovias em nosso País é a ausência de eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis em nossos rios.

Ocorre, entretanto, que projeto do saudoso Senador Eliseu Resende, com objetivos semelhantes ao do que ora analisamos, foi sancionado na Lei nº 13.081, de 2 de janeiro do corrente ano. O Art. 1º dessa Lei já demonstra sua importância para todos aqueles que lutam, como eu, pelo transporte hidroviário no Brasil:

“Art. 1º A construção de barragens para a geração de energia elétrica em vias navegáveis ou potencialmente navegáveis deverá ocorrer **de forma concomitante** com a construção, total ou parcial, de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis previstos em regulamentação estabelecida pelo Poder Executivo do ente da Federação detentor do domínio do corpo de água.”

Nesse sentido, entendemos que o cerne do que está proposto pelo PLS nº 497, de 2011, já encontra abrigo na mencionada Lei nº 13.081, de 2015. Ou seja, em função disso, é necessário declarar sua prejudicialidade.

III – VOTO

Diante do exposto, recomendamos a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2011, em função da edição da Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente

Senador **BLAIRO MAGGI**, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 12 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Hélio José (PSD)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Paulo Bauer (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 542, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 400, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos”.

O projeto contém três artigos, sendo que o primeiro altera as competências dos Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs) no art. 31 da Lei nº 8.630, de 1993 (antiga Lei dos Portos), o segundo define sua cláusula de vigência, que seria imediata, e o terceiro e último artigo revoga dispositivos da mencionada lei, com vistas a também alterar competências dos CAPs.

Além da CAE, o projeto também foi distribuído à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a quem compete decisão de caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

O projeto trata das competências dos Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs), ou seja, relaciona-se a portos.

Nesse sentido, é necessário, previamente a qualquer discussão acerca do mérito nele contido, considerar que sua proposta encontra-se prejudicada pela recente edição da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (nova Lei dos Portos), que decorreu de amplo e exaustivo debate acerca das questões portuárias, que ocorreu no começo desse ano quando da análise da Medida Provisória nº 595, de 2012.

Ao longo desse debate, um dos pontos que foram analisados e que trazem mudanças significativas em relação ao texto anterior (da Lei nº 8.630, de 1993), é justamente o das competências e atribuições dos CAPs.

Assim sendo, entendemos que a tramitação da proposta ora analisada deva ser finalizada mediante a declaração de prejudicialidade, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal em seu art. 334. Essa declaração, contudo, deve ser feita pelo Presidente do Senado Federal, no Plenário desta Casa. Desta forma, nossa conclusão dar-se-á no sentido de enviarmos o PLS nº 400, de 2012, a tal autoridade.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pelo encaminhamento do PLS nº 400, de 2012, à Presidência do Senado para que, ao abrigo do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, seja declarado **prejudicado** pela recente edição da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, na qual a proposta do nobre Senador Vital do Rêgo foi integralmente acatada.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2013.

Senador **LINDBERGH FARIAS**, Presidente

Seador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 66ª REUNIÃO, DE 15/10/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. João Ribeiro (PR)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 543, DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos.*

RELATOR: Senador **ACIR GURGACZ**

I – RELATÓRIO

Encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 400, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos”.

O projeto, em três artigos, modifica os artigos 30 e 31 da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 (antiga Lei dos Portos), para alterar as competências dos Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs).

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, tendo recebido parecer pela prejudicialidade em razão de a proposta do autor do projeto ter sido integralmente atendida pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

A proposição vem à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a quem compete decisão de caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar o mérito do Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2012.

As medidas constantes do projeto em questão têm por objetivo eliminar duplicidades de competências existentes entre os Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Como já exposto no relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, na CAE, as providências propostas tornaram-se prejudicadas em razão da aprovação da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que trouxe mudanças significativas em relação às competências e atribuições dos CAPs que constavam no texto da Lei nº 8.630, de 1993.

Sendo assim, com fundamento no art.334 do Regimento Interno desta Casa, o PLS nº 400, de 2012, deve ser declarado prejudicado pelo Presidente do Senado Federal.

III – VOTO

Ante o exposto, voto no sentido da declaração de prejudicialidade do PLS nº 400, de 2012.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente

Senador **ACIR GURGACZ** , Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 12 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Hélio José (PSD)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Paulo Bauer (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 544, DE 2015

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, que “altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que *dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências*, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear – CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima – NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas”.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Relator AD HAC: Senador Orlando Sobrinho

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. A iniciativa visa a tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

Para tanto, altera os incisos XIV, do art. 24, e XIX, do art. 27, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que tratam das atribuições da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), de forma a impor ao transportador de carga perigosa, entre outras obrigações relativas a padrões e normas técnicas, a utilização permanente de sistema de rastreamento por satélite.

Altera ainda o art. 2º da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, dispositivo que estabelece as competências da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), dando nova redação à alínea *b* do inciso IX, de modo a exigir o rastreamento por satélite no transporte de produtos radioativos.

Argumenta a autora da proposição que, não obstante a minudência e o zelo com que são elaboradas as normas administrativas expedidas pelas agências reguladoras, elas “não impõem, como deveriam, a obrigatoriedade de que os veículos utilizados no transporte de cargas dessa natureza disponham de sistema de rastreamento por satélite”. Destaca que esse sistema permite a localização imediata de veículos com material de alta periculosidade, como o radioativo, o que contribui para evitar acidentes de grande monta.

A matéria foi distribuída às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A matéria insere-se no rol de competências desta Comissão, nos termos do art. 104-C, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No que se refere ao mérito, consideramos a iniciativa oportuna e pertinente. De fato, ao impor a adoção de tecnologia já disponível, que permite a localização permanente de veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas, a lei proposta irá possibilitar aos órgãos encarregados da defesa civil condições para adotar as necessárias medidas preventivas. Dessa forma, serão

reduzidos os riscos de acidentes bem como os custos humanos, econômicos e ambientais deles decorrentes.

Importa notar, ademais, que a proposta não enseja elevação de despesas públicas. Por outro lado, o ônus adicional para as empresas transportadoras sujeita-se, de uma parte, ao princípio da “preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, nos termos do art. 144 da Constituição Federal, e, de outra, ao preceito econômico de que os custos de prevenção tendem a ser inferiores àqueles que decorrem de acidentes ou desastres.

III – VOTO

Em razão do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012.

Sala da Comissão, 03 DE 7 2015

Sen. Zeze Perrella, Presidente

DDel Amador, Relator



SENADO FEDERAL
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 44ª REUNIÃO, DE 03/12/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: (Sen. Zeze Perrella)

RELATOR: Senador Osvaldo Sobrinho (AD Hoc)

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Lobão Filho (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ivo Cassol (PP)
Luiz Henrique (PMDB)	4. Benedito de Lira (PP)
Ciro Nogueira (PP)	5. Sérgio Souza (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Alfredo Nascimento (PR)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (AD Hoc)
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 545, DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia*

Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

RELATOR: Senador ACIR GURGACZ

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O objetivo da proposição é tornar obrigatória a utilização permanente de sistema de rastreamento por satélite durante o transporte de cargas perigosas.

A matéria já recebeu parecer favorável à aprovação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

II – ANÁLISE

O PLC nº 166, de 2012, vem à apreciação da CI em cumprimento ao disposto no art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, em especial

quanto ao inciso I, onde está prevista a competência desta Comissão para opinar acerca de proposições que tratem de transportes.

Na justificação, é destacado que nosso ordenamento jurídico delegou aos órgãos reguladores competência para editar as normas concernentes ao transporte de cargas perigosas. Entretanto, esclarece a autora, as normas administrativas expedidas pelas agências reguladoras, conquanto sejam minudentes e zelosas, não impõem, como deveriam, a obrigatoriedade de que os veículos utilizados no transporte de cargas dessa natureza disponham de sistema de rastreamento por satélite.

A autora exemplifica o caso de veículo com material radioativo em seu interior que houvera sido roubado na cidade de Duque de Caxias (RJ) e cujas buscas consumiram dois dias, período no qual poderia ter acontecido acidente de grande monta. Se houvesse no veículo um sistema de rastreamento, a localização teria sido imediata.

Embora se reconheça as graves consequências, tanto ao meio ambiente quanto à saúde das pessoas, que incidentes desse tipo, envolvendo cargas perigosas, podem gerar, não existe ainda em nosso ordenamento jurídico obrigatoriedade de que esse tipo de carga seja rastreada, via satélite, quando for transportada pelo território nacional.

A proposta, portanto, aumenta o controle do transporte de materiais perigosos por meio da exigência de rastreamento desse tipo de carga. Diminui, dessa forma, a probabilidade de haverem acidentes com esse tipo de material, uma vez que será possível aos órgãos competentes localizar a carga em curto prazo e tomar as providências cabíveis, evitando a ocorrência de acidentes.

Nesse contexto, julgamos a proposição ora analisada meritória e oportuna.

Em síntese, o projeto, ao ser transformado em lei, aperfeiçoará o arcabouço legal vigente e aumentará a segurança do transporte de materiais perigosos, contribuindo para a proteção da sociedade brasileira.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do PLS nº 166, de 2012.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente

Senador **ACIR GURGACZ**, Relator



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CI
Data: 12 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 08h30
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Hélio José (PSD)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Paulo Bauer (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)

Thales Roberto Furtado Moraes
Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 166/2012.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)				1. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)	X			2. ANGELA PORTELA (PT)	X		
LASIER MARTINS (PDT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)	X		
ACIR GURGACZ (PDT)(RELATOR)	X			4. PAULO ROCHA (PT)			
TELMÁRIO MOTA (PDT)	X			5. VAGO			
CIRO NOGUEIRA (PP)				6. IVO CASSOL (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				1. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)				2. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			3. DÁRIO BERGER (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)				4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
RICARDO FERRAÇO (PMDB)				5. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			6. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIADO (DEM)				1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
WILDER MORAIS (DEM)	X			2. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
PAULO BAUER (PSDB)				4. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)	X			1. ROBERTO ROCHA (PSB)	X		
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X			2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BLAIRO MAGGI (PR)	X			1. DOUGLAS CINTRA (PTB)			
WELLINGTON FAGUNDES (PR)	X			2. ELMANO FÉRRER (PTB)			
VICENTINHO ALVES (PR)				3. EDUARDO AMORIM (PSC)			

Quórum: 16

Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 12/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OS TENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2012

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso XIV do art. 24 e o inciso XIX do art. 27, ambos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passam a ser respectivamente expressos da seguinte forma:

“**Art. 24.**

.....

XIV – estabelecer padrões e normas técnicas complementares relativos às operações de transporte terrestre de cargas especiais e perigosas, impondo-se ao transportador, no caso de cargas perigosas, entre outras exigências, a utilização permanente de sistema de rastreamento por satélite;

.....” (NR)

“**Art. 27.**

.....

XIX – estabelecer padrões e normas técnicas relativos às operações de transporte aquaviário de cargas especiais e perigosas, impondo-se ao transportador, no caso de cargas perigosas, entre outras exigências, a utilização permanente de sistema de rastreamento por satélite;

.....” (NR)

Art. 2º A alínea *b* do inciso IX do art. 2º da Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º**

.....

b) posse, uso, armazenamento e transporte de material nuclear, impondo-se ao transportador de material radioativo, entre outras exigências, a utilização permanente de sistema de rastreamento por satélite;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2015.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 47/2015-CI/PRES

Brasília, 12 de agosto de 2015.

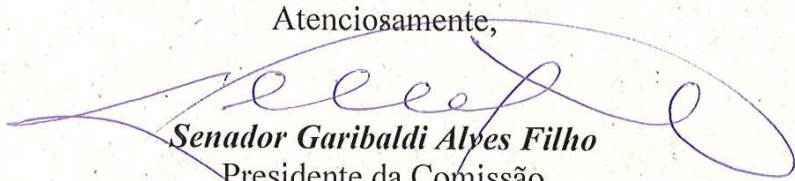
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica aprovação do PLS 166/2012**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Atenciosamente,


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 546, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana.*

RELATOR: Senador **LUIZ HENRIQUE**

I – RELATÓRIO

A proposição sob exame altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com o escopo de estimular a utilização do modo cicloviário de transporte nas cidades brasileiras.

Para tanto, a lei proposta:

a) inclui no rol das assim denominadas “infraestruturas de mobilidade urbana”, no âmbito do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, as “bicicletas públicas de uso compartilhado”;

b) conceitua “sistema cicloviário” como a “infraestrutura física e operacional de apoio à mobilidade cicloviária, incluindo ciclovias, ciclofaixas, semáforos, estacionamentos, sinalização e bicicletas públicas de uso compartilhado”;

c) atribui aos municípios a prerrogativa de “disponibilizar à população bicicletas públicas de uso compartilhado”;

d) acresce às atribuições mínimas dos “órgãos gestores dos entes federativos incumbidos respectivamente do planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana” a de “implantar sistema ciclovitário”;

e) adita aos instrumentos de gestão dos sistemas de transporte e de mobilidade urbana, passíveis de utilização pelos entes federativos, a “disponibilização de bicicletas públicas de uso compartilhado, que poderão ser utilizadas por qualquer pessoa, por tempo determinado, gratuitamente ou mediante pagamento módico”; e, por fim,

f) determina que “o sistema ciclovitário” passe a ser considerado na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana.

Para o autor do projeto, a crise de mobilidade que afeta as cidades brasileiras constitui presentemente um dos nossos maiores desafios. Ao reiterar que os congestionamentos do sistema viário têm levado milhões de brasileiros a perderem “preciosas horas de suas vidas no interior de veículos motorizados, que se locomovem a velocidades lentíssimas”, Sua Excelência avalia que, nas grandes metrópoles, até mesmo o conceito de “hora do rush” vem perdendo o sentido, uma vez que os congestionamentos já se estendem por “praticamente todo o período diurno e parte do noturno, sem relação com os horários de entrada e saída do trabalho”.

Para ele, tal circunstância prejudica indistintamente toda a população urbana. Se os menos favorecidos sofrem com as carências do transporte público, “caro e superlotado”, as classes médias tampouco se encontram em situação confortável, uma vez que dirigir um automóvel nessas condições torna-se “uma atividade estressante e ineficaz”.

Nesse sentido, Sua Excelência considera que a solução desse impasse, embora resida essencialmente na ampliação e no barateamento dos sistemas de transporte coletivo, não pode prescindir de medidas complementares, tais como o desestímulo ao uso do automóvel e o favorecimento da utilização de bicicletas.

Ao constatar que “grande parte dos deslocamentos ocorre em distâncias relativamente curtas, que poderiam ser percorridas de bicicleta, desde que a viagem pudesse ocorrer de forma segura e confortável”, o autor destaca as vantagens do sistema cicloviário, cujo desenvolvimento depende de sua institucionalização por meio da incorporação dessa alternativa à política de mobilidade urbana.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 262, de 2013, versa sobre normas gerais de transporte urbano, matéria sobre a qual a União tem competência para legislar, nos termos do art. 21, inciso XX, da Constituição Federal, não havendo reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo.

Por força desse abrigo constitucional, a proposição não contém vícios de iniciativa, apresentando-se em conformidade com os requisitos constitucionais, jurídicos e regimentais. Observa igualmente os preceitos da técnica legislativa consolidados na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, ao destinar-se a alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que “institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências”.

No mérito, adotamos os argumentos do autor, Senador Randolfe Rodrigues, no sentido de considerar que a proposição representa contribuição de alta relevância para o aprimoramento da Lei de Mobilidade Urbana.

De fato, como acentua Sua Excelência, o modo de transporte cicloviário pode atuar como “complemento importantíssimo do transporte coletivo, sob a forma de redes capilares de alimentação e distribuição”, associadas, por exemplo, às estações de metrô e aos terminais rodoviários.

São vários os países que vêm adotando políticas exitosas de estímulo ao uso de bicicletas. Na Europa, os países nórdicos, a Alemanha e a Holanda, entre outros, já colhem há muitos anos os benefícios do sistema. Mais recentemente, cidades importantes passaram a adotar programas de uso compartilhado de bicicletas. Em Paris, por exemplo, já se instalaram 3,8 mil quilômetros de ciclovias e o sistema de compartilhamento, denominado *Vélib*, já conta com 20 mil bicicletas, distribuídas por 1.450 estações.

Também o Brasil começa a adotar esse modelo, como ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde o sistema de Paris, em menor escala, foi replicado.

No entanto, como bem observa o autor do projeto, o desenvolvimento de todo o potencial do transporte cicloviário depende de sua institucionalização, da oferta de meios adequados e seguros aos ciclistas, “na forma de ciclovias e ciclofaixas, acompanhadas de semáforos e sinalização específica”, bem como de sua integração com o transporte coletivo.

Importa registrar, por fim, que as diretrizes da política de desenvolvimento urbano, entre as quais as que se dirigem aos sistemas de transporte e mobilidade, não afastam as prerrogativas próprias da autonomia constitucional dos municípios, devendo com ela harmonizar-se. Nesse sentido, à imensa diversidade das realidades locais no território nacional deverão corresponder distintas soluções que melhor atendam às respectivas peculiaridades sociais, culturais e econômicas.

III – VOTO

Em razão do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013.

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2013.

Senador **VITAL DO RÊGO**, Presidente

Senador **LUIZ HENRIQUE**, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 262 DE 2013

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 11 / 2013 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Vital do Rêgo</i>	
RELATOR: <i>Senador Luiz Henrique</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL	1. ANGELA PORTELA
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA <i>Humberto Costa</i>
RANDOLFE RODRIGUES	8. LINDBERGH FARIAS
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	9. WELLINGTON DIAS
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. CIRO NOGUEIRA
VITAL DO RÊGO	2. ROBERTO REQUIÃO <i>Roberto Requião</i>
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. PAULO DAVIM
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
ROMERO JUCÁ	9. LOBÃO FILHO
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO	4. PAULO BAUER
ALOYSIO NUNES FERREIRA	5. CYRO MIRANDA <i>Cyro Miranda</i>
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
MOZARILDO CAVALCANTI	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

autor →



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 547, DE 2015

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana.*

Relator: Senador **ROBERTO ROCHA**

Relator *ad hoc*: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 262, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues. O projeto altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com a finalidade de estimular a utilização do modo de transporte cicloviário nas cidades brasileiras.

Para o autor, a crise de mobilidade urbana afeta indistintamente tanto usuários do transporte coletivo quanto do individual. Segundo ele, embora a solução para este problema seja a ampliação e barateamento do transporte coletivo, o incentivo ao uso de bicicletas para deslocamentos curtos, ou como complemento ao transporte coletivo, cumprindo papel de alimentação e distribuição, ou ainda para o transporte escolar, contribuiria para solução do problema. Para tanto, se faz necessária a oferta de facilidades aos ciclistas, na forma de ciclovias e ciclofaixas, acompanhadas de semáforos e sinalização específica, de modo a tornar seguros os principais percursos.

Para que haja integração com transporte coletivo, o autor aponta que deverá haver oferta de bicicletas de uso compartilhado nas proximidades de terminais de metrô e ônibus.

Ainda de acordo com o autor, para que o transporte cicloviário possa desenvolver todo seu potencial, é preciso que ele seja institucionalizado, mediante incorporação dessa alternativa à política de mobilidade urbana.

Para tanto, a proposta altera a Lei nº 12.587 ao tempo em que:

a) inclui no rol das “infraestruturas de mobilidade urbana” as “bicicletas públicas de uso compartilhado”;

b) conceitua “sistema cicloviário” como a “infraestrutura física e operacional de apoio à mobilidade cicloviária, incluindo ciclovias, ciclofaixas, semáforos, estacionamentos, sinalização e bicicletas públicas de uso compartilhado”;

c) atribui aos municípios a prerrogativa de “disponibilizar à população bicicletas públicas de uso compartilhado”;

d) acresce às atribuições mínimas dos “órgãos gestores dos entes federativos incumbidos respectivamente do planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana” a de “implantar sistema cicloviário”;

e) adita aos instrumentos de gestão dos sistemas de transporte e de mobilidade urbana, passíveis de utilização pelos entes federativos, a “disponibilização de bicicletas públicas de uso compartilhado, que poderão ser

utilizadas por qualquer pessoa, por tempo determinado, gratuitamente ou mediante pagamento módico”; e, por fim,

f) determina que o Plano de Mobilidade Urbana deverá contemplar “o sistema cicloviário”.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, onde recebeu parecer pela aprovação; e de Serviços de Infraestrutura, à qual cabe decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 262, de 2013, vem à apreciação da CI em cumprimento ao disposto no art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, em especial quanto ao inciso I, onde está prevista a competência desta Comissão para opinar acerca de proposições que tratem de transportes.

Ao observarmos a realidade das cidades brasileiras, é notório o uso crescente de bicicletas, seja para deslocamentos ao trabalho e estudo ou mesmo para o lazer. No entanto, ainda há um grande potencial de crescimento para essa alternativa de transporte.

Para tanto, é necessário que as cidades estejam preparadas para que esses deslocamentos sejam efetuados de forma segura e contínua no ambiente urbano, e de forma integrada e complementar aos demais modos de transporte.

Nesse contexto a proposição em análise, embora não tenha como finalidade obrigar os municípios a construir as infraestruturas destinadas ao transporte cicloviário, torna a atual legislação mais explícita quanto ao importante papel desse meio de transporte para a solução dos problemas de mobilidade urbana.

III – VOTO

Em razão do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015

Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**, Presidente

Senador **ROBERTO ROCHA**, Relator

Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**, Relator *ad hoc*



SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 23ª Reunião, Extraordinária, da CI

Data: 12 de agosto de 2015 (quarta-feira), às 08h30

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Walter Pinheiro (PT)	2. Angela Portela (PT)
Lasier Martins (PDT)	3. José Pimentel (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. Paulo Rocha (PT)
Telmário Mota (PDT)	5. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	6. Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Edison Lobão (PMDB)
Sandra Braga (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Dário Berger (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Hélio José (PSD)	6. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Davi Alcolumbre (DEM)
Wilder Moraes (DEM)	2. José Agripino (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Paulo Bauer (PSDB)	4. VAGO
Dalirio Beber (PSDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Roberto Rocha (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Wellington Fagundes (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 262/2013.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)				1. JORGE VIANA (PT)			
WALTER PINHEIRO (PT)	X			2. ANGELA PORTELA (PT)	X		
LASIER MARTINS (PDT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)	X		
ACIR GURGACZ (PDT)	X			4. PAULO ROCHA (PT)			
TELMÁRIO MOTÁ (PDT)	X			5. VAGO			
CIRO NOGUEIRA (PP)				6. IVO CASSOL (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				1. EDISON LOBÃO (PMDB)			
SANDRA BRAGA (PMDB)				2. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			3. DÁRIO BERGER (PMDB)			
ROSE DE FREITAS (PMDB)				4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)			
RICARDO FERRAÇO (PMDB)				5. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
HÉLIO JOSÉ (PSD)	X			6. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CALADO (DEM)				1. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
WILDER MORAIS (DEM)	X			2. JOSÉ AGRIPINO (DEM)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X			3. VAGO			
PAULO BAUER (PSDB)				4. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
FERNANDO BEZERRA COELHO (PSB)(RELATOR)	X			1. ROBERTO ROCHA (PSB)(REL. SUBST. POR)	X		
VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)	X			2. VAGO			
VAGO				3. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
BLAIRO MAGGI (PR)	X			1. DOUGLAS CINTRA (PTB)			
WELLINGTON FAGUNDES (PR)	X			2. ELMANO FÉRRER (PTB)			
VICENTINHO ALVES (PR)				3. EDUARDO AMORIM (PSC)			

Quórum: 16

Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABS 0

* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 12/08/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262 DE 2013

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**.....

.....

§ 3º.....

.....

VIII – bicicletas públicas de uso compartilhado. (NR)”

“**Art. 4º**.....

.....

XIV – sistema cicloviário: infraestrutura física e operacional de apoio à mobilidade cicloviária, incluindo ciclovias, ciclofaixas, semáforos, estacionamentos, sinalização e bicicletas públicas de uso compartilhado. (NR)”

“**Art. 18.**

.....
V – disponibilizar à população bicicletas públicas de uso compartilhado. (NR)”

“Art. 22.
.....

VIII – implantar sistema ciclovitário. (NR)”

“Art. 23.
.....

X – disponibilização de bicicletas públicas de uso compartilhado, que poderão ser utilizadas por qualquer pessoa, por tempo determinado, gratuitamente ou mediante pagamento módico. (NR)”

“Art. 24.
.....

XII – o sistema ciclovitário. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2015.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura



Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 48/2015-CI/PRES

Brasília, 12 de agosto de 2015.

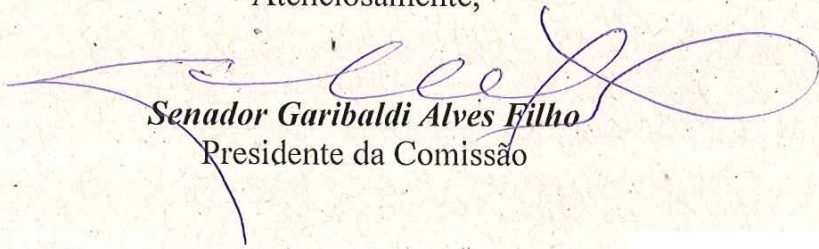
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica aprovação do PLS 262/2013**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013, altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte ciclovitário na política de mobilidade urbana, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Atenciosamente,


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 548, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2015 (nº 177/2015, na Casa de origem), que altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que *"concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios"*, para acrescentar os Estados do Amazonas, do Pará, do Acre, do Mato Grosso do Sul e do Paraná.

RELATOR: Senador **JADER BARBALHO**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, nos termos do art. 101, II, c, do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 17, de 2015, de autoria dos Deputados Federais Edmilson Rodrigues e Cabo Daciolo, que concede anistia a policiais e bombeiros militares de vários Estados, conforme epígrafe, pela participação em movimentos reivindicatórios.

Em sua justificação, os autores argumentam que as péssimas condições de trabalho e a baixa remuneração têm levado policiais e bombeiros militares em vários Estados do País a participarem de movimentos reivindicatórios. Em razão disso, esclarecem que o Ministério Público Militar vem enquadrando tais militares em dispositivos do Código Penal Militar. Por fim, os autores informam que o objetivo da proposição é estender a anistia já

concedida a militares em Estados como Alagoas, Goiás, Maranhão, entre outros, aos agora elencados, por motivo de isonomia.

Até o momento não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

II – ANÁLISE

A anistia é matéria de competência da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 21, XVII, e 48, VIII, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no Projeto.

A Lei nº 12.848, de 2 de agosto de 2013 (que alterou a redação da Lei nº 12.505, de 2011), concedeu anistia aos policiais e bombeiros militares de vários Estados não constantes da presente proposta, em face dos crimes definidos no Código Penal Militar e infrações disciplinares conexas. Pelo fato de alguns militares terem sido enquadrados de forma arbitrária na Lei de Segurança Nacional, conforme parecer do Deputado Relator Alberto Fraga na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a anistia, no presente caso, também abrange tal lei. O PLC recebeu ainda voto favorável nas Comissões de Segurança Pública e de Constituição e Justiça daquela Casa.

Importante sublinhar que a anistia não abole o crime. É um perdão do Estado aplicado a fatos passados e que extingue a punibilidade. O PLC em tela não inclui os crimes comuns eventualmente praticados. O texto é claro e repete leis anteriores no mesmo sentido, ou seja: não se incluem os *crimes definidos no Código Penal e nas leis penais especiais*. O foco são crimes militares e infrações disciplinares em razão de participação em movimentos reivindicatórios das categorias.

O pleito é justo e o princípio constitucional da isonomia exige o tratamento equivalente.

III – VOTO

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2015.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015.

Senador **JOSÉ MARANHÃO** , Presidente

Senador **JADER BARBALHO** , Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. DELCÍDIO DO AMARAL	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ SERRA	PRESENTE	4. MARIA DO CARMO ALVES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. MARTA SUPLYCY	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)		
TITULARES		SUPLENTE
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ELMANO FÉRRER

Não Membros Presentes

JOÃO CAPIBERIBE



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 549, DE 2015

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013, do Senador Lobão Filho, que *altera a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, para determinar que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, respectivamente, para o Distrito Federal e para os correspondentes Estados e Municípios, e dá outras providências.*

RELATOR: Senador **IVO CASSOL**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 226, de 2013, tem por objetivo acrescentar a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as Assembleias Legislativas Estaduais nos dispositivos da Lei nº 9.452, de 1997, que já determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.

Além disso, também prevê mecanismos bancários para que os referidos recursos sejam devidamente supervisionados e fiscalizados.

Nos termos regimentais, o PLS nº 226, de 2013, foi distribuído para esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que deverá se manifestar sobre ele em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas ao Projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos dos arts. 102-A e 102-D, combinados com o art. 91, inciso I, todos do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar em caráter terminativo sobre projeto de lei de autoria de Senador, no âmbito de suas atribuições, como é o caso do PLS nº 226, de 2013.

Por se tratar de decisão terminativa, esta Comissão deverá analisar tanto o mérito do PLS nº 226, de 2013, quanto sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o PLS nº 226, de 2013, amplia e fortalece os mecanismos de controle social sobre a utilização de recursos liberados por entes da administração pública federal, a qualquer título, em favor dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para tanto, a nova redação proposta aos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.452, de 1997, estende os seus efeitos aos Estados e ao Distrito Federal, quando atualmente seu alcance é restrito aos Municípios.

O art. 2º do PLS 226, de 2013, inova sobremaneira nos mecanismos de fiscalização dos recursos transferidos pela administração federal aos demais entes da federação, ao determinar que tais recursos sejam depositados, mantidos e movimentados por meio de contas bancárias específicas e individuais, para cada um dos termos de acordo. Nos termos do projeto, os pagamentos somente poderão ser feitos mediante cheques administrativos, ordens de pagamento ou outro meio que permita controle, supervisão e rastreamento. Mais importante que tudo, o projeto imputa corresponsabilidade às instituições financeiras que efetivarem operações vedadas na forma proposta pelo projeto.

Nesse sentido, concordamos com os argumentos do autor da proposição quanto à “justeza, relevância e espírito republicano de moralidade” do PLS nº 226, de 2013.

Quanto à constitucionalidade, entendemos que o PLS nº 226, de 2013, está de acordo com o art. 24, inciso I, da Constituição Federal, por tratar de tema de competência legislativa da União, incluindo-se entre as atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o disposto no art. 48.

Entretanto, entendemos que o projeto necessita de uma série de ajustes, que justificam a apresentação de um Substitutivo.

Como os governos estaduais também são destinatários de verbas federais, achamos temerário que os recursos repassados aos estados, sujeitos ao controle da União, sejam mantidos em bancos oficiais geridos pelos próprios governos estaduais. Assim sendo, o Substitutivo determina que a obrigatoriedade de que os recursos sejam depositados em contas bancárias de instituições financeiras federais, e não apenas oficiais.

Outra mudança importante: os pagamentos com os recursos federais somente poderão ser efetuados por meio eletrônico que identifique a finalidade do pagamento e a titularidade das pessoas física e jurídica. A movimentação eletrônica, ao invés do uso de cheques administrativos, permite a captura automática do CPF/CNPJ do beneficiário do pagamento. Atualmente o meio eletrônico já é adotado como única forma de movimentação das contas do SICONV e das contas que recebem transferências legais (Decreto nº 7.507, de 2011).

Os pagamentos em espécie a pessoas físicas que não possuem conta bancária só poderão ser feitos de acordo com limites fixados pelo Poder Executivo Federal. No texto do Senador Lobão Filho, o governo estadual ou municipal também poderia fazê-lo.

O texto relativo à responsabilidade das instituições financeiras necessitou de ajustes. Em vez de tornar essas instituições solidariamente responsáveis, como estava na proposta original, preferimos determinar que elas sejam obrigadas a fornecer aos órgãos oficiais de controle e fiscalização internos e externos todas as informações sobre as movimentações financeiras, inclusive a titularidade das pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias dos pagamentos, quando requisitadas. A alteração foi feita porque existem atualmente algumas ações, no âmbito judicial, discutindo a abrangência do sigilo bancário em relação às contas correntes que

movimentam recursos repassados pela União. A inclusão deste dispositivo pacificará o assunto.

Fora isto, consideramos desatualizada e descabida a exigência de que o Poder Executivo notifique a liberação dos recursos aos partidos políticos, além dos sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no respectivo ente federado. Entendemos que, nos dias de hoje, é muito mais simples e democrático disponibilizar as referidas informações em um sítio da Internet.

Desse modo, considerando o seu caráter meritório, entendemos que o projeto, além de oportuno e conveniente, deve dar origem a outra lei, mais completa e atualizada, em substituição à citada Lei nº 9.452, de 1997, que deve ser revogada.

III – VOTO

Diante do exposto, manifestamos o voto favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013, nos termos do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 -CMA (Substitutivo)

Determina que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, estabelece regras sobre o depósito e movimentação desses recursos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de

economia mista federais notificarão, conforme o caso, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Assembleia Legislativa ou a Câmara Municipal da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para o Distrito Federal, os Estados ou os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação.

Art. 2º Os recursos federais de que trata esta Lei, individualmente considerados, deverão ser depositados, mantidos e movimentados por meio de contas bancárias de instituições financeiras oficiais federais para cada tipo de liberação, que deverão ser informadas expressamente pelo Distrito Federal, Estados e Municípios.

§ 1º Para o cumprimento no disposto no *caput*, os recursos de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres serão depositados, mantidos e movimentados por meio de contas bancárias específicas e individuais, para cada um dos termos de acordo.

§ 2º Os pagamentos a serem efetuados com os recursos de que trata esta Lei somente poderão ser efetuados por meio eletrônico que identifique a finalidade do pagamento e a titularidade da pessoa física ou jurídica beneficiária, e que permita a supervisão e o rastreamento por parte dos órgãos de controle, sendo expressamente vedados o saque em espécie e a transferência para outra conta do ente federado, exceto nos casos previstos em ato do Poder Executivo Federal.

§ 3º Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento, poderão ser realizados pagamentos em espécie a beneficiários finais pessoas físicas que não possuam conta bancária, observados os limites fixados em ato próprio do Poder Executivo Federal.

§ 4º A instituição financeira responsável pela manutenção das contas de que trata o *caput* deverá fornecer aos órgãos oficiais de controle e fiscalização internos e externos e de investigação, todas as informações relacionadas às movimentações financeiras, inclusive a titularidade das pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias dos pagamentos, quando requisitadas.

Art. 3º O Poder Executivo do Distrito Federal, do Estado ou do Município beneficiário da liberação de recursos de que trata o art. 1º desta Lei publicará em sítio próprio na Internet todas as informações de interesse público sobre a operação, entre as quais a origem do recurso, o valor transferido, a data da liberação e o convênio ou projeto ao qual a verba se destina, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Art. 4º A Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido nesta Lei.

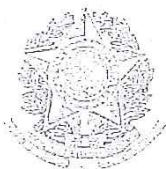
Art. 5º Fica revogada a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de julho de 2015.

Senador **OTTO ALENCAR**, Presidente

Senador **IVO CASSOL**, Relator



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 29ª Reunião, Extraordinária, da CMA

Data: 14 de julho de 2015 (terça-feira), às 09h30

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Substitutivo ao PLS 226/2013.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)				1. HUMBERTO COSTA (PT)			
DONIZETI NOGUEIRA (PT)	X			2. REGINA SOUSA (PT)	X		
REGUFFE (PDT)				3. ACIR GURGACZ (PDT)			
PAULO ROCHA (PT)	X			4. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)			
IVO CASSOL (PP)(RELATOR)	X			5. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
VALDIR RAUPP (PMDB)				1. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)			
JADER BARBALHO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
OTTO ALENCAR (PSD)				3. VAGO			
VAGO				4. SANDRA BRAGA (PMDB)			
VAGO				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RONALDO CAIADO (DEM)				1. ALVARO DIAS (PSDB)			
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	X			2. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				3. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)	X			1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	X			2. ROBERTO ROCHA (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
EDUARDO AMORIM (PSC)				1. BLAIRO MAGGI (PR)			
DOUGLAS CINTRA (PTB)	X			2. FERNANDO COLLOR (PTB)			

Quórum: 9
Votação: TOTAL 8 SIM 8 NÃO 0 ABS 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 14/07/2015

Senador OTTO ALENCAR
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

TEXTO FINAL DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2013, APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM TURNO SUPLEMENTAR, NA REUNIÃO DO DIA 11 DE AGOSTO DE 2015.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2013

Determina que a Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais, estabelece regras sobre o depósito e movimentação desses recursos, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os órgãos e entidades da administração federal direta e as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista federais notificarão, conforme o caso, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Assembleia Legislativa ou a Câmara Municipal da liberação de recursos financeiros que tenham efetuado, a qualquer título, para o Distrito Federal, os Estados ou os Municípios, no prazo de dois dias úteis, contado da data da liberação.

Art. 2º Os recursos federais de que trata esta Lei, individualmente considerados, deverão ser depositados, mantidos e movimentados por meio de contas bancárias de instituições financeiras oficiais federais para cada tipo de liberação, que deverão ser informadas expressamente pelo Distrito Federal, Estados e Municípios.

§ 1º Para o cumprimento no disposto no *caput*, os recursos de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres serão depositados, mantidos e movimentados por meio de contas bancárias específicas e individuais, para cada um dos termos de acordo.

§ 2º Os pagamentos a serem efetuados com os recursos de que trata esta Lei somente poderão ser efetuados por meio eletrônico que identifique a finalidade do pagamento e a titularidade da pessoa física ou jurídica beneficiária, e que permita a supervisão e o rastreamento por parte

dos órgãos de controle, sendo expressamente vedados o saque em espécie e a transferência para outra conta do ente federado, exceto nos casos previstos em ato do Poder Executivo Federal.

§ 3º Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento, poderão ser realizados pagamentos em espécie a beneficiários finais pessoas físicas que não possuam conta bancária, observados os limites fixados em ato próprio do Poder Executivo Federal.

§ 4º A instituição financeira responsável pela manutenção das contas de que trata o *caput* deverá fornecer aos órgãos oficiais de controle e fiscalização internos e externos e de investigação, todas as informações relacionadas às movimentações financeiras, inclusive a titularidade das pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias dos pagamentos, quando requisitadas.

Art. 3º O Poder Executivo do Distrito Federal, do Estado ou do Município beneficiário da liberação de recursos de que trata o art. 1º desta Lei publicará em sítio próprio na Internet todas as informações de interesse público sobre a operação, entre as quais a origem do recurso, o valor transferido, a data da liberação e o convênio ou projeto ao qual a verba se destina, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Art. 4º A Câmara Legislativa do Distrito Federal, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas da União o descumprimento do estabelecido nesta Lei.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de agosto de 2015.

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 50/2015/CMA

Brasília, 11 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 226, de 2013

Senhor Presidente,

Na 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada na data de hoje, o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013, foi apreciado em turno suplementar de discussão. Como não foram apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, de acordo com o artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nestes termos, encaminho o projeto a Vossa Excelência, para as providências do artigo 91, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita em tinta azul do Senador Otto Alencar.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 550, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2014 (nº 2.291/2011, na Casa de origem), que *regula a investigação criminal militar conduzida por Oficiais Militares Estaduais e do Distrito Federal e dá outras providências*.

Relator: Senador **BLAIRO MAGGI**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 108, de 2014, de autoria do Deputado Gean Loureiro, que dispõe sobre a investigação criminal militar no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

Em síntese, o PLC em questão pretende disciplinar, nos Estados e no Distrito Federal, o exercício da função de apuração de infrações penais militares por Oficiais Militares Estaduais e do Distrito Federal.

Na justificação, o autor da proposição, ilustre Deputado Gean Loureiro, afirma que “há muito que se vem sentindo falta de um corpo harmônico de normas que permita adequar a Polícia Judiciária Militar às concretas finalidades legais que lhe cumpre prosseguir”. Diante disso, conclui o referido parlamentar, que o projeto em questão “visar dotar a Polícia Judiciária Militar do diploma orgânico próprio”.

Não foram apresentadas emendas ao PLC no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o *direito processual penal* está compreendido no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal. Além disso, nos termos do inciso XXI do mesmo artigo, compete à União, de forma privativa, estabelecer normas gerais de organização das polícias militares.

Por sua vez, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do § 1º do art. 61, da Carta Magna.

No mérito, temos que a proposição é conveniente e oportuna.

O Inquérito Policial Militar (IPM) destina-se à apuração sumária de fato (e sua autoria), que configure, nos termos da legislação, crime militar. Tem como objetivo fornecer elementos para a análise do fato delituoso com todas as suas circunstâncias e, conseqüentemente, para a propositura de denúncia pelo Ministério Público Militar (MPM) e a instauração do respectivo processo penal militar.

Atualmente, a norma que rege a investigação criminal militar é o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 (Código de Processo Militar). No art. 7º, há uma relação de autoridades militares responsáveis pelo exercício da polícia judiciária militar. Entretanto, nos termos de seu § 1º, tal atribuição pode ser delegada “a oficiais da ativa, para fins especificados e por tempo limitado”. Ademais, caso haja delegação, ela deverá recair em oficial de posto superior ao do indiciado, seja este oficial da ativa, da reserva (remunerada ou não), ou reformado.

Por sua vez, o Código de Processo Penal Militar designa o responsável pelo IPM como “encarregado”. Segundo o art. 13, o encarregado é o responsável por, dentre outras medidas, ouvir o ofendido e o indiciado, inquirir testemunhas, proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas, realizar acareações, determinar o exame do corpo de delito e elaborar o relatório final. Além disso, nos termos do art. 15, “será encarregado do inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente”.

Feitas essas considerações, verifica-se que as atribuições do encarregado, no âmbito da investigação penal militar, são semelhantes àquelas desempenhadas pelo Delegado de Polícia, que é o responsável pela

investigação e apuração de crimes comuns, nos termos do Código de Processo Penal.

Sendo assim, entendemos que são relevantes as contribuições trazidas pelo PLC nº 108, de 2014, que confere ao Oficial Militar Estadual e do Distrito Federal a condução da investigação criminal, por meio de IPM, para a apuração das circunstâncias, materialidade e autoria das infrações penais militares praticadas por militares do Estado e do Distrito Federal.

Ademais, o PLC, além de estabelecer as atribuições do Oficial que preside o IPM (requisição de perícia, informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos), dispõe sobre diversas garantias para o exercício dessas tarefas: i) isenção, imparcialidade, autonomia e independência na condução da investigação criminal militar; ii) impossibilidade de avocação por superior hierárquico, salvo por motivo de interesse público e mediante despacho fundamentado; iii) impossibilidade de afastamento compulsório do Oficial que preside a investigação criminal militar, salvo por motivo de interesse público e nas hipóteses previstas em regulamento específico.

Finalmente, o PLC confere ainda ao cargo de Oficial Militar Estadual e do Distrito Federal que tiver como requisito para a posse o bacharelado em direito o mesmo tratamento dispensado aos delegados de polícia, advogados, defensores públicos, magistrados e membros do Ministério Público.

III – VOTO

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2014.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015.

Senador **JOSÉ MARANHÃO**, Presidente

Senador **BLAIRO MAGGI**, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. DELCÍDIO DO AMARAL	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ SERRA	PRESENTE	4. MARIA DO CARMO ALVES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. MARTA SUPPLY	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTEs	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ELMANO FÉRRER	

Não Membros Presentes

JOÃO CAPIBERIBE



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 551, DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, que *institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública*.

RELATOR: Senador **AÉCIO NEVES**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, de 2012, que tem como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, e cujo objetivo está transcrito na ementa.

A proposição possui cinco artigos. O art. 1º acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir, no âmbito do Poder Executivo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, a ser regulado por lei complementar federal, já estabelecendo algumas de suas características.

O art. 2º define as fontes de recursos que comporão o fundo, enquanto o art. 3º estatui a destinação que será dada a esses recursos e determina parâmetros a serem seguidos na sua repartição entre os entes federados.

O art. 4º altera o inciso IV do art. 167 da Carta Política, adequando-o aos ditames que se pretende estabelecer com a proposição.

O art. 5º define a vigência da norma para um ano após a sua promulgação.

Foram recebidas duas Emendas:

Emenda nº 1 – CCJ: de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com o objetivo de adequar o texto da proposição às particularidades do Distrito Federal no tocante ao recebimento de recursos para a segurança pública.

Emenda nº 2 – CCJ: de autoria da Senadora Simone Tebet, que pretende suprimir a parcela de contribuição do Fundo atribuída aos Municípios.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, I e II, “c”, c/c o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da matéria.

Por ser apoiada por mais de um terço dos membros do Senado Federal, a legitimidade da iniciativa para a propositura da PEC nº 24, de 2012, encontra fundamento constitucional no inciso I do art. 60 da Constituição Federal (CF).

A proposição em exame não vulnera cláusula pétrea da Lei Magna, tampouco conflita com disposição do Regimento Interno do Senado. Outrossim, não vige no País intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Portanto, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

Sob o aspecto da técnica legislativa, no geral, a PEC está adequadamente redigida, seguindo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Contudo, avaliamos necessários alguns ajustes, cuja natureza e extensão impõem a proposição de um texto substitutivo.

Antes de tratarmos das questões objeto das inafastáveis adaptações, louvamos a iniciativa do Senador Capiberibe. Consideramos a proposição de indiscutível mérito e oportuna, razões pelas quais a apoiamos plenamente.

A observação mais importante que fazemos, e que é o cerne das alterações sugeridas, é quanto ao fato de o fundo proposto não ser temporário, indicando que não deva ser criado por meio de inclusão de dispositivos no ADCT. Daí propormos acréscimos ao texto permanente da Carta Política, no Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III – Segurança Pública.

Na análise das emendas, acolhemos a proposta do Senador Antonio Carlos Valadares, por deixar detalhado, com maior clareza, os aspectos peculiares do financiamento da segurança pública no Distrito Federal. Quanto à emenda da Senadora Simone Tebet, não obstante a louvável preocupação quanto às receitas dos Municípios, a presente Proposta de Emenda Constitucional transfere para Lei Complementar toda a regulamentação sobre o percentual da contribuição destes entes da federação, momento no qual poderemos fazer uma ampla discussão sobre esse tema.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, rejeitando a emenda da Senadora Simone Tebet e incorporando a emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº 3– CCJ – SUBSTITUTIVA

Dê-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, a seguinte redação:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE
2012**

Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 144-A, 144-B e 144-C:

“**Art. 144-A.** É instituído, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, regulado por lei complementar e cujo objetivo é o aprimoramento das atividades de segurança pública desempenhada pelos Estados e pelo Distrito Federal.

§ 1º O Fundo previsto neste artigo tem Conselho Consultivo e de Acompanhamento, do qual participam representantes da sociedade civil, nos termos da lei.

§ 2º A execução financeira dos recursos deste Fundo é procedida mediante a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 3º A fiscalização deste Fundo compete ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal.”

“**Art. 144-B.** O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública tem as seguintes fontes de receita:

I – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, IV, referente às indústrias de armamento e material bélico;

II – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 155, II, referente às indústrias de armamento e material bélico;

III – a parcela correspondente ao imposto de que trata o art. 156, III, referente às empresas de segurança privada;

IV – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, V, referente às instituições financeiras;

V - cinquenta por cento dos valores apurados em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem ilícita, oriundas do crime em geral;

VI – dotações orçamentárias;

VII – doações que forem feitas em favor do Fundo;

VIII – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do Fundo.

§ 1º. Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, bem como os recursos provenientes da União de que trata a lei regulamentadora do inciso XIV, do art. 21, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º Os recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não integrarão a base dedutiva do cálculo da receita corrente líquida da União.”

“**Art. 144-C.** Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública destinam-se ao aparelhamento, remuneração, capacitação e integração dos órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º Os critérios de distribuição do Fundo serão determinados em lei complementar, tendo como objetivo a melhoria das condições de atuação dos órgãos de segurança pública dos Estados, devendo levar em consideração, entre outros, os seguintes aspectos:

I – os indicadores de violência em cada ente federado;

II – o percentual dos alunos matriculados na educação básica em relação à população do Estado;

III – o nível de aparelhamento e o quantitativo das forças de segurança pública estaduais frente ao tamanho das respectivas populações;

IV – as remunerações dos integrantes das corporações relacionadas nos incisos IV e V do art. 144, atribuindo valoração positiva às médias remuneratórias mais altas, tendente a destinar, por este parâmetro, mais recursos às unidades da Federação que melhor remunerem seus profissionais.

§ 2º Quando um Estado ou o Distrito Federal tiver parte de sua receita vinculada ao Fundo por força do inciso II do *caput* do art. 144-B, a parcela dos recursos do Fundo a que fará jus não poderá ser inferior ao valor com o qual contribuiu.

§ 3º Para os fins deste artigo, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são considerados órgãos de segurança pública do Distrito Federal.

§ 4º Nos casos de emprego das Forças Armadas em apoio às situações de segurança pública e ou em operações de garantia da lei e da ordem, haverá transferência de recursos para o Ministério da Defesa conforme as necessidades apresentadas.

§ 5º Os recursos do Fundo serão efetivamente vinculados no ano seguinte ao da aprovação da lei complementar prevista no §1º.”

Art. 2º O inciso IV do art. 167 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 167.**

.....

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação integral da arrecadação do imposto previsto no art. 153, inciso VII, para o Fundo de Segurança Pública, a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor um ano após sua publicação.

Sala da Comissão, 12 de agosto de 2015.

Senador **JOSÉ MARANHÃO**, Presidente

Senador **AÉCIO NEVES**, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. WALTER PINHEIRO	PRESENTE
GLEISI HOFFMANN	PRESENTE	2. DELCÍDIO DO AMARAL	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
EUNÍCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. OMAR AZIZ	
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	3. GARIBALDI ALVES FILHO	
ROMERO JUCÁ		4. WALDEMIR MOKA	
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. DÁRIO BERGER	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
JADER BARBALHO	PRESENTE	7. SÉRGIO PETECÃO	PRESENTE
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES	PRESENTE	3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ SERRA	PRESENTE	4. MARIA DO CARMO ALVES	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. WILDER MORAIS	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. MARTA SUPPLY	PRESENTE
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. JOSÉ MEDEIROS	



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CCJ, 12/08/2015 às 10h - 20ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. DOUGLAS CINTRA	
MARCELO CRIVELLA	PRESENTE	2. BLAIRO MAGGI	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. ELMANO FÉRRER	

Não Membros Presentes

JOÃO CAPIBERIBE

INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA

Os **Projetos de Lei do Senado nºs 497, de 2011; e 400, de 2012**, serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente, a fim de serem declarados prejudicados, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

ABERTURA DE PRAZOS

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Lei do Senado nºs 166, de 2012; e 262, de 2013**, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Ofícios nºs 47 e 48, de 2015**, da CI).

São os seguintes os Ofícios:



Ofício nº 47/2015-CI/PRES

Brasília, 12 de agosto de 2015.

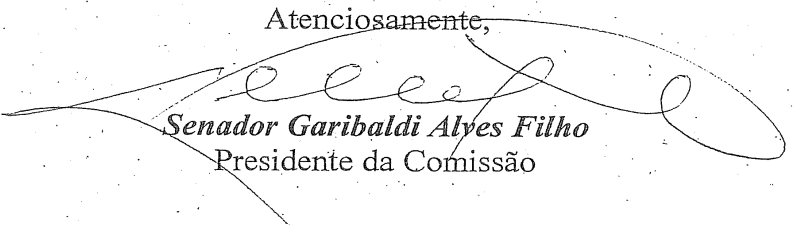
Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica aprovação do PLS 166/2012**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

Atenciosamente,


Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão



Senado Federal
Secretaria de Comissões
Coordenação de Comissões Permanentes
Comissão de Serviços de Infraestrutura

Ofício nº 48 /2015-CI/PRES

Brasília, 12 de agosto de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica aprovação do PLS 262/2013**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013, altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente da Comissão

O **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2015**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (**Memorando nº 50, de 2015**, da CMA).

É o seguinte o Memorando:



SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Memo. nº 50/2015/CMA

Brasília, 11 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 226, de 2013

Senhor Presidente,

Na 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada na data de hoje, o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2013, foi apreciado em turno suplementar de discussão. Como não foram apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, de acordo com o artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nestes termos, encaminho o projeto a Vossa Excelência, para as providências do artigo 91, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Respeitosamente,

Assinatura manuscrita de Senador Otto Alencar.

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

O **Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2014**, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

MATÉRIAS RECEBIDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 329, DE 2015

(Nº 717/2012, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga
autorização à SOCIEDADE ORGANIZADA
PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE
NORMANDIA - SODLIS para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de
Normandia, Estado de Roraima.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 23 de 17 de fevereiro de 2011, que outorga autorização à Sociedade Organizada para o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Normandia - SODLIS para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=990903&filename=TV R+2/2012

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA,
EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 330, DE 2015

(Nº 1.540/2014, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA E EDUCATIVA NOVA
COLINA - ACENCO para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de
Sobradinho, Distrito Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 498 de 19 de dezembro de 2012, que outorga autorização à Associação Comunitária e Educativa Nova Colina - ACENCO para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275208&filenome=TVR+892/2014

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO, E INFORMÁTICA,
EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 331, DE 2015

(Nº 1.552/2014, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO JOVEM FM para
executar serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Jaú do
Tocantins, Estado do Tocantins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 268 de 6 de junho de 2012, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Jovem FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaú do Tocantins, Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275128&filename=TVR+789/2014

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA, EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 332, DE 2015

(Nº 1.613/2014, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO
SERRA VERDE FM para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Rio
Quente, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 291 de 27 de setembro de 2013, que outorga autorização à Associação Rádio Serra Verde FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Quente, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

[MENSAGEM. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275232&filename=TVR+827/2014)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?
codteor=1275232&filename=TVR+827/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1275232&filename=TVR+827/2014)

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA, EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 333, DE 2015

(Nº 1.637/2014, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO URUMAJÓ DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 17 de 20 de janeiro de 2012, que outorga autorização à Associação Urumajó de Radiodifusão Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Corrêa, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1274888&filename=T
VR+833/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1274888&filename=T
VR+833/2014)

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA,
EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 334, DE 2015

(Nº 1.653/2014, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO DE
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA NASCENTE para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de
Salesópolis, Estado de São Paulo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 203 de 10 de julho de 2013, que outorga autorização à Associação de Serviço de Radiodifusão Comunitária Nascente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salesópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1014587&filename=TVR+211/2012

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO, E INFORMÁTICA,
EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 335, DE 2015

(Nº 77/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 17 de dezembro de 2014, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 14 de setembro de 2008, a concessão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284902&filenome=MSC+349/2014

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 336, DE 2015 (Nº 94/2015, NA CASA DE ORIGEM)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E
CULTURA DE ASTORGA para executar
serviço de radiodifusão
comunitária na cidade de Astorga,
Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 787 de 26 de agosto de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Astorga para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Astorga, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS

DOCUMENTOS

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1011081&filenam
e=MSC+287/2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1011081&filenam
e=MSC+287/2012)

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA,
EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 337, DE 2015

(Nº 110/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o ato que outorga
autorização à ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE AÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DE ALGODÃO DE
JANDAÍRA para executar serviço de
radiodifusão comunitária na cidade
de Algodão de Jandaíra, Estado da
Paraíba.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 344 de 11 de julho de 2012, que outorga autorização à Associação Comunitária de Ação e Desenvolvimento de Algodão de Jandaíra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Algodão de Jandaíra, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS, PORTARIA E OUTROS DOCUMENTOS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1274902&filenome=TVR+846/2014

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO, E INFORMÁTICA,
EM DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 338, DE 2015

(Nº 51/2015, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM, EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E TEXTO DO ACORDO

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1284901&filenam e=MSC+348/2014

À COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E
DEFESA NACIONAL

ABERTURA DE PRAZOS

Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 329 a 337, de 2015**, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, da Norma Interna.

O **Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2015**, será remetido à CRE, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para emitir parecer, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº917, DE 2015

(REQUERIMENTO Nº 65, DE 2015 - CRE)

Requer, nos termos do art. 222, combinado com o art. 103, VI, do RISF, apoio à indicação do Dr. Paulo de Tarso Tamburini Souza, Juiz de Direito da Comarca de Belo Horizonte, único candidato brasileiro para ocupar vaga de juiz do UNDT – United Nations Dispute Tribunal, tribunal de primeiro grau da ONU.

JUSTIFICAÇÃO

A partir de 2008 a Organização das Nações Unidas iniciou um processo de unificação dos diversos organismos internos de solução de conflitos, em razão da imunidade de jurisdição da ONU e de sua personalidade jurídica internacional - fatos que inviabilizavam sua litigância em tribunais nacionais.

A conclusão desse processo se deu com a criação de um tribunal de primeiro grau (UNDT – United Nations Dispute Tribunal) e um tribunal de apelação (UNAT – United Nations Appeal Tribunal). Esses tribunais estão sediados em New York, Genebra e Nairobi, com competências geograficamente determinadas, e são compostos por um juiz cada, com mandatos de 7 anos.

Ocorre que, em razão do término de alguns mandatos em julho de 2016, foram abertas as três vagas de juízes do UNDT e uma delas deve ser disputada pelo Brasil.

Nesse cenário, cumpre destacar o Dr. Paulo de Tarso Tamburini Souza, Juiz de Titular da 7ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte.

Trata-se do único candidato brasileiro aprovado em todas as fases de processo seletivo extremamente rigoroso, que inclui o preenchimento dos requisitos profissionais, considera o tempo de serviço e de experiência, currículo pessoal, além de provas de fluência em inglês e francês além de prova escrita de sentença e doutrina jurídica.

O Dr. Paulo Tamburini já se encontra aprovado nessas fases preliminares e já foi submetido à última etapa do processo seletivo propriamente dito, inclusive à entrevista em Haia com os membros do ICJ - International Council of Justice da ONU, que em seguida, recomenda três ou quatro candidatos por vaga à Assembleia Geral da ONU que os elege.

Não há tempo a perder, uma vez que as indicações do ICJ - International Council of Justice à Assembléia Geral devem ser feitas formalmente ainda neste mês e é imprescindível o empenho do Ministério das Relações Exteriores para que o Brasil conquiste essa vaga tão importante em organismo encarregado de solução dos conflitos internacionais.

Sala das sessões,

Senador **ANTONIO ANASTASIA**



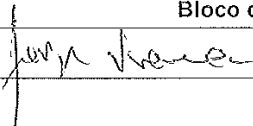
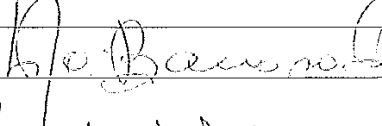

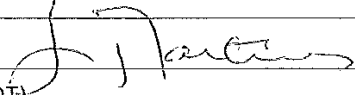
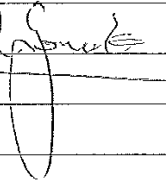
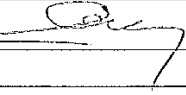

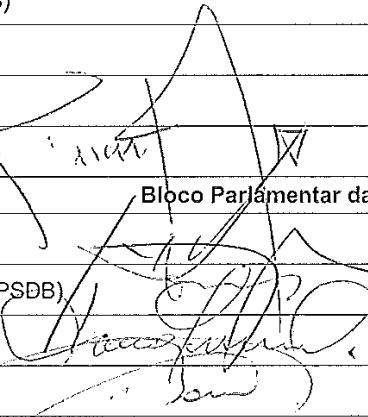
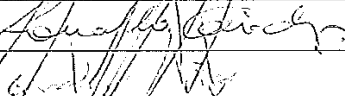
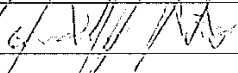
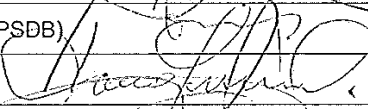
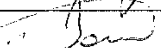
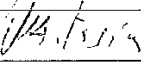
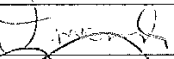
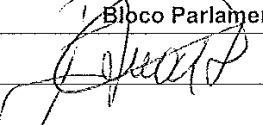
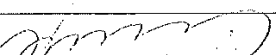
SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 28ª Reunião, Ordinária, da CRE

Data: 13 de agosto de 2015 (quinta-feira), às 10h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana (PT)		1. José Pimentel (PT)	
Lindbergh Farias (PT)		2. Telmário Mota (PDT)	
Gleisi Hoffmann (PT)		3. Delcídio do Amaral (PT)	
Lasier Martins (PDT)		4. Humberto Costa (PT)	
Cristovam Buarque (PDT)		5. VAGO	
Ana Amélia (PP)		6. Benedito de Lira (PP)	
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Edison Lobão (PMDB)		1. João Alberto Souza (PMDB)	
Roberto Requião (PMDB)		2. Raimundo Lira (PMDB)	
Sérgio Petecão (PSD)		3. Valdir Raupp (PMDB)	
Eunício Oliveira (PMDB)		4. Romero Jucá (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)		5. Hélio José (PSD)	
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino (DEM)		1. Ronaldo Caiado (DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		2. Flexa Ribeiro (PSDB)	
Tasso Jereissati (PSDB)		3. José Serra (PSDB)	
Paulo Bauer (PSDB)		4. Antonio Anastasia (PSDB)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho (PSB)		1. João Capiberibe (PSB)	
Vanessa Grazziotin (PCdoB)		2. Lídice da Mata (PSB)	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim (PSC)		1. Marcelo Crivella (PRB)	
Magno Malta (PR)		2. Wellington Fagundes (PR)	

(Encaminhe-se.)

REQUERIMENTO Nº 918, DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Maria Ozenira Cardoso Araújo Santos, trabalhadora rural no município de Monsenhor Gil-PI, vítima de um AVC hemorrágico e Maria Rita, do Estado de Sergipe, em decorrência de infarto, quando participavam da “5ª Marcha das Margaridas”, ocorrida no dia 12 de agosto de 2015, na cidade de Brasília-DF , bem como a apresentação de condolências às duas famílias enlutadas.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2015.

Senadora Regina Sousa
(PT - PI)

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 919, DE 2015

Requer informações ao senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, sobre a concessão de linhas aéreas para o trecho Brasília – Rio Branco - Brasília.

Requeiro, com fundamento no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, nos seguintes termos:

- (i) Sabe-se que apenas as companhias aéreas TAM e GOL operam o trecho Brasília – Rio Branco, com um voo direto diariamente para cada empresa. Os preços são extorsivos, a ponto de ser mais econômico sair de Brasília para Tóquio (do outro lado do mundo ocidental). A carência de maior oferta de voos certamente influencia as altas tarifas cobradas dos usuários. Nesse cenário, questiona-se: alguma outra concessionária de serviços aéreos já manifestou interesse de operar o trecho Brasília – Rio de Branco?

- (ii) Há algum impedimento para que o órgão regulador da aviação civil – ANAC – autorize novas companhias aéreas nacionais a operarem o trecho Brasília – Rio Branco?
- (iii) Há algum impedimento para que a ANAC autorize companhias aéreas internacionais a usarem o Aeroporto de Rio Branco para fazerem conexões em voos destinados a países fronteiriços, como Peru e Bolívia?
- (iv) Considerando a extrema necessidade do transporte aéreo para a integração do Estado do Acre ao resto do País, as tarifas abusivas praticados no mercado pelas companhias aéreas TAM e GOL são considerados pela ANAC na avaliação sobre novas concessões?

JUSTIFICATIVA

Como cabe à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República coordenar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, é fundamental que essa Secretaria informe ao Senado Federal sobre as medidas que estão sendo adotadas a fim de aumentar a oferta de voos entre Rio Branco e Brasília.

As tarifas que estão sendo cobradas daqueles que se deslocam do/para o Acre são proibitivas. Como exemplo, um voo de Brasília para Rio Branco no dia 17 de agosto custa R\$ 1.500,00, apenas a ida. A volta no dia 24 de agosto custa mais R\$ 1.500,00. Enquanto isso, quem sai de São Paulo e vai a Nova Iorque paga R\$ 1.306,00 (ida: 17/08 e volta: 24/08).

Fazendo um levantamento para dezembro, o mesmo se verifica. Um voo saindo de Brasília para Rio Branco, no dia 23 de dezembro, custa R\$ 887,90, apenas ida. E o trecho de volta custa R\$ 1.294,90 no dia 28 de dezembro.

Diante disso, mostra-se urgente a ampliação na oferta de voos para o Acre, na medida em que são proibitivos os valores das tarifas cobradas por TAM e GOL, as únicas que operam voos diretos – um por dia.

Sala das Sessões, de agosto de 2015.

Senador Jorge Viana

(À Mesa, para decisão)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**SENADO FEDERAL****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 110, DE 2015**

Altera o art. 37 da Constituição Federal, para restringir a quantidade de cargos em comissão na administração pública e estabelecer processo seletivo público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37.

.....

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, observadas as seguintes regras:

a) ressalvados os casos de assessoramento direto aos detentores de mandato eletivo, aos Ministros de Estado, Secretários de Estado e Secretários Municipais, a quantidade dos cargos em comissão não poderá superar um décimo dos cargos efetivos de cada órgão ou entidade;

b) observada a ressalva contida na alínea a, no mínimo a metade dos cargos em comissão deverá ser preenchida por

servidores ocupantes de cargo efetivo do respectivo órgão ou entidade;

c) o provimento dos cargos em comissão e funções de confiança será precedido de processo seletivo público, na forma da lei, que preverá critérios de seleção baseados nos conhecimentos técnicos, nas capacidades e nas habilidades específicas dos candidatos.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação, observado o seguinte:

I – no primeiro ano após a vigência desta Emenda, o percentual de cargos em comissão atingirá, no máximo, 30% do total de cargos efetivos do órgão ou entidade;

II – no segundo ano após a vigência desta Emenda, o percentual de cargos em comissão atingirá, no máximo, 20% do total de cargos efetivos do órgão ou entidade;

III – no terceiro ano após a vigência desta Emenda, deverá ser atendido totalmente o percentual previsto na alínea a do inciso V do art. 37 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

É sabido de todos que um dos grandes males da administração pública brasileira é o abuso na nomeação de pessoas estranhas ao serviço público para ocuparem cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Desnecessário dizer da importância de existirem cargos que possam atrair temporariamente profissionais reconhecidos no mercado, mas que não integram as carreiras públicas. Contudo, a ocupação desses cargos sem qualquer critério – ou, pior ainda, para atender a finalidades exclusivamente políticas, aparelhando o Estado com grupos ideológicos sem a devida capacidade – viola frontalmente os princípios da administração pública.

A ocupação política dos cargos em comissão, sem qualquer critério de seleção que privilegie a meritocracia, é inclusive uma das grandes fontes de corrupção. Essa conclusão não é nova: veio da Comissão Parlamentar Mista de

Inquérito que apurou os desvios nos Correios (CPMI dos Correios), em 2005 – o caso que originou o chamado “Mensalão”.

A CPMI, inclusive, apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 39, de 2006, que limitava os cargos em comissão a 3% do total de cargos. Porém, a PEC foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ).

Outras PECs também foram apresentadas, em sentido semelhante, mas foram igualmente arquivadas. É o caso, por exemplo, da PEC nº 26, de 2009, primeiro signatário o Senador Garibaldi Alves, que ora utilizamos como parcial fonte de inspiração para esta PEC.

Em nossa Proposta, tentamos fugir de restrições excessivas, que terminaram inviabilizando proposições anteriores. Assim, estabelecemos o teto de 10% para os cargos em comissão, em relação ao total de cargos efetivos de cada órgão ou entidade. Desse percentual, pelo menos metade deverá ser preenchida com servidores efetivos. Dessa forma, estabelece-se um movimento de substituir comissionados por efetivos, o que terá o efeito benéfico de profissionalizar a máquina pública, com uma quantidade maior de servidores selecionados por concurso público.

Obviamente, não é factível que uma mudança tão profunda na administração seja efetivada de imediato. Por isso, o art. 2º da PEC estabelece a implementação gradativa do limite de cargos em comissão.

Finalmente, a PEC prevê a criação de um processo seletivo público para a escolha dos ocupantes dos cargos em comissão. Assim, o gestor público poderá selecionar pessoas de fora do serviço público para ocupar cargos em comissão, mas em quantidade muito menor do que o abusivo patamar atual, e sempre com transparência, por meio de processo que privilegie a competência e a meritocracia.

Por acreditarmos que a Proposta vem ao encontro da sociedade brasileira, de buscar mais eficiência e menos influência político-partidária no serviço público; e por crermos na capacidade dos servidores efetivos e na importância do instrumento do concurso público, apresentamos esta PEC, esperando contar com o apoio dos nobres Pares na sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **AÉCIO NEVES**
Senador **ALVARO DIAS**
Senadora **ANA AMÉLIA**
Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Senador **DALIRIO BEBER**
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Senador **EDUARDO AMORIM**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senador **JOSÉ AGRIPINO**
Senador **JOSÉ SERRA**
Senador **JOÃO CAPIBERIBE**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
Senador **REGUFFE**
Senador **RICARDO FERRAÇO**
Senador **ROBERTO ROCHA**
Senador **RONALDO CAIADO**
Senadora **ROSE DE FREITAS**
Senadora **SIMONE TEBET**
Senador **SÉRGIO PETECÃO**
Senador **TASSO JEREISSATI**
Senador **VALDIR RAUPP**
Senador **ZEZE PERRELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 37](#)

[alínea a do inciso V do artigo 37](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROJETOS DE LEI DO SENADO



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 532, DE 2015

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a *Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos*, e dá outras Providências, para dispor sobre cosméticos orgânicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 3º, 26 e 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passam a vigor com a seguinte redação, renumerando-se como § 1º o parágrafo único do art. 57:

“**Art. 3º**

.....

XXVI – Cosmético orgânico: produto cosmético, conforme definição constante do inciso V do *caput*, cujo sistema de produção atende ao disposto no art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e que não tenha sido testado em animais.

.....” (NR)

“**Art. 26.**

Parágrafo único. Os cosméticos orgânicos, para fins do registro especificado no *caput*, deverão ser certificados previamente como produto orgânico, nos termos da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.” (NR)

“Art. 57.

.....

§ 2º Apenas produtos registrados como cosméticos orgânicos, nos termos do art. 26, podem exhibir, nos materiais referidos no *caput* deste artigo, nas embalagens e nos materiais promocionais, denominação ou qualquer referência que atribua ao produto qualidade que o caracterize como produto orgânico, conforme definição constante do inciso XXVI do art. 3º desta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O setor de cosméticos no mundo apresenta grande dinamismo, principalmente devido ao crescimento observado nos países emergentes, entre os quais o Brasil ocupa posição de destaque. De acordo com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), uma importante tendência observada no mercado atual de cosméticos é o crescente interesse das empresas no desenvolvimento e na utilização de ingredientes naturais e orgânicos, estimulado pela preocupação ambiental e ecológica dos consumidores.

Segundo o Jornal Valor Econômico, estima-se que o mercado global de produtos orgânicos de cuidados pessoais atingirá, em 2020, a cifra de US\$ 15,69 bilhões, com crescimento anual de 9,3% até o final desta década (dados da empresa americana de pesquisa Transparency), o que representa o avanço mais significativo do setor.

Apesar dessa tendência, segundo ainda aquele periódico, a falta de regulamentação dos cosméticos orgânicos deixa o País em desvantagem em relação aos Estados Unidos e à União Europeia.

De fato, existe um vácuo legal nessa matéria. O Brasil não possui legislação específica que regule cosméticos orgânicos. Apenas a agricultura orgânica conta com norma legal disciplinadora – a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que *dispõe sobre a agricultura orgânica*.

A falta de regulação de cosméticos orgânicos afeta negativamente a relação de confiança necessária entre produtor e consumidor e o controle de qualidade dos produtos, além de prejudicar a presença das empresas nacionais no mercado interno e internacional.

Assim, o projeto de lei que ora apresentamos visa à inclusão de dispositivos sobre os cosméticos orgânicos na Lei nº 6.360, de 1976, para determinar, entre outras coisas, que esses produtos, para serem registrados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), devam ser previamente certificados como “orgânicos”, na forma estabelecida pela Lei nº 10.831, de 2003.

O País não pode continuar em descompasso com a tendência mundial de reconhecer e certificar os cosméticos orgânicos, o que dará mais segurança aos consumidores desses produtos e contribuirá para o desenvolvimento nacional nesse setor.

Sala das Sessões,

Senadora MARTA SUPPLY

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 6.360, de 23 de Setembro de 1976 - 6360/76](#)

[artigo 3º](#)

[artigo 26](#)

[artigo 57](#)

[Lei nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003 - 10831/03](#)

[artigo 1º](#)

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 533, DE 2015

Cria as unidades de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio da Federação Brasileira.

O CONGRESSO NACIONAL, decreta:

Art. 1º Fica instituída a criação das unidades de acumulação de recursos hídricos em mananciais de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

§ 1º Essas unidades terão a finalidade de armazenar água para regularizar as vazões naturais das bacias hidrográficas e contribuir com a formulação das políticas públicas de uso múltiplo da água.

§ 2º Os reservatórios das unidades de acumulação de recursos hídricos, verificada a vantagem em relação à preservação integral do sítio, poderão ser implantados em nascentes, cabeceiras ou em pontos estratégicos dos cursos d'água com a finalidade de regularização de suas vazões.

Art. 2º A classificação e a cessão das unidades de acumulação de recursos hídricos serão estabelecidas pelos órgãos responsáveis pelas políticas de uso múltiplo dos recursos hídricos de acordo a competência federativa.

Art. 3º A construção de barragens poderão ser objeto de concessão, de modo a viabilizar a captação dos recursos financeiros por prazo não superior a vinte e cinco anos.

Art. 4º A construção das barragens e dos reservatórios das unidades de acumulação de recursos hídricos deverá ser projetada por profissionais habilitados com registro na Agência Nacional de Águas, porém ficará submetida ao regime simplificado e unificado para questões de licenciamentos ambientais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Aproximadamente 71% da superfície da Terra é coberta por água em estado líquido. Do total desse volume, 97,4% aproximadamente, está nos oceanos, em estado líquido e salgada. O restante aparece nos rios, nos lagos e nas represas, infiltrada nos espaços do solo e das rochas, nas nuvens e nos seres vivos, que contendo uma concentração de sais geralmente inferior à água do mar é chamada de água. Desses 2,6%, por volta de 1,8% da água doce do planeta é encontrado em estado sólido, formando grandes massas de gelo nas regiões próximas dos polos e no topo de montanhas muito elevadas. As águas subterrâneas correspondem a 0,96% da água doce, assim, menos de 1% está disponível em rios e lagos.

Para suprir essa escassez de água utilizável, o barramento de curso d'água para a formação de lago artificial constitui uma das mais antigas técnicas de aumentar as disponibilidades hídricas para atendimento de demandas por água pelas sociedades, portanto, foram fundamentais ao desenvolvimento da espécie humana.

Embora dotadas de mecanismos de controle com a finalidade de obter a elevação do nível de água ou criar um reservatório de acumulação de água ou de regularização de vazões, por muito ocorreram de forma mais ou menos empírica. Com a Revolução Industrial, houve a necessidade de se construir um crescente número de barragens, o que permitiu o progressivo aperfeiçoamento das técnicas de projeto e construção.

Diferentemente do passado, quando os reservatórios só eram vistos pelo lado dos benefícios, hoje a sociedade está mais crítica e já olha para o reservatório pelo lado dos impactos negativos e de pessoas que são deslocadas sem compensação suficiente.

Há fortes movimentos organizados contra a construção de grandes barragens, entretanto há exageros nos males atribuídos aos grandes lagos artificiais. Nesse sentido, é importante que sejam analisados seus pontos e opiniões. Também, pode-se considerar que, muitas vezes, há exageros na avaliação dos benefícios atribuídos a algumas obras. Uma análise técnica, equilibrada e imparcial, que forneça subsídios à sociedade e aos gestores públicos para se construir ou não, ou ainda, como operar e proteger os lagos existentes.

Questões sociais, ambientais, econômicas, sociais e de segurança abordadas como fatores de oposição à construção de novas barragens, dentre elas, as desapropriações de pequenos agricultores e populações indígenas sem indenização compensatória e as alterações na forma de vida da população que resultam em empobrecimento devido à mudança brusca nas atividades.

As barragens tropicais emitem gases de efeito estufa em quantidades substancialmente maiores do que são reconhecidas na contabilidade do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto. Em contrapartida, há de se considerar o balanço devido a sua não construção.

No ano de 2014 convivemos com uma seca no Sudeste Brasileiro, cuja grande concentração de pessoas nas suas cidades, obrigou vários municípios paulistas e mineiros, causando grandes transtornos a milhões de pessoas que optaram por viver nas cidades, fato inexorável na evolução da espécie humana. Neste ano os níveis de acumulação verificada, em torno da metade do que se verificava em 2014 para este mesmo período, obriga-nos a reiniciar o debate sem paixões.

Muito se criticou a construção de hidrelétricas, fonte principal para suprimento de energia elétrica, indispensável à vida nas cidades. Aquiesceu-se aos à construção de usinas hidrelétricas a fio d'água, que ao não funcionarem regularmente o ano todo, obriga-nos a acionar usinas térmicas a petróleo. Verifica-se, assim que não se têm nenhuma vantagem adicional, pelo contrário trazem muito mais danos que as hidrelétricas com lagos de acumulação.

As usinas do Rio Madeira e de Kararaô (que teve o nome alterado para Belo Monte) fornecem exemplos concretos, indicando a necessidade de reforma desses conceitos do MDL. Das barragens a fio d'água se espera que tenham menores emissões por kWh do que muitas barragens, no entanto, as emissões pelo acionamento de termelétricas a hidrocarbonetos têm emissões muito mais significativas.

A falta de análise que considere os agravantes em conjunto com os atenuantes nos deixa ver que, em muitos casos, que os impactos provocados por reservatórios geralmente são de pouca expressividade face os benefícios que eles podem proporcionar.

É preciso considerar, ainda, que a manutenção de uma carga hidrostática mais elevada sobre o terreno e o aumento da área para infiltração proporcionam maior recarga de água em direção aos mananciais subterrâneos, fundamental para aumentar o escoamento de base, minimizando oscilações de vazão em cursos d'água superficiais.

A elevação do nível freático disponibilizará, por efeito de ascensão capilar, mais água para as plantas, além de possibilitar fluxo de água subterrânea suficiente para a manutenção da vazão e tornar perenes pequenos córregos sob a influência dessas águas freáticas.

Com maior recarga dos aquíferos no campo, os reservatórios podem servir melhor ao seu mais nobre objetivo: armazenar quando o recurso é abundante e usar no momento de escassez.

O aumento da disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas possibilita também, que as outorgas de direito de uso da água sejam concedidas maior número de usuários, atendendo, assim, aos múltiplos usos da água de maneira mais eficaz.

Portanto, nada mais pertinente que se estimulem e facilitem a construção de barragens rurais objetivando o uso múltiplo da água na bacia, que amenizam problemas de inundações em áreas urbanas de maior risco, implicando, assim, grandes economias. Esse é o anseio da gestão integrada, ou seja, compatibilizar riscos e oportunidades na escala da bacia.

Se ambientes urbanos sofrem cada vez mais com as inundações provocadas pelas enchentes devido ao não planejamento (está feito e é praticamente irreversível), pode-se armazenar esse excesso no campo, o que permitirá atenuar a onda de cheia nas cidades e aproveitar essa água para irrigação nos períodos de escassez, realimentar os aquíferos, reservas que poderão ser usadas para o próprio abastecimento humano nas estiagens mais prolongadas.

O projeto de uma barragem requer fundamentalmente a análise e aplicação correta de dois itens relevantes relacionados à segurança da barragem quais sejam:

- a) **estudos hidrológicos** na bacia hidrográfica, em que se determina a vazão máxima de cheia e o volume de armazenamento necessário a regularização da vazão;
- b) **estudos hidráulicos** para dimensionamento do sistema extravasor (eliminação do excesso de água e dissipador de energia), do desarenador (eliminação dos resíduos do fundo ou esvaziamento do reservatório) e da tomada de água (estrutura para captação da água represada).

A abordagem de maneira simples serve como ferramenta didática e não deve induzir a falsa impressão de que se pode projetar bem e competentemente, sem experiência. Julgar corretamente os valores obtidos requer anos de estudo e prática. O auxílio a questões sobre métodos construtivos, cálculos estruturais, estabilidade, geotecnia, percolação dentre outros, deve ser obtido na bibliografia técnica e adequada ao projeto do barramento proposto.

Sabe-se que a maior parte das pesquisas geotécnicas na área das barragens foram e são orientadas para o estudo de obras de grande porte, deixando em segundo plano obras menores.

É importante, também, destacar que obras hidráulicas como barramentos, mesmo sendo de pequeno porte, distinguem-se por interferir nos cursos d'água e estar sujeitas ao poder destruidor das enchentes, envolvendo riscos que jamais podem ser desconsiderados. Assim sendo, o dimensionamento de projetos e obras necessários ao uso dos recursos hídricos deverão ser executados sob a responsabilidades de profissionais devidamente habilitados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, sendo o licenciamento concedido mediante procedimento ambiental unificado e simplificado.

Sala das Sessões,

Senador **Hélio José**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última decisão terminativa)

COMUNICAÇÃO

Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

Of. nº 331/2015 – LidPR

Faça-se a substituição solicitada.

Em 13/08/2015.

Brasília, 13 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Substituição de membro titular da Comissão Mista MP 685/15

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o **Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA)** para membro titular em substituição ao **Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)** na **Comissão Mista da Medida Provisória nº 685**, de 21.07.2015, que “Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT, cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações e atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica.”.

Respeitosamente,

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu estive ainda há pouco aqui, falando com as colegas...

Pela ordem, as Senadoras Fátima Bezerra e Ângela Portela.

Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu quero pedir a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª está inscrita,...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... a Senadora Fátima Bezerra e, em seguida, ...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Se V. Exª for comunicação inadiável, Presidente, eu abro mão e me inscrevo pela Liderança do PP.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Se V. Exª puder fazê-lo, porque eu estou no art. 17 e não adianta me inscrever. V. Exª também, não é? Porque já falamos muito...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu também estou no art. 17 e, por isso, ia me inscrever para uma comunicação. Mas, como V. Exª o fará, abro mão por V. Exª e falo pela Liderança do PP.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem. Eu agradeço.

Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Então, Sr. Presidente, eu me inscrevo no horário destinado a comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Muito bem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mas, Sr. Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a questão de ordem que apresento neste momento é com base no art. 403 do nosso Regimento Interno, invocando o art. 80, que assegura:

Art. 80. Fixada a representação prevista no art. 79, os líderes entregarão à Mesa, nos dois dias úteis subsequentes, as indicações dos titulares das comissões e, em ordem numérica, as dos respectivos suplentes.

Diz ainda: "Parágrafo único. Recebida as indicações, o Presidente fará a designação das comissões".

Pois bem, Sr. Presidente, com base no Regimento, nós queremos aqui expressar a nossa preocupação, porque o que nós estamos vendo nesta Casa, neste exato momento, é que o Regimento Interno não está sendo respeitado.

Digo isso porque o Líder do nosso Partido, nosso companheiro Humberto Costa, me indicou, juntamente com o Senador Telmário Mota, que faz parte do nosso Bloco, e, inclusive, a sua participação, como titulares da Comissão Temporária Especial criada, Sr. Presidente, depois de todo aquele debate acerca do projeto polêmico de autoria do Senador José Serra, que é o Projeto de Lei nº 131, sobre modificações na lei que trata do marco regulatório de exploração do pré-sal.

Pois bem, dada à polemicidade desse projeto, que V. Exª acompanhou, o Congresso terminou adotando um caminho sensato, que foi a criação de uma Comissão Temporária Especial. Essa Comissão, portanto, foi criada – o Senador Requião está aqui também. O Ato 23, de 2015, divulgado, continha exatamente as indicações dos Líderes.

Agora, para concluir, simplesmente, o Ato 23, de 2015, com as indicações dos Líderes, não foi publicado e perdeu seu efeito, vigorando apenas o Ato 22, de 2015.

E o que nós queremos? Nós queremos que sejam respeitadas as indicações dos Líderes partidários, conforme o art. 80. É isso que nós queremos. Ou seja, que o Regimento da Casa seja respeitado, e que a Comissão originalmente escolhida, inclusive em ato divulgado, com base no Regimento da nossa Casa, seja recomposta, Sr. Presidente, e que a vontade, a decisão dos Líderes seja respeitada, amparada no nosso Regimento, precisamente no art. 80.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência responde a questão de ordem de V. Exª, Senadora Fátima Bezerra.

A Comissão foi criada por ato do Presidente, depois, modificado pelo Presidente, e a questão de ordem de V. Exª diz respeito, então, a ato do próprio Presidente, vamos encaminhar a ele e, oportunamente, dar o posicionamento e a resposta com base nos argumentos e na citação do Regimento que V. Exª apresenta.

Vi, ontem, inclusive, um debate, uma discussão do próprio Presidente com o Senador Lindbergh, que cobrava, verbalmente, o que V. Exª cobra, através dessa questão de ordem.

A Senadora Vanessa é a segunda oradora inscrita e o terceiro, o Senador Acir. Eu ia chamá-lo, mas V. Exª chegou, Senadora. Faço a inversão e chamo o Líder Acir, enquanto V. Exª se organiza?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pode chamar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pode ser?

Então, Senador Acir Gurgacz. Sei que V. Exª tem uma missão danada, tem que trabalhar. V. Exª tem a palavra como orador inscrito.

Senadora Vanessa, V. Exª passou a manhã inteira, ontem e anteontem, comandando aqui um trabalho. Vá almoçar um pouquinho.

Senador Acir, V. Exª tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, o momento que vivemos, nossa crise política, desde as eleições do ano passado, encontrou esta semana um ponto de convergência na direção de construirmos a governabilidade necessária, para superarmos, também, a crise econômica que ameaça o emprego, as empresas, a estabilidade de nossa moeda, o crédito, a indústria, os investimentos em infraestruturas e todas as conquistas que a população brasileira teve nas últimas décadas, principalmente a população mais carente, a que mais precisa das ações sociais do Governo, tanto o Federal, quanto os Estaduais e os Municipais também.

É o que tenho falado sempre: construirmos um pacto de governabilidade é a nossa obrigação. Não fazemos mais do que a nossa obrigação quando pensamos no Brasil e na nossa população, porque a população não aguenta mais perder empregos e ver a economia piorar e vários serviços do Governo serem diminuídos. Além de muitos deles já serem ruins, ainda estão querendo cortá-los em definitivo. Precisamos acabar, de uma vez por todas, com brigas entre políticos e partidos. Isso tem que ser deixado para a época das eleições. E, nas eleições, todos os caros colegas aqui sabem, precisamos pensar na população, e não em interesses partidários.

Por isso, fazer esse pacto pelo Brasil realmente é a nossa obrigação. Esse pacto, que passa certamente pela agenda positiva que o Senado apresentou ao Executivo e a todos os brasileiros e que colocaremos em discussão e em votação a partir já da próxima semana, passa também pela tomada de consciência das principais forças econômicas e principalmente das forças políticas do País para o risco de ferirmos gravemente a nossa democracia, a vontade soberana do voto, as nossas instituições e principalmente a nossa economia, que é a sétima maior economia do mundo.

O Brasil acordou, acordou para os riscos que essa crise política traz para a nossa economia, para os riscos sobre as conquistas da nossa gente. E até mesmo aqueles que bradavam pela derrubada do Governo ou pelo retorno do governo militar estão tomando o rumo de uma terceira via, de um caminho alternativo, que envolve um esforço de todos os poderes para assegurarmos a estabilidade econômica e política que conquistamos a duras penas.

É evidente que essa agenda positiva, esse pacto pela governabilidade também precisa da aprovação popular. Ele tem que estar em sintonia com as ruas, com a realidade e as necessidades da população, com o sentimento da Nação brasileira. Neste atual momento da política nacional e da modernidade, quando pesquisas e mobilizações nas redes sociais são um retrato de parte da realidade social, o melhor termômetro para avaliarmos a vontade da população e o sentimento da Nação brasileira ainda são as mobilizações nas ruas, nas praças e também aqui no Parlamento.

Além da apresentação dessa agenda positiva para o País aqui no Senado, também houve nesta semana uma grande mobilização de mulheres trabalhadoras rurais em Brasília, a chamada Marcha das Margaridas. Para domingo, está prevista a realização de grandes mobilizações a favor e contra o Governo em diversas capitais do País e aqui, no Distrito Federal. Eu também vou participar e acompanhar essas manifestações. Eu quero ouvir a voz das ruas, quero sentir de perto a manifestação do povo brasileiro, mas terei, com bom senso e responsabilidade, as minhas próprias decisões. Eu torço para que essas manifestações sejam pacíficas e ordeiras, o que tem sido uma característica positiva dessas mobilizações aqui no Brasil, ao contrário do que acontece no mundo árabe ou em alguns países da Europa, onde a violência tem prejudicado a instalação de governos democráticos e agravado a divisão social.

Há quem julgue que essas manifestações, que iniciaram em junho de 2013 e que até o ano passado não tinham um foco bem definido, após as eleições do ano passado, foram canalizadas contra o Governo. No meu

ponto de vista, a insatisfação está bem definida: os brasileiros estão indo às ruas por estarem cansados com a corrupção. Para mim, essas manifestações estão deixando uma mensagem bem clara aos políticos, aos gestores públicos, secretários, prefeitos, Deputados, Senadores, governadores, ministros de Estado ou Presidente da República: a população brasileira não está mais tolerando a corrupção que há muito tempo está instalada nas entranhas do poder de todo e qualquer governo que se instalou neste solo brasileiro nos últimos 500 anos. Basta de corrupção! Fora aos corruptos! Esta é a voz das ruas brasileiras. Isso é muito bom e positivo para a nossa Nação. Precisamos, de fato, passar o Brasil a limpo. É muito bom quando vemos que isso está acontecendo diante dos nossos olhos.

Pela primeira vez na história do Brasil, nós estamos vendo corruptos e corruptores de alto escalão sendo presos e condenados pela Justiça. Nós estamos vivendo uma verdadeira cruzada contra a corrupção, e isso não pode parar. Aqui, no Senado, nós já aprovamos uma lei que torna a corrupção crime hediondo. Eu apresentei um projeto de lei acabando com o foro privilegiado de políticos e gestores públicos. Nós não podemos mais tolerar que se apropriem dos recursos do povo brasileiro sem que nada aconteça. A corrupção rouba a escola dos nossos filhos e a moradia das nossas famílias, rouba melhores hospitais e melhores serviços para a população, rouba o nosso presente e o futuro do nosso País.

Com o dinheiro que escoia a cada ano para a corrupção no Brasil, que corresponde a 2,3% de todas as riquezas produzidas no País, seria possível erradicar a miséria e elevar a renda *per capita* em R\$443,00 para cada brasileiro, além de reduzir a taxa de juros e reduzir a carga tributária, segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

A corrupção tem que continuar sendo combatida com todas as forças. O que não podemos é agir com irresponsabilidade, para que, nessa nobre missão de limpar a política e a gestão pública no Brasil, não transformemos uma crise política numa grande crise econômica. Eu tenho dito, reiteradamente, que quem mais perde nesse jogo político de usar uma operação de combate à corrupção para acabar com o Governo é o Brasil e os brasileiros. Nós precisamos ter mais responsabilidade com o País e com sua população.

Eu, particularmente, vou continuar cumprindo com a minha responsabilidade para com a Nação brasileira. Nós precisamos nos dedicar a blindar a gestão pública contra a corrupção, e isso significa eliminar as chances de atuação do corrupto. A corrupção afeta a todos nós, e o Brasil inteiro tem que tomar para si a responsabilidade de participar dessa luta, pois, enquanto houver um cidadão que se cale, na espreita de obter alguma vantagem, existirá o vírus da corrupção.

Por isso, a punição para o crime de corrupção tem que ser rigorosa. Só assim, nós vamos passar o Brasil a limpo e construir um presente e um futuro melhor para nós e nossos filhos.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Ângela Portela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, nosso querido Senador Jorge Viana.

Eu quero registrar aqui, neste momento, a visita que a Presidenta Dilma fez ao meu Estado de Roraima na última sexta-feira, para fazer a entrega das unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. Foram 747 casas, executadas parte pela Prefeitura de Boa Vista, parte pelo Minha Casa, Minha Vida Entidades. O MST, na pessoa da Carla, que é coordenadora do programa lá, e as famílias contempladas ficaram muito felizes em receber as chaves da sua casa própria, entregues pela Presidenta Dilma.

A Presidenta Dilma, na oportunidade, foi muito bem recebida pelas autoridades do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário e principalmente pelas quase mil famílias contempladas com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Nós de Roraima estávamos muito ansiosos com a ida da Presidenta Dilma para fazer a inauguração dessas casas, mas também para que tivéssemos um diálogo mais próximo da Presidenta, apresentando a ela as demandas e as necessidades para o nosso Estado crescer e se desenvolver.

Entre essas demandas, eu quero destacar aqui a questão da regularização fundiária, a questão do Linhão de Tucuruí, dos programas e os projetos de infraestrutura para que Roraima possa entrar na trilha do desenvolvimento. A Bancada Federal, eu, particularmente, e a Governadora Suely Campos tivemos a oportunidade de apresentar essas demandas à Presidenta Dilma e lhe pedir um olhar mais atencioso e mais carinhoso para esse Estado do extremo norte da Amazônia Legal.

A Presidenta também falou sobre os diversos programas federais lá em Roraima e falou – no que foi recebida com muita alegria – sobre a ideia de, no Minha Casa, Minha Vida III, beneficiar mais famílias do Estado. Até o final de 2015, haverá 8 mil famílias contempladas com o Programa Minha Casa, Minha Vida. Já que a Presidenta Dilma anunciou que mais famílias serão contempladas no lançamento do Minha Casa, Minha Vida III,

que será até final do ano, isso criou uma expectativa muito positiva e nos alegrou muito, porque são pessoas de baixa renda que terão o direito de ter sua casa própria, o que não deixa de ser um sonho realizado a todos aqueles que foram beneficiados e que poderão sê-lo no lançamento do programa.

Lembrou também, por exemplo, que, em Roraima, com o Programa Mais Médicos, já estão 138 profissionais, que podem não ser a resolução para os problemas da assistência hospitalar, mas que enfrentam uma questão fundamental que é a de garantir que, no posto de saúde, haja médico para atender a população. Graças ao Programa Mais Médicos, criado pela Presidenta Dilma, há hoje, em nosso Estado, um atendimento, nos postos de saúde, de melhor qualidade.

Citou também a Presidenta a construção de 26 creches pelo programa pelo qual eu tenho a maior alegria e o maior carinho, porque fui Relatora aqui, no Senado Federal, da medida provisória do Brasil Carinhoso, que teve o RDC que facilitou, inclusive, as licitações para a construção dessas creches. Isso é muito bom, é uma necessidade do Brasil inteiro e das crianças de nosso País e de nosso Estado.

Sr. Presidente, a visita presidencial teve também um significado adicional. Nós pudemos levar à Presidenta posições fundamentais para o Estado. Em discurso durante a solenidade, a Governadora Suely Campos disse à Presidenta Dilma Rousseff: “Não queremos que a União carregue Roraima nas costas. Queremos que o nosso Estado produza também e gere divisas ao nosso País”. Essa foi uma questão essencial tratada pela Governadora e também por mim durante a visita. Nós ressaltamos os entraves colocados ao desenvolvimento de Roraima, que são questões absolutamente relevantes, como a insegurança energética e a regularização fundiária. Nós não podemos admitir mais demora no prosseguimento das obras do Linhão de Tucuruí. Esse linhão é indispensável para Roraima e vai incluir o nosso Estado no Sistema Interligado Nacional.

(Soa a campanha.)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – A precariedade do fornecimento de energia elétrica a Roraima, em grande parte baseada em termelétricas, prejudica a população, que se vê às voltas com um sistema instável, com apagões e com contas elevadas. Completar o Linhão de Tucuruí é uma das grandes prioridades de nosso Estado.

Nós queremos também remover os entraves à produção agrícola. Existe aí um ponto bastante positivo. Com respaldo do Governo Federal, Roraima já cumpriu 90% do exigido para a transferência de terras da União para o Estado. Nós temos feito uma articulação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com o Ministério do Meio Ambiente para as questões agrária, fundiária e ambiental, a fim de que possamos, nessa mesma técnica de negociação, resolver uma questão que é...

(Interrupção do som.)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Eu gostaria de concluir.

Existe, porém, nessa questão para a resolução da regularização das terras do Estado, uma questão que é crucial: a definição do Parque Nacional do Lavrado. Há uma preocupação muito grande dos agricultores e da população de modo geral na criação dessa unidade de conservação, que é positiva, mas que cabe ter esse cuidado, porque vai causar um forte impacto social. Não podemos mais ceder áreas produtivas, até porque mais de 80% das terras do nosso Estado já são protegidas. Nós queremos seguir em frente e viabilizar Roraima como Estado produtivo. Para isso, não se pode abrir mão de mais terras produtivas, com posses centenárias. Essa situação, que constitui uma das prioridades do meu mandato e da sociedade de Roraima, tem sido mostrada, com muita veemência, ao Governo Federal.

(Soa a campanha.)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Roraima precisa se desenvolver e tem como se desenvolver. Essas duas questões são fundamentais para que possamos resolver e colocar o Estado na trilha do desenvolvimento. Todas essas questões foram colocadas com muita clareza para a Presidenta Dilma, que vai analisá-las e que vai se esforçar para ajudar a resolvê-las.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de registrar a 5ª Marcha das Margaridas. Ontem, nós tivemos aqui uma sessão solene presidida pela nossa Senadora Vanessa Grazziotin, Procuradora Especial da Mulher, com a participação de Senadoras e de Deputadas, festejando esse registro da Marcha das Margaridas.

Setenta mil mulheres vieram aqui de todo o Brasil, de todos os Municípios brasileiros e de toda a América Latina. É uma manifestação de luta das mulheres pelos nossos direitos e pela nossa cidadania. Representada por um mosaico formado por mulheres indígenas, quilombolas e extrativistas, por trabalhadoras rurais e por quebradeiras de coco, a Marcha das Margaridas é um composto social que já conquistou reconhecimento

político. São mulheres com posição política que sabem o que querem como cidadãs. São mulheres que, como nós, Parlamentares desta Casa, também querem reformas políticas.

A Presidenta Dilma, ciente da importância, participou, recebeu a pauta das Margaridas...

(Soa a campanha.)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ...e está encaminhando solução para cada pauta dos direitos sociais, dos direitos agrícolas, da saúde, da educação e da cidadania.

Foi um evento bonito, com muita alegria, com a participação de todos os entes do Governo Federal e dos Parlamentares, que, junto com essas mulheres agricultoras, manifestaram seu interesse em participar mais ativamente das decisões do nosso País que implicam a melhoria da qualidade de vida das nossas mulheres e da população do nosso País como um todo.

Então, eu queria aqui parabenizar a Marcha das Margaridas e parabenizar também a iniciativa da nossa Procuradora da Mulher, Vanessa Grazziotin, por ter realizado essa sessão solene ontem, no Congresso Nacional, no plenário do Senado Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada pela tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª merece. Sei que estava relatando um evento histórico, que foi a ida da Presidenta Dilma ao Estado de V. Exª, ao Estado do bom povo de Roraima. É um prazer poder colaborar para que V. Exª possa completar sua mensagem para todo o Brasil, especialmente para o povo de Roraima.

Com a palavra, como oradora inscrita, fazendo uma permuta com a Senadora Gleisi, que era a primeira oradora, a Senadora Vanessa.

Em seguida, vou chamar pela Liderança. Estão aqui a Senadora Ana Amélia e o Senador Eunício Oliveira. Não sei se há um entendimento. Falará ou um ou o outro.

Senadora Vanessa, V. Exª tem a palavra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Eu estou em que ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Só quero esclarecer que, regimentalmente, alternamos um orador inscrito e uma comunicação inadiável no início da sessão. Depois, tenho de chamar, no intervalo entre um orador inscrito e outro, um líder inscrito. Aí o próximo orador fará uma comunicação inadiável novamente.

Então, num primeiro momento, falará a Senadora. Em seguida, falará um líder, um orador inscrito e, depois, V. Exª.

Senadora Vanessa, eu pediria licença só para apreciar um requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – **Requerimento nº 909, de 2015**, do Senador Paulo Bauer, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 17 de agosto do corrente ano, para participar da Sessão Ordinária do Parlamento Mercosul em Montevideu, no Uruguai. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no mesmo período.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Quero agradecer à Senadora Gleisi a gentileza de fazer a permuta e dizer, Sr. Presidente, que venho à tribuna, neste momento, para tecer alguns comentários a respeito da nossa semana. Nesta semana, que já está acabando – já estamos na quinta-feira –, o Senado teve um protagonismo, teve uma posição de destaque merecedora, na minha opinião, de aplausos.

Diante do tamanho da crise que vivemos, que, como todos sabemos, é muito mais política do que econômica, o Senado da República age no sentido de contribuir com o Brasil. Como o nosso Presidente, Senador Renan, mesmo relatou, os governos vêm e vão, e o País fica. Nós não podemos, por conta de divergências políticas, permitir que o Brasil continue sofrendo da forma como vem sofrendo.

Diferentemente da Câmara dos Deputados, o Senado está construindo. Digo “construindo”, porque não está perfeitamente acabado. Hoje mesmo, apresentamos uma ideia para o Presidente Renan, para que ele a

incluísse na Agenda Brasil, no eixo das questões fiscais. Ele a acatou plenamente e a considerou também algo muito importante. A sugestão não é minha. Não é uma sugestão individual, mas uma sugestão que vem dos membros que compõem a CPI do Carf, do Senado Federal.

Então, a agenda é positiva e procura enfrentar os mais diversos problemas por que passa o País, sobretudo problemas fiscais e sociais.

Dentro disso, Sr. Presidente, quero relatar desta tribuna que tivemos hoje uma audiência pública importante na CPI do Carf, que é presidida pelo Senador Ataídes e que tenho o privilégio de relatar, onde recebemos alguns estudiosos dessa questão tributária. Participaram da audiência pública o Dr. Carlos Alberto Barreto, que é auditor-fiscal, que todos conhecem e que é hoje o atual Presidente do Carf; Vilson Romero, que é o Presidente da Anfp (Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil); o Dr. Gustavo Brigagão, tributarista conhecido e respeitado no Brasil inteiro; e o Prof. Heleno Taveira Torres, que também além de ser um grande tributarista é professor de Direito Tributário da Universidade de São Paulo.

O teor dos debates hoje é sobre a situação atual do Carf e qual deverá ser o futuro dessa importante instituição recursal na questão tributária do Brasil. Considero importante, Sr. Presidente, o fato de que os debates não giraram somente em torno do Carf. Obviamente, muito debatemos sobre o Carf, que vem a ser o Conselho Administrativo onde se busca, numa segunda instância administrativa, a resolução de pendências tributárias, de passivos tributários.

O Carf teve uma mudança recente, após a divulgação de uma série de denúncias, a partir da Operação Zelotes. Ele teve uma modificação na sua composição, na forma de escolha e, inclusive, na conduta dos seus conselheiros. Antes, era plenamente possível advogar e ser conselheiro do Carf.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Por um decreto presidencial, uma decisão da OAB, isso não é mais possível.

São mudanças importantes que já aconteceram. Entretanto, temos de discutir de forma mais aprofundada. Aí estamos debatendo qual futuro teremos. Continuará a ser esse Conselho um conselho paritário? Ou deverá haver concurso para uma função temporária, para o exercício público de uma função pública temporária? Ou deverá haver um concurso permanente que tornará o Conselho um tribunal administrativo? Enfim, são debates que estamos travando lá.

Entretanto, não tenho dúvida alguma, Sr. Presidente, de que, no Brasil, conforme disseram os participantes, sobretudo o Prof. Heleno, o sistema do contencioso tributário, administrativo e judiciário está falido. O que precisamos é de uma renovação, é de uma atualização desse sistema.

Ele deu alguns números que considero extremamente impactantes, Senadora Gleisi. O que há de contencioso? Qual é o passivo que está no Poder Judiciário? É o valor de R\$1,4 trilhão. Qual o passivo que se encontra no Carf e em instâncias administrativas? Em torno de R\$0,5 trilhão. A dívida das estatais está em torno de R\$300 bilhões. Isso tudo significa um Orçamento da União.

E há algo pior: além desses quantitativos significativos, qual o período que leva para esses contenciosos serem julgados?

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Na esfera administrativa, há um cálculo, reconhecido pelo próprio Carf, de que são, em média, oito anos para que os processos sejam julgados. No Poder Judiciário, a média, segundo nos foi exposto hoje – também são dados oficiais –, é de nove anos e nove meses, ou seja, são quase dez anos no Poder Judiciário. Com dois anos para procedimentos judiciais, lá se vão 20 anos, para depois não haver nenhuma recuperação. A média da recuperação dos créditos não chega a 2%, Senador Requião. Não chega a 2%! Isso é que é grave. E isso é que tem de compor também a Agenda Brasil.

Precisamos modernizar a administração tributária. O contencioso é fundamental. Como dizia o Prof. Heleno, estamos tratando, talvez, da questão mais importante entre todas...

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concluo em um minuto, em exato um minuto.

O que temos de garantir é a eficiência na capacidade arrecadadora do Estado brasileiro. Quando falo em Estado brasileiro, não digo da União, não digo do Governo Federal. Estamos nos referindo aos Estados e aos Municípios. Cada um tem seu sistema administrativo de recuperação e de decisão de contenciosos.

Então, é algo que considero da mais extrema urgência. Já encaminhamos como sugestão ao Presidente da Casa que incluía na agenda do Senado essa questão, e, segundo o Presidente Renan, isso já está incluído.

Quero dizer que os trabalhos da CPI prosseguem. Temos a clareza de que nosso papel não é apenas o de colaborar no processo de investigação do malfeito, mas também o de apresentar sugestões para a construção de um ambiente melhor, de um ambiente...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ...mais eficiente, de um ambiente imparcial e, principalmente, livre cada vez mais das ações de corrupção.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu queria fazer aqui um entendimento com a Senadora Ana Amélia, se fosse possível.

Senadora Ana Amélia, agora, tenho de chamar um Líder, mas tenho de sair para uma audiência e, depois, retorno aqui. V. Exª não queria assumir a Presidência um pouquinho?

Falaria o Líder Eunício. V. Exª é a próxima Líder, mas o Senador Eunício também está com um problema.

A Senadora Ana Amélia, que ajuda tanto na condução dos trabalhos, poderia assumir a Presidência, para o Senador Eunício poder falar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Acho que é a mais elegante...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não, senhora! A senhora vai estar aqui. Ele me perguntou se eu poderia consultá-la. Eu disse: "A Senadora Ana Amélia é ativa aqui, no plenário."

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Não posso perder a piada, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, V. Exª, Senador Eunício, como Líder.

Agradecemos a colaboração da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Concordo com V. Exª. Por isso, para ouvir o Líder do PMDB, temos de qualificar melhor a Presidência.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu lamento que ele não continue sendo meu Líder. Estávamos juntos no nosso Bloco.

Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira, pela Liderança do PMDB.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este momento difícil que o Brasil atravessa requer mais racionalidade, mais dedicação cívica e menos emoção.

Ao longo da minha vida pública, participei dos esforços empreendidos por lideranças empresariais, políticas e sociais, para enfrentar os mais variados desafios que o Brasil experimentou. Posso dizer, com orgulho, que não foram poucas as provas superadas nos últimos 30 anos.

Na década de 80 do século passado, vivemos a grande crise da dívida externa, que desencadeou a hiperinflação e levou a economia à estagnação. A desesperança e a tristeza coletiva refletiam o ânimo do brasileiro, que recobrou forças a partir da grande mobilização popular das Diretas Já pela Constituição cidadã de 1988.

Reconquistamos, Srª Presidente, a democracia no que talvez seja a mais significativa vitória da sociedade brasileira em aliança com os partidos políticos, com os políticos na segunda metade do século XX. Criamos instituições que nos deram um horizonte de longo prazo, garantidoras da estabilidade em torno de um projeto de desenvolvimento centrado na inclusão, na igualdade de direitos e de oportunidades e na sustentabilidade. Também superamos a inflação a partir do advento do Plano Real, uma competente engenharia financeira e política. A isso se aliaram ações de assistência social, experimentadas inicialmente no governo Sarney e empreendidas com mais vigor a partir da rede de proteção social comandada pela saudosa primeira-dama. Essa foi a raiz das políticas sociais de transferência de renda que reduziram significativa e verdadeiramente a desigualdade social no Brasil, já nos governos do ex-Presidente Lula.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nas últimas três décadas, houve significativos avanços sociais e, durante muitos anos, um irrefutável crescimento econômico. Houve, sim, esforços para atender às demandas pontuais de segmentos da sociedade, e algumas dessas demandas foram plenamente atendidas.

Chegamos ao momento atual com muitas questões para tratar, pois as conquistas e os avanços obtidos estão sendo dilapidados por duas crises, uma crise econômica e uma crise política, uma alimentando a outra. A indústria e o comércio já reduziram significativamente suas atividades; demitem empregados e fecham as portas, enquanto as taxas de juros voltam a figurar entre as mais altas do mundo. Investidores nacionais e estrangeiros se retraem diante das incertezas. A população, acostumada a olhar o futuro com perspectiva, passou a vislumbrar aquilo que não queremos, que são as nuvens negras no horizonte.

Ignorar essa multiplicação de crises seria o melhor caminho para quem não as quer resolver. Por isso, esta Casa apresentou à Nação brasileira uma agenda com propostas capazes de retomar uma ampla discussão, a partir de uma questão vital: que medidas o Brasil deve adotar para redirecionar recursos para investimentos produtivos, capazes de gerar renda e realimentar a economia?

Queremos conhecer as propostas dos setores produtivos, nacionais e estrangeiros, para questões como a melhoria da infraestrutura nacional e qual o potencial de seus investimentos em prol do crescimento sustentado da nossa economia.

Queremos maximizar a eficiência do Governo e, mesmo à luz do ajuste fiscal – que em breve esta Casa dará por encerrado em sua primeira fase, pois medidas de austeridade devem ser uma preocupação constante de qualquer governo –, mostrar que é mais do que necessário, é urgente, é imprescindível que favoreçamos os setores produtivos deste País. Medidas como a redução na taxa de juros – a taxa de juros dos empréstimos às empresas – e dos preços dos insumos para a indústria, principalmente em favor do aumento da produtividade do trabalhador brasileiro.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, precisamos ouvir as entidades representativas da indústria, do comércio, da área de serviços, do agronegócio, da agricultura familiar, do cooperativismo, dos micro e pequenos negócios, para que todas as cadeias produtivas tragam suas demandas, mas também nos orientem nas soluções possíveis. A Agenda Brasil não é a tábua de salvação deste ou daquele partido, inclusive do Governo, mas, sim, representa um grande gesto do Parlamento à sociedade pelo diálogo e pelo entendimento, principalmente pelo Brasil. Se houver um esforço conjunto e coordenado, com a participação de toda a sociedade, levaremos muito menos tempo para sair dessa grave situação de crise econômica.

Temos a convicção, Srª Presidente, de que esta encruzilhada em que nos encontramos é também uma grande oportunidade para que o Congresso Nacional retome seu papel histórico de catalizador de ideias e de soluções eficazes. Digo isso, cara Presidente, digo isso, caros colegas, porque nós, brasileiros, temos competência para vencer qualquer desafio, e isso já foi demonstrado em várias ocasiões.

É chegada a nossa hora de dar o melhor para superar os problemas atuais e construir a grande transição de que o Brasil precisa, dentro da normalidade, dentro do regime democrático, da forma como nós temos que conduzir o nosso trabalho. É chegada a nossa hora de dar o melhor para superarmos todas essas crises atuais e construir a transição, como eu disse, de que o Brasil precisa. Essa é a grande batalha dos nossos dias. Esse, Srª Presidente, é o compromisso desta Casa; esse é o compromisso deste Senador e deste Líder; esse é o compromisso do meu Partido, o PMDB, com o nosso querido Brasil.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento-o, Senador Eunício Oliveira, pela análise que fez. V. Exª falou em nome do PMDB, pela Liderança do Partido.

Convido para fazer uso da palavra, como oradora inscrita, a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Srª Presidenta.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras presentes, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos assiste pela TV Senado, quero falar hoje a respeito da Medida Provisória nº 675, da qual sou Relatora. Ontem, apresentei meu relatório, sem poder ler, na Comissão, é claro, infelizmente, para poder ser deliberado e ir para o plenário da Câmara e do Senado.

Essa medida provisória, da qual sou Relatora, trata do aumento dos tributos para os bancos, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos. A Presidenta Dilma mandou a esta Casa medida provisória aumentando a CSLL de 15%, que incide sobre o lucro das instituições financeiras, para 20%. Uma medida simples, é apenas um artigo. Nós recebemos 193 emendas nessa medida e fizemos um trabalho de qualificar essas emendas, em razão do que é o cerne da medida, ou seja, matéria tributária, aumento de impostos para as organizações financeiras.

Nós apresentamos o relatório, publicamos o relatório ontem, e tivemos uma reação muito forte àquilo que foi colocado no relatório. Quero dizer aos senhores, às senhoras, a quem está nos ouvindo que tomei a iniciativa de colocar duas grandes alterações nessa medida, além de outras emendas que foram acolhidas. A primeira alteração é em relação à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, que passamos de 20% para 23%, ou seja, aumentamos três pontos percentuais.

A reação foi muito grande, inclusive de Senadores e de Deputados desta Casa, ligados à oposição, e também da imprensa ligada à área financeira. Disseram que isso impactou negativamente na colocação dos bancos junto às bolsas de valores.

Eu queria fazer uma reflexão desta tribuna. Estamos falando, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, de um total, em termos de valores de reais de arrecadação, por ano, de média, com a medida que a Presidenta mandou, de R\$4 bilhões.

Ou seja, R\$4 bilhões são a média de arrecadação com esse aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Com a emenda que eu fiz, aumentando em três pontos percentuais, entretanto, tirando cooperativas de crédito que têm diferenciações com os bancos comerciais, nós teríamos um impacto de arrecadação de cerca de R\$2 bilhões a mais.

Portanto, estamos falando de uma média que não começa agora em 2015 com esse valor de cerca de 6 bilhões, até porque, em 2015, seria cerca de um bilhão e pouco, em 2016, três bilhões e pouco, para, depois, alterarmos.

Ora, houve uma reclamação muito grande. Disseram, inclusive, que os bancos poderiam repassar aos seus clientes esses valores. Eu queria perguntar aqui: como pode um banco querer repassar aos seus clientes um valor de majoração de tributo, se os bancos foram as entidades mais lucrativas do primeiro trimestre deste ano? Se os bancos tiveram lucros que foram muito grandes, mesmo na situação em que estamos, de dificuldade econômica?

Só para os senhores terem uma ideia, o Bradesco obteve um lucro trimestral – no trimestre, em três meses – de 4,473 bilhões; o Itaú-Unibanco teve um lucro de 5,984 bilhões; o Banco do Brasil, de 7,4 bilhões. Quem teve menos lucro foi a Caixa e o Santander, na casa de 1,6 bilhão.

Eu estou falando de números alcançados em um trimestre. Um banco teve, em um trimestre, mais de 5 bilhões de lucro; outro banco teve, em três meses, mais de 7 bilhões de lucro; e um outro teve, em três meses, mais de 4 bilhões de lucro.

Nós estamos falando aqui de um aumento de tributo que sai de 15% sobre esse lucro para 23%. E a arrecadação total desse tributo, de todos os bancos, em um ano – portanto, em 12 meses –, está estimada 6 bilhões, que é menos do que o lucro que um banco teve em um trimestre.

Essa matéria é muito séria e é muito importante para o nosso País. Não é possível que não nos debruçemos sobre ela e que esta Casa não aprove essa medida provisória, inclusive com a emenda majorando a alíquota do tributo que eu apresentei à Comissão.

Quantos discursos ouvimos aqui, inclusive de membros da oposição! Ontem, não deixaram instalar a Comissão, não deixaram sequer eu ler o relatório, porque, na realidade, não querem fazer o debate, porque não têm coragem de defender o que realmente defendem.

Quantos da oposição vieram aqui defender os trabalhadores, quando nós estávamos discutindo as mudanças no seguro-desemprego, no abono salarial, na pensão por morte? Eu fui uma das que subi nesta tribuna para defender as medidas que a Presidenta Dilma mandou, porque achava que elas precisavam de adequações. Este Congresso fez emendas, melhorou a proposta. Será que nós não vamos ter a responsabilidade com a sociedade brasileira de aumentar o imposto sobre o lucro dos bancos, quando o total desse imposto, dessa contribuição recolhida no ano, é menor do que o lucro que o banco teve em um trimestre? Nós não podemos deixar essa mácula nesta Casa.

Uma outra medida que coloquei nessa proposta e no meu relatório é que acabemos com uma situação que só existe no Brasil, em termos de tributação de Imposto de Renda. Os senhores sabem que o Brasil é um dos países que têm a maior diferença de renda do mundo, ou seja, a maior diferença entre quem ganha mais e quem ganha menos. Nós temos um fosso enorme. Infelizmente, a renda é pouco tributada, e quem paga mais imposto de renda são os mais pobres; são os mais pobres porque o Imposto de Renda é sobre o salário.

A renda do capital é pouco tributada no nosso País. E nós temos um benefício que hoje é utilizado pelas nossas empresas para pagar menos Imposto de Renda, que é o juro sobre capital próprio. O que é o juro sobre capital próprio? É, na realidade, um juro que o Governo – sim, o Governo –, o Orçamento da União paga ao empresário, para ele colocar o capital dele na empresa dele. É isso. Eu tenho um capital, tenho uma empresa. Se eu coloco meu capital na minha empresa, eu tenho o direito de ganhar um juro, uma remuneração desse

capital da União. Como isso acontece? Bom, eu abato da base do Imposto de Renda, da base de incidência do Imposto de Renda, um juro relativo à TJLP. Isso entra limpinho, e só o que resta é tributado.

Mas isso é só para grande empresa, para quem paga o Imposto de Renda pelo lucro real. Não é para o pequeno, não é para a média empresa. Hoje, nós subsidiamos com recurso da União os investimentos que o acionista faz na sua própria empresa. Aí alguém poderia me perguntar: “mas não é bom, porque nós estamos incentivando investimento?” Só que isso existe há vinte anos! Há vinte anos! Isso foi implantado no Plano Real pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, para compensar a perda da inflação que era retirada também da base do Imposto de Renda antes de ele ser pago. Implantaram isso, e está há vinte anos!

Esse benefício não pode persistir. Aí querem cortar o Orçamento da União em benefícios que são importantes para a população, como o Bolsa Família, ou querem reduzir a área da Previdência ou querem tirar direitos de trabalhadores.

Que nós tenhamos que fazer, Senador Requião, um equilíbrio do Orçamento, tudo bem; agora, fazer um equilíbrio do Orçamento e não tributar o andar de cima... Isso não dá para aceitar.

Portanto, esta Casa, que votou as medidas em relação ao seguro-desemprego, ao abono salarial...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ...à pensão por morte, ao seguro-defeso, tem a obrigação – tem que ter vergonha na cara! – de votar aqui uma tributação maior para o que chamamos “andar de cima”, que são os bancos, que tiveram uma das maiores lucratividades dos últimos tempos, mesmo numa situação de dificuldade da economia, e as grandes empresas, que ganham subsídio – subsídio! – do Orçamento público para poderem investir nas suas próprias empresas. Se isso tivesse um bom resultado, nesses vinte anos nós seríamos o País com o maior nível de investimento na produtividade. Qual não foi a nossa surpresa quando a Presidenta desonerou a folha de pagamento para ajudar as empresas! Muitas não conseguiram se sustentar. Além disso, nós temos juros subsidiados para essas empresas fazerem aplicações e fazerem investimentos.

Nós não podemos continuar com isso! É lamentável que um país como o Brasil tenha uma vergonha dessas. Nós somos o único país do mundo que tem isso, não há paralelo. Aliás, nós também somos um dos poucos países que não tributam dividendos, onde a renda dos mais ricos – e há um estudo da Receita, sobre o qual farei aqui na segunda-feira, que diz respeito a 70 mil pessoas no Brasil – não é tributada adequadamente pelo Imposto de Renda. Enquanto o assalariado paga 27,5%, o mais rico paga, em média, uma alíquota de 6%, 7%. Por quê? Porque também os rendimentos não são tributados, também têm incentivos. Isso não tem paralelo no mundo! Aliás, só há mais um país que faz isso, a Lituânia – nós e a Lituânia!

Então, se nós queremos fazer uma reforma tributária nesta Casa, está na hora de colocar o dedo na ferida, está na hora de cobrar de quem pode pagar. Nós queremos que este País cresça, se desenvolva, tenha benefícios, que este País empregue, queremos tudo isso. Agora, o que não pode acontecer é benefícios como esses, travestidos de coisas boas para a economia...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ...acabarem beneficiando, privilegiando uma classe que já ganha muito no Brasil.

Como disse Thomas Piketty em seu livro “O capital no século XXI”, a decisão de alocação de riqueza não é econômica, a decisão de alocação de riqueza é política; são os agentes políticos, os atores de uma determinada sociedade que, com as suas decisões, vão privilegiar este ou aquele setor, com as suas decisões vão fazer esta ou aquela distribuição de riqueza.

Portanto, Presidenta, Senadora Ana Amélia, temos a responsabilidade neste País, assim como tributamos o trabalho, de tributar de forma decente o capital, como faz qualquer outro país desenvolvido ou em desenvolvimento no mundo.

Por isso, espero que a Comissão, na terça-feira, faça a reunião para que eu possa ler o relatório, para que tenhamos o prazo regimental correto e paremos de empurrar essa discussão para que a medida provisória caia sem ser apreciada. Isso, na realidade, mostra a falta de coragem de alguns Parlamentares, de alguns Parlamentares que aqui vieram defender trabalhadores de uma forma extemporânea – nunca defenderam, vieram aqui defender nas medidas do seguro desemprego e abono salarial – e que não deixam a Comissão funcionar.

Então, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, temos que dar uma resposta a este País. Está na hora de o andar de cima da sociedade brasileira colaborar com o ajuste fiscal.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Convido para fazer uso da palavra para uma comunicação inadiável a Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores, ouvintes da Rádio Senado, semana passada eu ocupava esta tribuna e falava com muita alegria e emoção sobre a história da jovem estudante de medicina Ana Luiza, que muito nos havia emocionado quando do seu discurso durante a cerimônia de dois anos do Programa Mais Médicos, solenidade realizada semana passada, no Palácio do Planalto, presidida pela Presidenta Dilma.

Naquela ocasião, Ana Luiza, claro, emocionou não só a mim, emocionou muita gente aqui deste Plenário, emocionou o meu Estado, o Nordeste, emocionou o Brasil. Por quê?

Porque Ana Luiza, no seu discurso, falava da sua história.

E qual é a história de Ana Luiza? É uma menina de origem muito simples, lá de Caicó, na região do Seridó, lá no meu Estado. Ela dizia das transformações que a educação tinha e tem provocado na sua vida após ela ter tido a oportunidade de iniciar seus estudos na Escola Multicampi de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o que só foi possível, como Ana Luiza fez questão de ressaltar, graças à política de expansão do curso de Medicina do Governo da Presidenta Dilma, expansão essa que praticamente dobrou a oferta de vagas no interior do País.

A Escola Multicampi de Ciências Médicas lá da UFRN, na região do Seridó-Trairi... E eu quero aqui dizer também que me empenhei muito, junto com a Profª Ângela, reitora da nossa universidade, para que isso acontecesse, ou seja, para que nós levássemos também o curso de Medicina para o interior do Estado e, dessa vez, exatamente à Escola Multicampi de Ciências Médicas, lá em Caicó, Seridó, e lá no Trairi. E é exatamente essa escola que está possibilitando que uma menina de origem simples, repito, origem humilde, filha de um agricultor, possa realizar o seu sonho de cursar Medicina e ser doutora.

Pois bem, Srª Presidente, hoje é com um sentimento de indignação e tristeza que volto a esta tribuna para dizer que a jovem Ana Luiza está sendo ameaçada por várias pessoas em sua página do Facebook, inclusive, segundo denunciou a própria estudante, por médicos e estudantes de Medicina. Essas pessoas invadiram a sua página, a página de Facebook de Ana Luiza, insultando a jovem com palavras como... Me dá vergonha e, ao mesmo tempo, revolta de ter que fazer este relato aqui da tribuna do Congresso Nacional, mas eu vou ter que fazê-lo. Pois bem, essas pessoas invadiram a página do Facebook da estudante Ana Luiza com palavras como – abro aspas – “vadia”, “ignorante” e “médica vagabunda pobre” – fecha aspas – e dizendo que ela, Ana Luiza, merecia levar uma surra. Isso aconteceu, Srª Presidente, depois de ela agradecer à Presidenta Dilma, durante cerimônia no Palácio do Planalto, por ter possibilitado a netos e filhos de agricultores, que há alguns anos labutavam de sol a sol sem nenhuma perspectiva de futuro, poderem não só sonhar, mas concretizar, como ela, o sonho de se tornarem doutoras e doutores.

Agora, Srª Presidente, eu me pergunto, diante dessa manifestação de intolerância, de ódio inaceitável frente à estudante Ana Luiza, a que ponto nós chegamos.

É triste perceber esse ódio crescente contra as ações sociais que o Governo do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores e aliados, corajosamente tem adotado, como a de permitir o acesso de jovens no interior do País ao ensino superior e de levar a saúde pública às localidades mais distantes do País – é disso que trata o Mais Médicos, algo impensável há doze anos.

Pois bem, Srª Presidente, quando a gente vê essa inclusão social, quando a gente vê, repito, os filhos do povo, os filhos da classe trabalhadora, uma menina filha de um pequeno agricultor, de um assentado, de um pedreiro, terem o direito de fazer um bom curso técnico ou de fazer um curso de nível superior, inclusive o curso de Medicina... Quando tudo isso era para estar sendo festejado, era para estar sendo celebrado, o que nós estamos vendo? Estamos vendo setores conservadores da nossa população, de forma preconceituosa, criticando, ameaçando, inclusive, a menina de morte. Isso nos leva a fazer aqui uma constatação com tristeza: a de que, infelizmente, os valores estão invertidos. Nós deveríamos estar festejando, celebrando o fato de pessoas como Ana Luiza, que antes chegavam à fase adulta muitas vezes sem nem mesmo saberem ler, agora poderem se tornar médicas.

Quero aqui, Srª Presidente, dizer que a Presidenta Dilma já se manifestou, que o Ministro Renato Janine, Ministro da Educação, também já se manifestou, que a Ministra das Mulheres, Eleonora Menicucci, também já se manifestou. Ou seja, manifestaram-se de forma pública, expressando toda a sua solidariedade à estudante Ana Luiza.

As palavras de Ana Luiza, Srª Presidente, tenho certeza, inspiraram milhares de jovens em todo o País, mas também serviram para provocar a ira de uma parcela reacionária e preconceituosa de setores conservadores da população, que está mostrando a sua cara nesta onda conservadora que tem sido incentivada no País por setores irresponsáveis e descomprometidos da política – inclusive com discursos de ódio proferidos aqui no Congresso Nacional por determinados segmentos, discursos que são chancelados e reproduzidos longamente.

São falas incompatíveis com a democracia e com a convivência social. Repito: infelizmente, a gente escuta esses discursos serem proferidos por setores, por bancadas aqui dentro, de perfil conservador e retrógrado. Na verdade, Sr. Presidente, como bem lembrou Ana Luiza, “o machismo e parte da elite mostraram sua cara”.

Eu quero aqui, neste momento, me dirigir a Ana Luiza e sua família, dizer-lhes, na condição de sua conterrânea, de norte-rio-grandense, que, assim como a Presidenta Dilma, como o Ministro da Educação e como a Ministra das Mulheres, nós estamos ao seu lado. Nós não vamos aceitar intimidações de maneira nenhuma, até porque nós sabemos também, infelizmente, que setores conservadores não estão satisfeitos de ver a chamada classe C dividir com seus filhos os bancos das universidades...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... muitas vezes tomando, com esforço e competência própria, como fez você, as vagas que anteriormente apenas eles conquistavam.

Portanto, diante disso, quero aqui dizer a V. Exª das iniciativas que nós estamos tomando, Senadora Ana Amélia.

Primeiro, já pedimos à Procuradoria da Mulher, aqui presidida pela Senadora Vanessa Grazziotin, que comunique o ocorrido aos órgãos de segurança para que as denúncias contra Ana Luiza sejam investigadas como caso de polícia e que os agressores respondam na forma da lei.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero dizer também, Srª Presidente, que estamos apresentando um requerimento de voto de repúdio ao Plenário do Congresso, à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Educação, Senadora Ana Amélia, da nossa Casa, para que o Plenário do Congresso e as Comissões de Direitos Humanos e de Educação não se omitam diante dessas ações covardes, eivadas de intolerância, de preconceito, de discriminação, para que essas ações, enfim, e aqueles responsáveis por essas ações de conteúdo agressivo, covarde sejam punidos.

Quero também dizer, Srª Presidente, que estou entrando em contato...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos e com a Coordenadoria de Direitos Humanos e a Secretaria de Política das Mulheres lá do meu Estado, para que também sejam acionados os órgãos de proteção, se necessário for, exatamente à estudante Ana Luiza.

Por fim, Srª Presidente, pediria só um pouquinho de sua generosidade e a dos demais para ler aqui, Senadora Ana Amélia, apenas alguns trechos da carta que Ana Luiza fez publicar em seu *Face* após, exatamente, essas agressões que ela vem sofrendo, Senador Requião, depois de seu discurso proferido lá na solenidade do Mais Médicos.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – A carta de Ana Luiza – abro aspas:

Vim aqui para deixar coisas claras. Vim falar por que a minha garganta não aguenta o nó que se formou. E eu nunca fui de calar. Fui convidada a falar sobre a transformação que a educação causou em minha vida e sobre a alegria de cursar Medicina. E assim escrevi um texto, de coração e de peito aberto. E hoje penso em tudo que eu disse e tudo que eu queria ter dito mas não foi ouvido. [...]

Mais adiante, Srª Senadora, ela prossegue:

Fui atacada em minha página pessoal brutalmente por MÉDICOS E FUTUROS MÉDICOS, além de outras pessoas. O machismo e a elite mostraram sua cara.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Mais adiante, ela diz:

Fui chamada de vadia, de MÉDICA VAGABUNDA DE POBRE, ignorante, não merecedora de cursar Medicina. Me foi dito que iam fazer de TUDO pra que eu não conseguisse emprego depois de formada. [...]

Mais adiante, ela coloca em sua carta, Srª Presidente:

minhas palavras [as palavras dela] foram pros profissionais de saúde que dão o sangue todo o dia, mesmo com condições péssimas de trabalho, com salários atrasados, numa saúde abandonada e caótica. Eles, sim, são verdadeiros heróis. Minhas palavras foram direcionadas àqueles que acreditam e lutam por um mundo transformado a partir da educação e do amor.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) –

Minhas palavras foram um agradecimento aos professores, [...] [aos trabalhadores, e o reconhecimento, exatamente, do compromisso e das ações do Governo.]

E, finalmente, Srª Presidente, ela termina sua carta dizendo:

Esperança, vontade de mudar, EMPODERAMENTO de um povo PELO seu povo.

Eu sei que eu não sou nada nesse sistema corrompido e intrincado. Eu sei que não sou ninguém diante dos poderosos deste País.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) –

Mas eu tenho outra novidade, eu não estou sozinha, e gente como eu é quem te causa os piores pesadelos à noite. E eu vou seguir, mesmo frágil, mesmo com medo, mas sempre acreditando.

Agora, Ana Luiza, naquela solenidade, você disse à Presidenta Dilma: “Coragem, Presidenta Dilma!” Pois, agora, eu digo a você, Ana Luiza: coragem! Nada nos impedirá de sonhar, como você mesma disse. Coragem, Ana Luiza! Nós estamos com você. Como você mesma disse, “nada nos impedirá de sonhar” – e eu acrescento – e de continuar lutando para realizar os nossos sonhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senadora Fátima Bezerra, não há nenhuma razão para haver uma violência inaceitável. A democracia pressupõe contraditório. Há pessoas que não concordam, mas sempre em um nível de respeito e que temos de acatar, mesmo não concordando com as opiniões que não são idênticas às nossas. Agora, foi inaceitável a violência, a agressão, mesmo verbal ou física de qualquer natureza. Então, queria manifestar a solidariedade contra o gesto de violência com a jovem sua conterrânea.

Agradeço a V. Exª.

Atendi o tempo regulamentar que a senhora pediu, bem além do que é uma comunicação inadiável.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Ana Amélia, eu apenas pedi porque nós vamos instruir os requerimentos de moção e de repúdio que nós apresentamos, tanto no Plenário como nas Comissões.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

Convido, para fazer uso da palavra...

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pela ordem...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria falar um pouco sobre a questão dos conselhos de fiscalização profissional, que incluem a OAB, o Crea, o CRM, entre outros.

Essas instituições, Srª Presidente, são isentas de impostos e se sujeitam à fiscalização do Tribunal de Contas da União, justamente por serem sustentadas pelas chamadas contribuições para-fiscais, recolhidas diretamente dos membros de cada categoria profissional.

A arrecadação dos conselhos hoje supera a marca de R\$3 bilhões por ano.

Muitas das pessoas que trabalham nesses conselhos são regidas pela CLT. Só que esses conselhos agem de uma forma muito importante hoje para a sociedade: fiscalizam essas atividades profissionais. E elas trabalham sem ter nenhuma estabilidade, sem ter nenhuma defesa, sofrendo influências políticas que, muitas vezes, podem atrapalhar uma investigação justamente por esse servidor não ter nenhuma segurança.

É muito importante frisar, Srª Presidente, que existem nos conselhos hoje 10 mil cargos comissionados, sem concursos públicos. Isso para órgãos que são isentos de impostos e que deveriam ter por parte do Poder

Público uma fiscalização melhor para proteger o cidadão deste País na qualidade dos serviços que são oferecidos a ele.

Urge, portanto, que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional, Sr^a Presidente, um projeto de lei específico a fim de disciplinar a aplicação do Regime Jurídico Único, estabelecido na Lei nº 8.112, de 1990, aos servidores concursados dos conselhos de fiscalização profissional...

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – ... por respeito aos cidadãos deste País que não podem ter essa fiscalização dessas profissões feita como algumas vezes são feitas nos dias de hoje.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Reguffe, a Sr^a. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Sigo com a lista de oradores inscritos: Senador Roberto Requião e, em seguida, Senador Humberto Costa, por mais uma gentileza da Senadora Ana Amélia, que fez uma permuta. Então, o Senador Humberto Costa, que estava aqui ainda há pouco, falará tão logo o Senador Requião conclua.

Senador Requião, V. Ex^a tem a palavra, como orador inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, se costume houvesse de se dar nome a pronunciamentos feitos na tribuna do Senado, eu chamaria este meu pronunciamento de hoje de proposta para manter empregos e assegurar a soberania do Brasil sobre o nosso petróleo.

Vou fazer algumas considerações não sob a égide dos interesses da Chevron, da Shell ou da British Petroleum. Vou fazer algumas considerações tendo por fulcro principal os interesses do Brasil.

Nós sabemos que a Petrobras está numa situação difícil em função de uma dilapidação do seu patrimônio através do manejo imoral dos seus contratos. Ela está fragilizada por isso. Mas vamos começar a análise dessa situação dizendo que a corrupção existiu em todas as sociedades humanas.

A História é pródiga em exemplos, não há país ou instituição livre desse mal. Por mais que se combata, não é possível dizer que ela será eliminada completamente, mas combatê-la é nosso dever como cidadãos, como profissionais e como homens públicos.

Eu sempre defendi e defenderei todo tipo de investigação. Ela é sempre salutar, assim como a transparência nas atividades públicas. A corrupção é como o mofo; não sobrevive à luz. Todavia, o combate à corrupção e as investigações não podem prejudicar o desenvolvimento do Brasil. Pelo contrário, elas deveriam ser feitas em nome do desenvolvimento.

Segundo o jornal *Valor Econômico*, o Brasil deve ter uma perda imediata de cem bilhões ou 2% do Produto Interno Bruto por causa da Lava Jato. É o mesmo número que se tem quando estimado por diversas consultorias e bancos. Segundo o artigo, as perdas seriam ainda de 1,3 milhão de empregos e de R\$15,6 bilhões em massa salarial. Ou seja, é muito menos em dinheiro para a sobrevivência das famílias trabalhadoras.

Esses 2% de retração ainda se me afiguram como um número conservador. Se contarmos os efeitos indiretos nos próximos anos e que a continuidade da operação em muitos outros setores seja feita com o mesmo “cuidado” – entre aspas – com que se fez na Petrobras, o impacto será muito maior.

Se a economia não crescer nos próximos anos por causa da paralisação da Petrobras, dos investimentos em equipamentos para exploração, transporte e refino de petróleo, assim como das obras de infraestrutura, haverá uma perda acumulada de PIB de mais de R\$300 bilhões em comparação com extrapolação de estimativa de crescimento médio de 2,5%, que o Brasil obteve na última década. É um valor incomparável com o estimado para a corrupção investigada, que está em poucos bilhões de reais, mais especificamente em seis bilhões, segundo o balanço da Petrobras aprovado por grande firma de auditoria internacional.

Se é este o caso, esse combate à corrupção se parece com a história do caipira que tinha um bicho de pé muito incômodo e deu um tiro no pé para tentar matá-lo. O remédio doeu muito mais do que a doença, mas não se pode garantir que o tiro tenha atingido o pequeno alvo.

Não há dúvidas de que há intenção de replicar, de forma tropicalizada, no Brasil, a Operação Mãos Limpas, que sacudiu a Itália nos anos 90. A princípio, a intenção é boa, mas precisamos ficar alerta e aprender com a história. Os fatos indicam que a Operação Mãos Limpas, na Itália, não mudou quase nada a posição do país no *ranking* global da corrupção e ajudou a eleger o Berlusconi, depois de terem sido extintos todos os grandes partidos históricos. A taxa de crescimento econômico da Itália não melhorou depois da Operação Mãos Limpas. Hoje, o país é um dos falidos do sul da Europa, em grave crise econômica.

Definitivamente, o desenvolvimento não é um caso de polícia, mas sim um caso de política. Não é necessário que uma investigação paralise uma empresa como a Petrobras. A maioria das grandes obras da Petrobras foi paralisada em algum momento nos últimos meses, gerando prejuízos imensos para a empresa, para o País e para os empregados de seus fornecedores. Há equipamentos caríssimos das megarrefinarias de Pernambuco e de Itaboraí, no Rio, que deverão ser comprados novamente, porque a maresia está destruindo suas partes sensíveis, que deveriam ter sido montadas há meses. Há obras 90% já concluídas que estão paradas. Quanto isso custa em termos de faturamento mensal para a Petrobras? E quem vai pagar esses custos? A investigação deve atingir pessoas físicas, que são os corruptos, mas não as instituições, as equipes técnicas, os corpos funcionais e as obras que são essenciais para o desenvolvimento do Brasil.

Nesse sentido, estou propondo uma lista de medidas urgentes para recuperar a capacidade de investimento da Petrobras.

É preciso tirar a Petrobras das mãos dos abutres internos e externos. Não apenas por conta da Petrobras, o que por si só já se justificaria, porque se trata de um ícone da Nação, mas por causa da influência que a Petrobras tem sobre o conjunto da economia brasileira. Estatisticamente, ela tem relação direta ou indireta com quase 20% do Produto Interno Bruto. Contudo, qualitativamente, ela empurra ou faz encolher o PIB quase inteiro em razão de suas relações nas cadeias produtivas internas e externas.

Dias atrás, a televisão mostrou pequenos restaurantes, bares e lojas que tiveram de fechar as portas em São Gonçalo e em Niterói por falta de fregueses. Seus fregueses perderam o emprego. Reflexo, claro, da redução dos investimentos da Petrobras no mega Complexo Petroquímico de Itaboraí no Rio de Janeiro, o Comperj. Isso tudo é apenas um pequeno efeito impressionista.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – A realidade crua são milhares de trabalhadores já demitidos na cadeia do petróleo e centenas de milhares talvez na perspectiva de demissão por causa da incidência da Lava Jato sobre a vida financeira de quase todos grandes fornecedores de capital nacional da Petrobras.

A situação é grave. Mas a solução não está fora do nosso alcance. É possível resolver de forma inteligente a crise da Petrobras como das cadeias de investimento paralelas. Felizmente, temos, Presidente, uma experiência muito bem-sucedida, empreendida numa situação econômica semelhante. Em 2008, no auge da Grande Crise Financeira Global, nosso sistema bancário privado, “patriótico” – entre aspas –, como é sempre, pretendeu salvar somente a própria pele cortando o crédito para investimento das empresas produtivas.

O governo Lula, sabiamente, determinou ao Tesouro que repassasse R\$100 bilhões ao BNDES, em 2009, e mais R\$80 bilhões, em 2010, para garantir a marcha dos investimentos. O resultado foi um fantástico crescimento de 7,5% do PIB em 2010, apesar de toda a crise mundial.

É verdade que o Governo, nos anos seguintes, recuou precipitadamente dessa política. Com isso, o PIB retornou a níveis medíocres. Contudo, o exemplo ficou. Pretendo tomar a iniciativa de um projeto, para o qual solicito o apoio dos meus pares, independentemente de partidos e de ideologia, para salvar a capacidade de investimento da Petrobras com repasse de recursos do Tesouro, através do BNDES, de forma similar ao que aconteceu em 2009 e 2010. Em profunda recessão, como estamos, o crescimento econômico resultante não terá qualquer impacto inflacionário. Ao contrário, recuperando os investimentos da Petrobras, será também irrigada financeiramente toda a cadeia do petróleo, que está em plena recessão, favorecendo a retomada de crescimento do Produto Interno Bruto. Também não impactará, Presidente, o déficit ou a dívida pública líquida, porque levará a um aumento dos ativos financeiros da União igual ao aumento do passivo.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Com a dívida, o PIB cairá, anulando o efeito inicial da transferência de recursos do Tesouro para a Petrobras via BNDES. O que, aliás, aconteceu nos anos seguintes à crise internacional, quando a relação dívida líquida/PIB se reduziu.

Os números que mostrei do *Valor Econômico* são de abril. Hoje há economistas que estão estimando uma contração do PIB, Presidente, de 5% para os últimos trimestres do ano. Os bancos falam em 3%, mas eles querem dourar a pílula, a fim de que não sejam questionados em seus lucros indecentes enquanto o País afunda. A contração de 5% não é exagero.

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Já temos o peso de um crescimento perto de zero no ano passado; temos que considerar que o efeito do arrocho Levy é de no mínimo 2% negativos. Sobre

isso, temos o efeito Lava Jato, incidente diretamente na cadeia do petróleo, que provavelmente implicará uma contração adicional de cerca de até 3%. No total, portanto, algo que pode chegar a 5% de contração.

O projeto que estou trazendo à discussão desta casa busca reverter essa terrível tendência, jamais experimentada pela economia e pela sociedade brasileira.

A única restrição que vejo ao projeto é de natureza ideológica, Senador Maranhão. Dirão que as agências de risco, vendo a transferência de recursos do Tesouro para o BNDES, para salvar os investimentos da Petrobras, vão desclassificar o Brasil.

Ora, elas já estão em processo de desclassificação. E a culpa será do arrocho do Levy, que levará a elevação substancial da relação dívida/PIB. No primeiro semestre a arrecadação de impostos, caiu quase 3%. Isso é muito mais do que um ajuste.

O PIB também cairá, só Fernando Henrique gerou tamanho prejuízo à solidez fiscal do Brasil quanto este atual Ministro da Fazenda, o nosso Levy.

Mas o dogmatismo do mesmo e de seus aliados na imprensa é inabalável. Essa pesada perda que ele está causando à saúde fiscal do Brasil será desculpa para outro arrocho, muito mais duro, e depois outro, mais outro, como tem acontecido na Grécia, Presidente.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Ademais, o problema não se resume apenas no erro da política de arrocho. Tão absurdo quanto isso é manter o País governado pelos caprichos dos estagiários das agências de risco. Aqueles guris pouco criativos que fazem “o cálculo” da solidez fiscal brasileira. Não podemos deixar nossa soberania na mão desses estagiários.

Ora, Presidente, se os estagiários de risco estiverem de mau humor, façamos um acordo estratégico com os bancos chineses, e o próprio BRICS, para nos assegurar linhas de financiamento não contingenciadas enquanto os bancos ocidentais, usando as agências de risco para fazerem chantagem, tentarem encarecer ou reduzir o nosso crédito.

(Interrupção do som.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Estamos falando, Presidente, de um país com 200 milhões de habitantes. Temos que restaurar nossa capacidade de autogoverno, decidir nosso próprio destino. E isso passa necessariamente pela normalização das operações da Petrobras.

O esquema proposto nesse projeto de lei visa restaurar em sua plenitude a cadeia de pagamentos e recebimentos da Petrobras. Na medida em que se normalizem os fluxos de pagamentos da Petrobras, serão automaticamente normalizados os fluxos da cadeia de fornecedores e prestadores de serviços, assim como das cadeias ligadas aos Estados e às prefeituras de Municípios que recebem *royalties* do petróleo ou possuem unidades produtivas ligadas a essa cadeia.

No auge da crise de 2009, como disse antes, o Tesouro transferiu R\$100 bilhões ao BNDES, e mais R\$80 bilhões no ano seguinte, para que ele irrigasse o sistema produtivo com financiamento do sistema produtivo com financiamentos. Não há nenhuma razão técnica ou econômica para que algo semelhante não seja feito em apoio à Petrobras.

A experiência de 2009-2010 foi plenamente exitosa, sendo que a economia cresceu mais de 7% em 2010. Quando esse expediente foi retirado, a economia começou a cair. Tanto quanto a Petrobras, o BNDES é outro alicerce fundamental à soberania da Nação, criado pelo Presidente Getúlio Vargas.

A condição para restauração total dos pagamentos, no caso da Petrobras, será realizada em auditorias contábeis nos elos financeiros sobre os quais recaia suspeita fundada de irregularidade. A Petrobras evitará...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... que eventuais auditorias sejam realizadas com o cunho único de retardar pagamento de fornecedores, prestadores de serviços e unidades federativas beneficiárias de *royalties* e unidades produtivas da cadeia de petróleo. O resultado das auditorias deve ser público.

O projeto de lei visa proteger o emprego e a economia nacional das grandes perdas que certamente ocorrerão à medida que os maiores fornecedores da Petrobras venham a ser declarados inidôneos para a execução de obras públicas e fabricação de equipamentos. Na realidade, a culpa por fraudes e irregularidades na gestão de contratos com a Petrobras é dos responsáveis, que são pessoas físicas e não jurídicas.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – A empresa é um instrumento econômico e social. Como todo instrumento, pode ser manejado para o bem ou para o mal. Não há sentido em penalizar empresas que acumulam notável capacidade tecnológica, privando o próprio Governo de usar esses recursos técnicos e gerenciais em grandes projetos.

Não podemos também, Presidente, tapar o sol com a peneira. A nossa Presidente, no atual mandato, cometeu equívocos prejudiciais à empresa e à recuperação da economia. Estranhamente, autorizou o Conselho Monetário Nacional a rever uma regra que já tinha sido abolida na crise de 2009 e que passa a inviabilizar que o BNDES financie a Petrobras. Porém, permite que o BNDES financie e continue financiando...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... grandes empresas multinacionais, concorrentes da Petrobras.

Isso, Presidente, está errado. Também está errado permitir uma taxa de juros tão elevada, que gera centenas de bilhões de reais improdutivos por ano. Neste ano, o Governo não se opôs ao Banco Central aumentar irresponsavelmente essa conta, enquanto pede ao povo que se sacrifique em nome do “ajuste fiscal”. Ora, o povo deve deixar de comer para os rentistas engordarem? Em nome de quê? De um ajuste fiscal que, evidentemente, não funciona?

Se o interesse fosse melhorar as contas públicas, o Governo deveria começar pela isenção fiscal à distribuição de lucros e dividendos, sancionada por Fernando Henrique no embalo do chamado Consenso de Washington. Eu não compreendo por que até hoje essa isenção ainda está em vigor.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Somente no ano de 2013, apenas 70 mil pessoas, um quarto, por exemplo, do bairro de Copacabana, ganharam R\$200 bilhões em lucros e dividendos e nada pagaram de Imposto de Renda, enquanto, nós assalariados pagamos até 27,5% de imposto.

Nada contra pagar imposto justo. Os impostos são a contribuição dos cidadãos ao pacto social que constrói a ação coletiva, a solidariedade e a paz em uma nação.

Que pacto social é esse onde os mais ricos quase nada pagam e os mais pobres pagam muito? O mais paradoxal é que esses mesmos ricos, protegidos do Fisco, reclamam dia e noite dos impostos! Pura cortina de fumaça!

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – De tanto reclamar, ninguém vai acreditar que eles pouco pagam, ao menos é o que eles pensam que nós pensamos.

Vou propor também um projeto que acaba com essa isenção. Se voltarem a pagar impostos, os muitos ricos poderão reclamar com mais propriedade e com conhecimento de causa.

Acredito que o Ministro Levy deve me apoiar nessa iniciativa, afinal, segundo cálculos divulgados pela revista *Carta Capital*, a instituição desse imposto faria sozinho a metade do ajuste fiscal que o Ministro está propondo e que sua própria equipe econômica está sabotando com juros desnecessários. Sobre isso, também tenho uma sugestão. Como o diagnóstico é a inflação pelo excesso de consumo, o que é questionável, melhor seria aumentar o IOF nas operações de crédito ao consumo.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – Assim, seriam preservados os empréstimos para investimento das empresas. Isso também aumentaria as receitas do Governo, em vez de gerar mais gastos.

Agradeço aos amigos Chicão e Robson, do Sindicato dos Bancários da Paraíba, que pediram para que eu citasse, no discurso, essa política, como alternativa ao aumento da Selic.

Está na hora de a Presidente Dilma perceber que o ajuste fiscal, com juros nas alturas, jamais dará certo. Se ela quer que a Petrobras volte a liderar o crescimento do Brasil, precisa ouvir menos o setor financeiro e ter a mesma audácia que teve como Ministra-Chefe da Casa Civil...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB - PR) – ... ao apoiar as políticas de solução da crise em 2009. Isso ajudará também os Estados em crise financeira, via *royalties* e crescimento econômico. Caso contrário, nossa crise atual será muito maior do que aquela – aliás, Presidente, já é muito maior.

Essa é uma análise e uma tessitura de algumas propostas à revelia dos interesses das irmãs, das irmãs que comandam a extração e a distribuição de petróleo no mundo. Perdoem-me a Chevron, a Shell, a British

Petroleum e as outras todas, mas, nesta tribuna, a nossa obrigação é defender o Brasil, a nossa soberania e a nossa empresa Petrobras, marcada na história de lutas de todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Obrigado, Senador Requião. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 12 de agosto de 2015, da **Mensagem nº 307, de 2015**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do **Veto nº 36, de 2015**, parcial, aposto ao **Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2015** (nº 719, de 2015, na Casa de origem), que dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

São as seguintes, Mensagem e razão de veto:

VETO PARCIAL Nº 36, DE 2015

aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2015
(nº 719/2015, na Casa de origem)

Mensagem nº 307

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 21, de 2015 (nº 719/15 na Câmara dos Deputados), que “Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD”.

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, alterado pelo art. 1º do projeto de lei

“I - alcança os mostradores de informações (*displays*) utilizados em telefones celulares do tipo *smartphones*, *tablets* e outros relacionados em ato do Poder Executivo, com tecnologia baseada em componentes de cristal líquido - LCD, fotoluminescentes (painel mostrador de plasma - PDP), eletroluminescentes (diodos emissores de luz - LED, diodos emissores de luz orgânicos - OLED ou *displays* eletroluminescentes a filme fino - TFEL) ou similares com microestruturas de emissão de campo elétrico, destinados à utilização como insumo em equipamentos eletrônicos;”

§ 5º do art. 2º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, alterado pelo art. 1º do projeto de lei

“§ 5º O disposto no inciso I do *caput* alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso ou substrato - *chip on board*, classificada nos códigos 8523.51, 8523.59 e 8523.52.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.”

Caput do art. 4º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, alterado pelo art. 1º do projeto de lei

“Art. 4º Nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I a III do *caput* do art. 2º desta Lei e dos serviços a eles associados, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do Padis, ficam reduzidas:”

Razão dos vetos

“Os dispositivos ampliariam o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, sem que tenham sido apresentadas as estimativas de impacto orçamentário-financeiro e as compensações necessárias, em desrespeito ao que determina o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, assim como o art. 108 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO).”

§§ 1º-A, 1º-B e 1º-C do art. 3º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, inseridos pelo art. 1º do projeto de lei

“§ 1º-A. Para efeito do disposto no § 1º, o circuito integrado classificado nas posições 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização das etapas previstas nas alíneas b e c ou ambas do inciso I do *caput* do art. 2º, desde que a etapa prevista na alínea a tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1º-B. Para efeito do disposto no § 1º, o circuito integrado classificado nas posições 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização da etapa prevista na alínea c do inciso I do *caput* do art. 2º, desde que a etapa prevista na alínea b tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1º-C. A importação a que se referem os §§ 1º, 1º-A e 1º-B deverá ser feita por empresa beneficiária do Padis para as etapas de concepção, desenvolvimento ou projeto previstas na alínea a do inciso I do *caput* do art. 2º."

§ 2º do art. 4º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, alterado pelo art. 1º do projeto de lei

"§ 2º (Revogado)."

Razão dos vetos

"As alterações propostas distorceriam o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, ao autorizar o benefício de projetos com etapas importantes de sua cadeia produtiva realizadas fora do País."

§ 2º do art. 3º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, alterado pelo art. 1º do projeto de lei

"§ 2º As disposições do *caput* e do § 1º deste artigo alcançam somente os bens ou matérias-primas e insumos aprovados no projeto."

Razão do veto

"Da forma prevista, ao vincular o alcance de bens ou matérias-primas e insumos à sua aprovação no âmbito do projeto, a medida poderia levar a quebra de tratamento tributário isonômico."

§ 2º do art. 5º da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, alterado pelo art. 1º do projeto de lei

"§ 2º (Revogado)."

Razões do veto

"O dispositivo implicaria prorrogação de medida da qual resultaria renúncia de receita por prazo indeterminado, o que contraria o disposto no § 5º do art. 109 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO). Considerando a importância do Programa, o Poder Executivo estudará medida legislativa alternativa que seja compatível com a LDO."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 10 de agosto de 2015 – **Dilma Rousseff.**

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO COM OS DISPOSITIVOS VETADOS SUBLINHADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2015

(nº 719/2015, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao

Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

§ 2º

I - alcança os mostradores de informações (*displays*) utilizados em telefones celulares do tipo *smartphones*, *tablets* e outros relacionados em ato do Poder Executivo, com tecnologia baseada em componentes de cristal líquido - LCD, fotoluminescentes (painel mostrador de plasma - PDP), eletroluminescentes (diodos emissores de luz - LED, diodos emissores de luz orgânicos - OLED ou *displays* eletroluminescentes a filme fino - TFEL) ou similares com microestruturas de emissão de campo elétrico, destinados à utilização como insumo em equipamentos eletrônicos;

.....

§ 5º O disposto no inciso I do *caput* alcança os dispositivos eletrônicos semicondutores, montados e encapsulados diretamente sob placa de circuito impresso ou substrato - *chip on board*, classificada nos códigos 8523.51, 8523.59 e 8523.52.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI.”(NR)

“Art. 3º

.....

§ 1º-A Para efeito do disposto no § 1º, o circuito integrado classificado nas posições 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização das etapas previstas nas alíneas b e c ou ambas do inciso I do *caput* do art. 2º, desde que a etapa prevista na alínea a tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1º-B Para efeito do disposto no § 1º, o circuito integrado classificado nas posições 8542, 8523.51, 8523.52.00 e 8523.59 da NCM, quando importado após a realização da etapa prevista na alínea c do inciso I do *caput* do art. 2º, desde que a etapa prevista na alínea b tenha sido realizada no País, é considerado como insumo.

§ 1º-C A importação a que se referem os §§ 1º, 1º-A e 1º-B deverá ser feita por empresa beneficiária do Padis para as etapas de concepção, desenvolvimento ou projeto previstas na alínea a do inciso I do *caput* do art. 2º.

§ 2º As disposições do *caput* e do § 1º deste artigo alcançam somente os bens ou matérias-primas e insumos aprovados no projeto.

.....

§ 5º Conforme ato do Poder Executivo e projeto aprovado nas condições e pelo prazo nele fixados e desde que destinados às atividades de que tratam os incisos I a III do *caput* do art. 2º desta Lei, poderá também ser reduzida a zero a alíquota do Imposto de Importação – II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, ferramentas computacionais (*software*), para incorporação ao seu ativo imobilizado, e matéria-prima e insumos importados por pessoa jurídica beneficiária do Padis.

.....”(NR)

“Art. 4º Nas vendas dos dispositivos referidos nos incisos I a III do *caput* do art. 2º desta Lei e dos serviços a eles associados, efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do Padis, ficam reduzidas:

.....

§ 2º (Revogado).

.....”(NR)

“Art. 5º

.....

§ 2º (Revogado).

.....”(NR)

“Art. 6º

.....

§ 5º Serão considerados como aplicação em pesquisa e desenvolvimento do ano-calendário os dispêndios correspondentes à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento realizadas até 31 de março do ano subsequente, em cumprimento às obrigações de que trata este artigo, decorrentes da fruição dos incentivos do Padis.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104-A do Regimento Comum do Congresso Nacional encerrar-se-á em 10 de setembro de 2015.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu convido para fazer uso da tribuna agora o Líder Humberto Costa, que fala pela Liderança do Partido dos Trabalhadores. Como eu tinha feito antes, agradeço a gentileza, mais uma vez, da Senadora Ana Amélia, que está ali e já deveria ter falado seis oradores atrás, mas que está colaborando com os colegas que têm agenda, com outros que têm urgência. Com a palavra V. Exª, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, eu iria exatamente iniciar minha fala agradecendo a gentileza e a generosidade da Senadora Ana Amélia, que gentilmente aceitou mudar de posição na lista de oradores em nome das Lideranças partidárias, para que eu pudesse falar neste momento. Agradeço à Senadora Ana Amélia mais uma vez.

Sr. Presidente, ontem, durante mais de duas horas, houve uma reunião muito profícua com ministros do Governo da Presidenta Dilma, que aqui vieram com a finalidade de contribuir para a chamada Agenda Brasil, agenda de cooperação entre Legislativo e Executivo em favor do crescimento do Brasil. Foi um gesto de proatividade, um gesto que vem deixar para trás a aposta na crise e no atraso, a cantilena vencida do retrocesso, com a finalidade de inaugurar uma pauta sólida que dirige o presente olhando para o futuro do Brasil. O que o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, vieram nos trazer foram contribuições sólidas do Executivo para que aqui, no Congresso, consolidemos uma agenda que garanta ao País a manutenção nos trilhos do desenvolvimento inclusivo.

A nossa economia está respondendo satisfatoriamente a todas as medidas de ajuste tomadas no primeiro semestre. Saímos da rota da vulnerabilidade, revertemos os quadros mais pessimistas e injustificados de expectativas e, enfim, pusemos a economia no caminho do reequilíbrio. Os déficits da balança comercial e da conta corrente estão sendo reduzidos. A inflação prevista para o ano que vem e, especialmente, para 2017 já converge para o centro da meta de 4,5%. Driblamos o risco de déficit de energia, permitindo, inclusive, que desligássemos as custosas usinas termoeletricas. Isso vai nos dar, muito em breve, uma redução entre 15% e 20% no preço da bandeira tarifária vermelha da conta de energia elétrica, em vigor por causa da terrível seca que estamos enfrentando. Além disso, a Petrobras, principal empresa brasileira, segue um plano estratégico focado em reforçar seu principal negócio: o da pesquisa e exploração do petróleo.

Estamos, enfim, com as condições dadas para pôr em marcha uma estratégia que envolva a criação de um ambiente de negócios e estímulo ao investimento com geração de emprego, um pilar que garanta a sustentabilidade fiscal e um pilar social que dê a cada brasileiro ferramentas para criar seu futuro, abrindo oportunidade para uma economia dinâmica e inclusiva.

Nessa agenda, o Congresso Nacional tem um grande protagonismo. No âmbito legislativo, precisamos tratar prioritariamente da questão da convergência das alíquotas do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços para o destino; do projeto de regularização de capitais no exterior ou internados, cuja receita será fundamental para a criação dos Fundos de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e de Auxílio aos Estados; da reforma do PIS/Cofins; além da contribuição para aumentar a segurança jurídica em torno de projetos fundamentais, com vistas a garantir mais segurança aos investidores.

Temos, então, um trabalho muito positivo pela frente, um trabalho de construção coletiva, um trabalho para quem tem disposição, para quem gosta de desafios, para quem gosta de trabalhar. O Brasil não aguenta mais aqueles que investem no imobilismo, aqueles que trabalham apenas para a criação de crises, os que olham o País pelo retrovisor e querem paralisar o nosso crescimento.

O momento é de responsabilidade e de contribuição de todos. E aqui estamos construindo uma agenda substantiva entre Executivo e Legislativo para a geração de mais empregos, para controle da inflação, para atração de novos investimentos, para a criação de uma economia dinâmica e moderna, em que os brasileiros possam crescer com o próprio trabalho e depender cada vez menos de governos.

De muitos setores, o Brasil não recebe nada, além do pessimismo, além de amargura, além de paralisia. A oposição estacionou na pista para impedir que o Brasil passe, quer engatar marcha a ré no nosso desenvolvimento, de forma que vejo como muito positiva essa agenda de cooperação entre o Legislativo e o Executivo, porque ela rompe esse cerco de inércia em que a oposição insiste em colocar o Brasil, para atrapalhar a nossa caminhada. A pauta da oposição, que nada tem a propor ao País, é a pauta da crise. Na incompetência de não ter o que oferecer aos brasileiros, opõe-se ao Brasil, por não ter como se opor ao êxito dos nossos governos. Estão ficando mais isolados, rosnando sozinhos, com teses golpistas fracassadas.

Como diz um provérbio, “os cães ladram, mas a caravana passa”. Estamos passando rumo a uma fase mais produtiva, cujo fim maior é melhorar o Brasil e a vida dos brasileiros. Quem ama este País encampa a ideia e vem se somar aos esforços pelo nosso futuro. Quem não ama vai viver de produzir crises e seguir apostando no fracasso do Brasil. Que venham, porque não passarão.

Muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento meu Líder, companheiro Humberto Costa, pelo pronunciamento e pelo posicionamento corajoso, que traduz bem, na sua e – peço licença, porque estou presidindo – também na minha visão, o cenário político nacional.

Convido para fazer uso da tribuna a Senadora Ana Amélia.

Depois, fico eu como orador inscrito, e a Senadora Ana Amélia me ajuda, presidindo a sessão.

Eu queria também aproveitar para dizer que, tão logo eu faça a minha fala, que será breve, nós vamos fazer a Ordem do Dia. Peço autorização do Senador Humberto Costa, Líder.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Vamos fazer – as assessorias que avisem os Parlamentares – a Ordem do Dia, que será muito breve hoje. Temos a pauta trancada, mas vamos fazer daqui a pouco, talvez daqui a uns 20 minutos.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, a quem mais uma vez agradeço a contribuição. V. Ex^a sabe tanto quanto eu, pois, muitas vezes, também preside a sessão, o quanto nós precisamos agir aqui para equilibrar os interesses, as agendas e as dificuldades dos colegas. Ainda bem que aqui, no Senado, somos poucos os que estão sempre na labuta do plenário. Dá para conciliar, mas não é nada fácil.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Eu agradeço, Senador Jorge Viana, pelas referências, mas eu penso que, quando defendemos aqui solidariedade federativa, solidariedade nos campos políticos, para tentar colocar o nosso País numa situação melhor do que está hoje, não podemos deixar que essa solidariedade seja da boca para fora. Então, em gestos simples como esse aqui, no plenário, entre um colega que precisa de uma demanda ou de uma agenda urgente, não há como deixar de ser solidário. E eu procuro, sempre que possível, atender os colegas Parlamentares, pois também sou atendida por eles quando preciso falar antes ou preciso de algum apoio ou de algum socorro deles, que também são sempre muito solícitos e muito solidários.

Eu venho aqui à tribuna, caro Presidente, caros Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, para voltar a um tema que me é muito caro, pois sou Senadora do Rio Grande do Sul. Falo de uma empresa que orgulha muito não só os gaúchos, mas os brasileiros, e que lamentavelmente faliu. Enquanto não havia competição, ela estava sozinha no mercado. Uma empresa aérea chamada Varig, de que todos nós temos gratas lembranças, reconhecida internacionalmente pela excelência do trabalho. A Varig, além do patrimônio que se esvaiu por fatores que não cabe aqui examinar, deixou um passivo trabalhista para aqueles funcionários, pilotos, comandantes, comissários, comissárias, muitas pessoas que participaram da aposentadoria complementar do chamado fundo Aerus. E eu, ainda quando jornalista, na coluna, assim como o Senador Paim também na época e o Senador Sérgio Zambiasi falávamos a respeito dessa demanda social, porque esses servidores da Varig deram uma parte do seu salário para compor um fundo de aposentadoria complementar chamado Aerus. Com a falência da empresa e a liquidação da Varig, o Aerus poderia ter sobrevivido não fosse a falta de fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar, que não existe mais – agora se trata da Previc, que é o órgão regulador dos fundos de pensão.

As vítimas da má gestão estão, ainda hoje, esperando aquele socorro, que é o último socorro, a última porta onde se bate, que é a Justiça. E a Justiça foi sensível não apenas do ponto de vista humanitário, mas ela foi seguindo rigorosamente aquilo que estava escrito lá sobre os direitos dos aposentados e dos pensionistas da Varig.

A Ministra Cármen Lúcia, num dos votos mais importantes a que eu já assisti no Supremo Tribunal Federal, reconheceu, claramente, cristalinamente, o direito desses servidores do Aerus, desses funcionários da Varig, desses aeronautas, de receber aquilo que haviam pagado da sua poupança.

Fui Relatora na Comissão Mista de Orçamento do PL 31, no exercício passado, para cumprir uma decisão judicial de inclusão no Orçamento do recurso para ser pago aos integrantes do fundo Aerus. Agora, da mesma forma, é preciso uma nova emenda para prover o recurso da Previdência Social, para pagar aquilo que se deve aos mutuários, aos participantes do fundo Aerus. É o PL 02, de 2015, que já foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento, presidida pela nossa colega Rose de Freitas.

“Estamos muito preocupados com a situação, visto que não temos qualquer indicativo sobre uma possível Sessão do Congresso Nacional para que definitivamente esses valores sejam liberados”, essa é uma das manifestações de Graziella Baggio, que é a líder, a presidente do sindicato que defende ardorosamente os inte-

resses do fundo Aerus. Ela lembrou que a tutela antecipada está em vigor, mas que os participantes não recebem seus benefícios desde abril passado. Como é que as pessoas podem sobreviver sem receber esse recurso?

Escreveu ela:

Realmente, é inacreditável, podemos afirmar que a decisão judicial não está sendo cumprida em vários aspectos. Além de os benefícios não estarem sendo pagos desde abril [...] [deste ano] às pensionistas [...] [depois de] 2006, nada receberam até o momento apesar de a Tutela Antecipada contemplá-las.

Ela esteve em Porto Alegre. Foi feito um encontro com os aposentados e com os pensionistas do meu Estado, o Rio Grande do Sul, liderado pela Graziella Baggio. Ela relatou que é desesperadora a situação dessas pensionistas e desses pensionistas:

A falta de transparência e de comunicação do Interventor do Aerus junto aos participantes é inaceitável [concordo plenamente com ela]. Já tivemos mais de 1.300 óbitos de 2006 até janeiro de 2015, e posso afirmar que, neste momento, o número está aumentando assustadoramente [sem que se tenha o direito resgatado, mesmo tendo a Justiça determinado esse direito]. Os trabalhadores [lembra Graziella] contribuíram mais de 20 anos com quase 10% de seus salários para terem uma velhice [com uma aposentadoria] tranquila e poderem garantir às suas viúvas [ou aos viúvos] uma sobrevivência decente.

No entanto [relembra Graziella], todos estão sendo extremamente humilhados, por não terem condições sequer de garantir alimentação, medicação, plano de saúde.

Ela lembra que nós aqui somos testemunhas do quanto a categoria, em especial a Graziella, vem trabalhando “na busca de uma solução definitiva e econômica [financeira] para as partes”. Continua:

O tempo da Justiça não é o tempo dos homens. Já perdemos muitos homens e mulheres trabalhadores inocentes nesta tragédia chamada Aerus e continuamos lutando para “garantir o direito à vida” destes trabalhadores. Não iremos desistir.

Hoje, foi dita aqui aquela frase histórica de Eduardo Campos, homenageado pelo falecimento há um ano: “Não vamos desistir do Brasil.” Com outras palavras, Graziella Baggio, representando os aposentados do Aerus, diz: “Não vamos desistir dessa causa, que é justa.” Ela continua:

Em março de 2013 [...], a ação de defasagem tarifária foi julgada pelo STF, com o magnífico voto [já abordei isso] da Ministra Cármen Lúcia. Desta indenização ao grupo Varig, os aposentados e pensionistas do Aerus têm direito a mais de 70% do valor, visto que foi dado em garantia, em 2004, ao Aerus e aceito pelo Ministério da Previdência e pela SPC [Secretaria de Previdência Complementar] (atual Previc) da época, exatamente para salvar vidas, além de, inclusive, conforme a lei de recuperação judicial, pagar as verbas rescisórias dos mais de 12.000 trabalhadores da ativa do grupo, que, até o momento, nada receberam.

Ou seja, nunca [disse Graziella] nos furtamos ao diálogo na busca de uma solução. Mas, até o momento, não contamos com o cumprimento da tutela antecipada, assim como com o cumprimento da decisão do Supremo Tribunal Federal, (aguardando o julgamento protelatório da AGU), para salvar vidas e a dignidade dos trabalhadores da aviação brasileira [no caso, o fundo Aerus].

Portanto, mais uma vez, estamos aqui usando a tribuna do Senado para alertar para a necessidade de se votar urgentemente o PL 02 no Orçamento da União, perante uma sessão do Congresso Nacional. Ou, então, talvez, tenhamos de encontrar uma medida provisória, a fim de atender a decisão judicial da tutela antecipada de forma imediata.

Diz Graziella: “O tempo está passando, muitos estão decepcionados, a justiça tarda, mas não desistiremos da luta.”

Eu queria dizer à Graziella que aqui também continuaremos com as armas que temos, que são poucas: a tribuna, a fala, a escrita, o chamamento para uma audiência pública, o diálogo. Aqui continuaremos a lutar por essa causa, que é extremamente justa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vamos continuar nessa campanha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria ser solidário. Já fiz um discurso sobre isso. V. Exª e o Senador Paim são líderes nessa causa. Eu comentava com nosso Secretário da Mesa

que é preciso haver uma sessão do Congresso e a apreciação de vetos, para se chegar a essa matéria, que é da maior importância e que envolve uma história de vida inteira daqueles que lutam pela questão do Aerus.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É só cumprir a determinação da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Isso! Já há o entendimento. É preciso apenas que, no Congresso, também tenhamos o entendimento de apreciarmos isso o quanto antes, para darmos essa notícia definitivamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço a solidariedade do Sr. Senador Jorge Viana, nosso Presidente, e também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eles cumpriram o papel extraordinário de servir ao Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ...do Senador *ad hoc*, o Bandeira. Estou brincando, como faz o nosso Senador Roberto Requião.

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu queria saudar também os visitantes que nos estão dando a honra da visita aqui, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Penso que são alunos do Instituto Federal. Sejam bem-vindos! É um prazer recebê-los aqui, no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos à Ordem do Dia, Senadora Ana Amélia.

A pauta está trancada. Não podemos fazer a apreciação de matérias. Há apenas o acordo que aprovamos hoje na Comissão de Relações Exteriores referente a um item extrapauta que não está subordinado ao trancamento de pauta. Faço a apreciação, para que, imediatamente, voltemos à lista de oradores da sessão.

Item extrapauta

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2015

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2015 (nº 1.025/2013 na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia, celebrado em Brasília, em 17 de fevereiro de 2012.*

Há sobre a mesa parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores.

Eu fui o Relator.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos para discutir. Está encerrada a discussão.

Em votação.

Quem concorda permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada e vai à promulgação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra, V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Quero falar a respeito desse acordo e de outros tantos e da colaboração exemplar do nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores – da qual tenho a honra de ser membro titular, tanto quanto V. Exª –, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, por entender os interesses de Estado nesses acordos internacionais.

Quero apelar ao Gabinete Civil da Presidência da República que dê mais celeridade na remessa desses acordos, porque, às vezes, acordos são assinados pelos presidentes... A Presidente da República tem feito um esforço e, agora, vai ao Vietnã. Conheço o Vietnã. O Vietnã quer comprar aviões Embraer.

Senador, hoje, tratamos da defesa, com a presença do nosso Comandante da Força Aérea Brasileira, o Tenente-Brigadeiro Rossato, que é nosso conterrâneo do Rio Grande do Sul.

Quero dizer que esses acordos deveriam ter celeridade. O nosso saudoso Senador Luiz Henrique falava do chamado *fast track*, que é a expressão inglesa adotada no congresso americano, que significa uma tramitação mais rápida, pela relevância que tem no concerto das relações internacionais.

Então, eu queria fazer esse destaque, pela colaboração que o Senador Aloysio vem dando nesses acordos internacionais.

Penso que, mais do que eu, V. Exª, que tem uma ativa participação na Comissão de Relações Exteriores, também entende que é dessa forma que a gente poderá dar uma demonstração da nossa diplomacia, para valorizar não só a nossa diplomacia, mas também o esforço que faz a Presidente em relação a firmar acordos que são de interesse de nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Exª tem inteira razão. Hoje, eu lembro, junto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente da Comissão, da iniciativa do Senador Luiz Henrique, nosso querido e bom amigo que nos deixou, de procurar dar celeridade e um tratamento responsável a esses tratados, aos acordos assinados.

Lamentavelmente, o meu de hoje era de 2012. Quer dizer, dois presidentes, dois líderes de países fazem um acordo de cooperação que não ganha eficácia, porque não é apreciado no Congresso.

Com todo o respeito, nós temos um problema sério na Câmara dos Deputados. Originalmente, inclusive, o Senador Luiz Henrique pensava em estabelecer na Constituição que a tramitação ficaria de responsabilidade apenas do Senado, como a da indicação de embaixadores, por exemplo. Fui um dos que falei ao Senador que não havia possibilidade de a Câmara abrir mão dessa prerrogativa. Aí criamos o mecanismo de entrarem todos sempre em regime de urgência, mas no que temos de colaborar é com a decisão do Presidente da Comissão. Agora, vão vir três acordos de cooperação com a França.

Agradeço a todos os alunos e alunas do ensino médio do Instituto Federal de Ceres, em Goiás. Sejam todos bem-vindos! Um abraço a todos!

Então, a Mesa também tem colaborado. Hoje mesmo, a contagem de prazo dos acordos foi bem estabelecida para colaborar, mas acho que tem de haver um diálogo com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara, para que um conjunto de acordos de cooperação e até mesmo alguns tratados possam chegar ao Senado. Na nossa Comissão, há o estabelecimento de urgência, de prioridade, assim como na Mesa Diretora.

Então, vamos encerrar a Ordem do Dia.

Tendo em vista que a pauta está trancada, fica encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) –Vamos voltar à sessão.

Não sei se a Senadora Ana Amélia pode ocupar a Presidência. *(Pausa.)*

A Senadora Regina não está inscrita, não é? *(Pausa.)*

Está inscrita. Desculpa!

Então, serei eu. Estou entrando no lugar da Ângela.

V. Exª, Senadora Regina, é a próxima. Então, eu falo e, em seguida, falará V. Exª. Vai ficar um pouco melhor, Senadora, pois V. Exª vai poder falar por 20 minutos, já que passou a Ordem do Dia. O meu discurso vai ser mais curto.

O Senador Reguffe também chegou. Ele está inscrito.

Já passou o período de comunicações inadiáveis, mas só somos três Senadores. Não há problema. V. Exª vai falar logo em seguida.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Jorge Viana tem a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, colegas Senadores e Senadoras, todos que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, eu vou fazer um relato de um trabalho que tenho feito no Estado junto às prefeituras, às comunidades, mas eu queria, antes também, como vários oradores – estou presidindo a sessão desde o início, com a colaboração da Senadora Ana Amélia –, fazer um registro sobre o papel do Senado Federal, da atitude correta, corajosa, acertada do nosso Presidente Renan.

Eu tenho estado muito presente e junto com o Presidente Renan, participado de muitas reuniões. Está em construção uma proposta de trazer para o debate nacional a Agenda Brasil. Nós estamos aperfeiçoando essas propostas, reunindo iniciativas de Parlamentares que estão tramitando tanto na Câmara quanto no Senado e apresentando ao País a nossa colaboração, o nosso espírito de colaboração através dessa agenda, dessa proposta que o Presidente Renan anunciou.

Ontem, tivemos uma reunião importante. Quero parabenizar, inclusive, os Senadores da oposição, que participaram. Nós tínhamos na Presidência, ontem, o Ministro Joaquim Levy, o Ministro Nelson Barbosa, os Ministros da Fazenda e do Planejamento e 43 Senadores – mais da metade do Senado – reunidos, procurando ajustar uma agenda de trabalho, procurando estabelecer como o Senado Federal pretende ajudar o País a superar este momento de dificuldade e de crise.

Estamos superando a maior das crises, que é a da instabilidade política, a ameaça da ruptura de regras que, com muito sacrifício, foram estabelecidas a partir da redemocratização do País. Os que pregavam a ruptura estão agora pregando no deserto, falando sozinhos. A sociedade brasileira não quer mais a volta a um passado que marcou, manchou a nossa história com o arbítrio e o autoritarismo. A conquista da democracia é definitiva. Governos virão, acertarão, cometerão erros, serão mal avaliados ou bem avaliados. Isso é parte do processo democrático.

Eu queria, então, aqui dizer que essa atitude não é um confronto com a Câmara dos Deputados, não é um desafio ao Presidente Eduardo Cunha. Ele é Deputado Federal, foi eleito legitimamente Presidente da Câmara, tem seus compromissos, tem explicitado sua posição, e nós temos que respeitar. Mas o Senado, a instituição mais antiga do País, tem uma contribuição a dar que, acredito, desde o começo do ano buscávamos, mas agora estamos acertando a mão e estabelecendo uma agenda de temas a serem debatidos, votados e que vão melhorar o País.

Este País, pelo menos muitas das nossas Lideranças, e até, eu diria, os analistas estão mal-acostumados. E quem fez, sem falsa modéstia, este País ficar mal-acostumado foi o governo do Presidente Lula. Ele pegou o País com extrema dificuldade, uma inflação descontrolada, uma taxa de juro descontrolada, os investimentos perto de zero, levantou este País e trocou o desemprego pelo emprego; a inflação alta por uma inflação baixa; a taxa de juro alta por uma taxa de juro que colaborava para manter sob controle a inflação; um PIB vergonhoso por um PIB que passou os trilhões; o desemprego substituiu a agenda pela geração de 16 milhões de empregos, e o crescimento econômico chegou a 7%, com política de salário mínimo de ganho real.

Não estou aqui tirando a contribuição que Presidente Fernando Henrique deu, lá atrás, quando, no Governo do Presidente Itamar, liderou o Plano Real. Não o quero desassociar desse passo importante, que é nossa moeda, que é também nossa estabilidade, mas o fato é que estamos, há doze anos, debatendo como gastamos mais, como crescemos mais. E a crise econômica no mundo nos impôs algo novo: nós vamos ter que dar um passo para trás para poder retomar a caminhada para frente. Não há como ficarmos discutindo uma agenda que agrava a situação financeira do País, que aumenta a despesa sem estabelecer de onde vem a origem do dinheiro.

É essa a mudança, é essa a agenda que o Presidente Renan apresentou nesta semana. A Agenda Brasil traz a possibilidade de nós trabalharmos, Senador Raimundo, com pautas que não possam, nem de longe...

Imaginem o País enfrentando a maior dificuldade: os trabalhadores com medo de perder o emprego, a inflação ameaçando voltar. Eu não estou eximindo o nosso Governo da culpa. O primeiro passo é reconhecer erros e falhas, e nós vamos aqui discutir uma agenda que agrava mais a situação, que leva a mais demissão, que faz o galho quebrar, como sempre, do lado do mais fraco? Estamos virando a página dessa situação e trazendo agora algo que acho que resgata aquilo que sempre cobre aqui: o respeito da sociedade com o Senado. Nós temos que ficar atentos às ruas, à opinião pública e entender que, ou acertamos o passo aqui, ou não estamos juntos. Muitos cobram que a Presidenta tem a pior avaliação da história, mas a avaliação da Câmara e do Senado é pior do que a da Presidenta, como mostram as pesquisas.

Acho que nesta semana estamos dando um passo. É uma construção que não começou agora. V. Ex^a sabe, Senador Raimundo, e tem ajudado. O Presidente Renan – eu, como Vice-Presidente, tenho trabalhado muito com ele – está cumprindo o papel de presidir o Congresso Nacional e o Senado e de liderar a agenda legislativa, para que o Brasil possa ter o Congresso como um grande aliado, inclusive fazendo, em determinados momentos, o contraponto com o próprio Governo, mas trabalhando em harmonia, em sintonia, quando necessário, como estamos fazendo.

O Ministro Joaquim Levy e o Ministro Nelson Barbosa estão de parabéns, porque estão construindo conosco essa agenda, também flexibilizando algumas posições do próprio Executivo, para que se faça o possível para unir este Plenário e dar uma satisfação para o País no tempo adequado.

Eu ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Raimundo.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Jorge Viana, desde o primeiro mandato, no Senado Federal, tenho dedicado a minha ação exatamente no campo econômico. Fui o fundador da Comissão de Assuntos Econômicos, que tive a honra de presidir em dois mandatos. Já fui professor de Economia brasileira. Gosto muito do assunto. Gostaria de dizer a V. Ex^a, aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado que a coisa mais importante em Economia são as expectativas. Os agentes econômicos começam a investir quando começam a surgir os primeiros sinais de expectativas positivas na economia. As pessoas, os trabalhadores começam a acreditar em um futuro melhor, quando começam a surgir as expectativas positivas. Eu tenho dito aqui, em várias oportunidades, em pronunciamentos – inclusive ontem, Senador Jorge Viana –, que o Senado Federal não tem o dever somente, tem a obrigação de ser o Poder Moderador da República. Nós não podemos ser pautados por ninguém, por nenhum setor da atividade política e social do País. Nós temos essa obrigação. Nós fomos eleitos para isso. É por isso que existe o sistema bicameral, porque o Senado é o Poder Moderador, onde está o conjunto de pessoas mais experientes, que foram governadores duas ou três vezes, como V. Ex^a. Portanto, nós não podemos aqui trabalhar colocando a emoção à frente da inteligência, do bom senso e da objetividade. Senador Jorge Viana, temos que elogiar, ressaltar o papel importante da pauta Brasil que foi apresentada pelo nosso Presidente Renan Calheiros. É claro que ele não combinou com o mundo político brasileiro, porque não havia tempo para isso, mas ele deixou bem claro que estava aberto às contribuições daqueles que pudessem dar essas contribuições pensando no País, pensando no nosso povo, porque

é através da recuperação da economia, do crescimento econômico, que nós vamos voltar a dar ao povo brasileiro aquele clima de satisfação que o Presidente Lula, como bem disse V. Ex^a, criou nos seus dois mandatos. O povo brasileiro, hoje, está muito mais exigente, porque as pessoas que melhoram de vida não querem ficar estabilizadas onde estão. O empresário não quer que sua empresa continue, por anos e anos, no patamar em que está; quer que cresça, que aumente o faturamento, que aumente o número de empregos, de funcionários, de colaboradores. A mesma coisa ocorre com as famílias em toda parte do mundo, principalmente nos países democratas. As pessoas melhoram de vida, mas querem continuar melhorando, para propiciar um futuro mais seguro na velhice e para seus filhos e netos. Portanto, Senador Jorge Viana, tenho certeza de que essa pauta Brasil será o começo da criação das expectativas positivas da economia brasileira, porque o maior problema que estamos vivendo agora é o de que houve uma conciliação, uma junção das crises política e econômica.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC.) – Exatamente.

O Sr. Raimundo Lira (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, temos que dissociar, separar, começar a resolver cada uma de forma distinta, mas ao mesmo tempo, porque o tempo é a variável mais importante do País. Precisamos ganhar tempo. Não podemos alongar demais essas discussões, mas precisamos amadurecer essas discussões num tempo rápido, para que possamos criar essas expectativas positivas. E queria apenas acrescentar a V. Ex^a, que é um profundo conhecedor da vida social, política e econômica do País, o seguinte: em todas as crises econômicas do País, Senadora Ana Amélia, que está presidindo o Senado Federal, em todas as crises que presenciei, principalmente desde a redemocratização do País, esta é a primeira crise econômica em que não há crise cambial. Por que falo em crise cambial? Porque é a única crise econômica sobre a qual um país não tem controle. Nós podemos arranjar, com as nossas próprias forças, solução para a crise do desemprego, solução para o investimento interno, enfim, solução para os problemas internos do País, mas não temos poder, não temos força política, nem econômica para resolver a questão cambial, que está fora do controle de qualquer país. Só existe um país no mundo que tem condições próprias de resolver a crise cambial, que é os Estados Unidos, porque é o emissor da moeda mundial, a moeda americana, que é o instrumento de troca de produtos no mundo todo. Mas nós não temos. A Alemanha não tem, a França não tem, a Inglaterra não tem, ninguém tem. Portanto, nós temos uma variável altamente positiva no momento, dentro de todas as dificuldades, para que possamos sair dessa crise econômica. Mas vamos todos colaborar, pensando em o Brasil resolver também, com a máxima urgência, a crise política. E quanto a essa Agenda Brasil apresentada pelo nosso Presidente, Senador Jorge Viana, tenho certeza de que é um bom começo para que possamos encontrar o nosso caminho. Muito obrigado, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu é que agradeço. Eu queria, então, concluir – termina que o tempo já foi consumido. Eu quero muito agradecer ao Senador Raimundo Lira o aparte.

Eu queria aqui fazer, concluindo, uma referência a uma fala do mais novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin. Ele falou agora, quarta-feira, dia 12, que o País deve estar acima de qualquer embate entre os Poderes da República.

Na avaliação do mais novo Ministro da Suprema Corte, é preciso preservar as instituições para assegurar a democracia. [...]

“O que me parece muito importante nesse momento, como, aliás, em todos, é colocar o Brasil acima de todo e qualquer embate que haja. Os interesses do Brasil são maiores que os interesses momentâneos de uma crise política que o País pode estar passando.” [...]

[Continua a fala do Ministro Edson Fachin – abro aspas:] “Neste sentido, é preciso preservar as instituições, preservar a democracia e estar disposto ao diálogo e à troca de ideias que levem em conta os interesses maiores do Brasil e não os interesses circunstanciais ou conjunturais [...]”.

É o grande desafio que se coloca diante de todos nós, e a população quer a “estabilidade, e não o caos”. São palavras do Ministro do Supremo, que eu acho que estão alcançando a todos. Quanto a essa Agenda Brasil nossa, eu tenho a satisfação de estar ajudando nela, de estar trabalhando junto, como Vice-Presidente do Senado. É uma contribuição importante que estamos fazendo.

Primeiro, por retomar um diálogo entre o Legislativo e o Executivo, entre os que lideram as instituições da economia do Brasil e as instituições políticas – isso é fundamental; segundo, por trazer também a sensibilidade política, porque, em toda e qualquer crise econômica, o remédio é recorrer à política, aos líderes políticos, mas, como bem colocou V. Ex^a, Senador Raimundo Lira, esta associa crise econômica com crise política, e, aí, vai exigir mais de todos nós.

Então, eu queria agradecer o aparte de V. Ex^a e, ao mesmo tempo, encerrar o meu pronunciamento. Muito obrigado, Senadora.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mas o Senador Caiado...

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Poderia conceder-me um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É um prazer, Senador Caiado. Como eu ainda tenho tempo, é um prazer.

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado. Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ronaldo Caiado (Bloco Oposição/DEM - GO) – ... independentemente de posições políticas contrárias, o nobre Senador representante do Estado do Acre é um Parlamentar articulado, bom debatedor, debatedor com muito conteúdo. Como sei que V. Exª participou diretamente na elaboração da Agenda Brasil, que se apresentou a todos nós – realmente tomamos conhecimento pelo serviço de informação do Senado –, existem aqui alguns pontos, especificamente um ponto de que eu gostaria de pedir esclarecimento por parte de V. Exª. Em relação ao item identificado como Agenda Brasil, diz-se que nós precisamos criar aquilo que seja a segurança jurídica e impedir que qualquer medida venha amanhã produzir uma instabilidade ou mudanças de regras, um dos itens colocados na Agenda Brasil. De repente, está na pauta para ser votado, dependendo apenas do Relator, do Senador Eunício, o PLC 57, que propõe exatamente o aumento da contribuição patronal. E, aí, eu passo a ler, por um minuto apenas, aquilo que foi dito pelo Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, no dia 3 de março:

Aumentar impostos, por meio de medida provisória, poucos meses após ter concedido uma vantagem fiscal que se dizia definitiva, sem a mínima discussão com o Congresso Nacional, é um péssimo sinal para quem deseja vender a imagem da normalidade institucional e econômica do País. Além disso, é apequenar o Parlamento, é diminuir e desrespeitar suas prerrogativas institucionais, e o próprio Estado democrático de direito.

Então, a pergunta que faço a V. Exª é: qual foi a mudança de posição? A prevalecer o que está na Agenda Brasil, o discurso do Presidente Renan Calheiros, o que nós temos de fazer, então, é exatamente votar para derubar o PLC que reonera a folha de pagamento dos empresários do Brasil. Então, será essa a orientação que será dada, nobre colega, à votação do PLC 57 sobre a reoneração da folha de pagamento dos empresários no Brasil?

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Caro colega, Senador Ronaldo Caiado, agradeço as palavras elogiosas. V. Exª é um ativo Parlamentar, um dedicado Parlamentar que está aqui, no plenário, nas comissões, e traz uma experiência também da Câmara dos Deputados, que tanto traz um pouco mais de calor aos debates aqui quanto também o tensionamento, inclusive, no processo legislativo, por conta da experiência que V. Exª traz e dos compromissos que V. Exª tem com importantes setores da sociedade do País, que, normalmente, se confrontam com os que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos. Mas aqui temos trabalhado, fazendo democraticamente a exposição das ideias, divergindo, votando contrariamente, mas estamos fazendo a vida do Parlamento.

Não tenho autorização para falar em nome do Presidente Renan, mas o discurso foi feito em março, e o País, de março para cá, está caindo na realidade, e eu sou daqueles da Base do Governo que reconhece os erros do Governo de não ter, lá atrás, colocado, de maneira acertada, o tamanho, a dimensão dos problemas que estava enfrentando. Eu faço essa crítica.

Acho que o Presidente Renan mudou para melhor o seu discurso. O primeiro discurso de março é uma retórica. Não vamos fazer isso, não vamos fazer aquilo, desconsiderando o que acabei de ler do Ministro Fachin, não colocando o interesse do País acima até mesmo de divergências que possa haver.

O Presidente Renan, hoje, está liderando uma proposta de agenda, que, tomara, pelo menos parte dela possa ser votada aqui, que ajuda o País a enfrentar a crise.

Senador Caiado, a resposta que dou é que eu acho que nós ainda não entendemos – nós, a sociedade brasileira, os setores. Quando a crise começou a se agravar, a política econômica, eu vi que todo mundo falou: não é mais um problema só do PT ou do Governo, é um problema do País.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E todos nós temos que ajudar de alguma maneira o País a se levantar, a seguir em frente.

Eu acho que temos que entender que estamos em uma quadra em que não vamos poder seguir nem com o mesmo discurso, nem com as mesmas atitudes. Vamos ter que dar pelo menos um passo atrás, fazer

uns ajustes na sociedade, algumas reformas importantes para o País voltar a caminhar, e talvez melhor do que estava caminhando, mas para frente. Acho que não temos isso porque a realidade vai nos impor isso. Discutir aqui, votar aqui aumento de despesas como estávamos fazendo, sem levar em conta a fonte para pagar essas despesas, isso desautoriza até uma crítica de que o Governo está gastando mal, porque nós estávamos aqui fazendo esse tipo de prática legislativa. Eu acho que agora está saindo bom senso.

Essa agenda é uma proposta. Está levando em conta também mais de vinte iniciativas dos Senadores e de Congressistas e certamente vai ser ajustada aqui no Plenário, ela vai ser ajustada nas Comissões, e V. Exª dará, como sempre tem procurado fazer, a sua contribuição, independentemente de eu concordar ou não, mas tenho satisfação de estar sempre debatendo com V. Exª.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Cumprimento o Senador Jorge Viana.

Eu queria só apenas... O Senador Raimundo Lira mencionou a questão cambial nessa análise que fez o Senador. Na semana passada, o Banco Central teve que usar reservas cambiais para debelar o início de um ataque especulativo à moeda brasileira, e ele é um risco sempre, mas como temos reservas, US\$300 bilhões em reservas, isso dá uma margem de segurança, mas o senhor tem toda razão de alertar para o risco de que também, conforme a situação, podemos ter, digamos, um ataque especulativo também sobre a moeda, diante do cenário que pode se agravar. Então, é muito importante esse processo.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, minha Presidente, na realidade, o que o Banco Central está fazendo, como V. Exª falou, é uma operação em real com a paridade com o dólar, o que nós chamamos de *swaps* cambiais. Então, se o dólar baixa de preço, o Banco Central ganha; se o dólar sobe, o Banco Central perde. Então, na realidade, em relação a esse assunto, as reservas permanecem intactas, o que é uma coisa muito boa para o País.

Elas estão ali reservadas para um eventual ataque especulativo de fora do País, porque aqui o Banco Central e o Ministério da Fazenda têm condições de controlar com a nossa moeda, o real.

Portanto, apenas ressalvo o que V. Exª disse, ou seja, que é importante o Brasil ter esse volume de reservas como o ponto mais positivo para a retomada do crescimento econômico do País, para que possamos sair, o mais rapidamente possível, desta crise econômica.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigado, Senador.

Eu renovo os cumprimentos ao nosso Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini. Não é puxar brasa, mas ele é do Rio Grande do Sul e temos o reconhecimento da relevância que tem no comando do Banco Central.

Antes de convidar a Senadora Regina Sousa, do PT do Piauí, para fazer uso da palavra – pode dirigir-se à tribuna, Senadora; em seguida, Senador Ronaldo Caiado e, posteriormente, o Senador Reguffe –, registro a presença no Senado do Líder do Sindicato da Indústria de Erva-Mate do Rio Grande do Sul, Gilberto Luiz Heck, do Dr. Jorge Gustavo Birck e Dr. Ignacio Carrau, que estão em visita ao Congresso. A todos eles, boas-vindas.

Com a palavra, a Senadora Regina Sousa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho falar ainda um pouco da Marcha das Margaridas sob outro viés.

Primeiro, eu queria tratar, pelo que vi aqui ontem, da entrada das pessoas dos movimentos sociais nesta Casa, que a gente diz que é a Casa do Povo, que, porém, tem um tratamento muito ruim. Não é a primeira vez que as categorias reclamam. Já foi assim com os índios. Eram só 15 para uma audiência pública, e houve um tumulto por causa de um maracá que um índio trazia, que não chegava a 30cm. Depois, com os petroleiros também. Só eram 15 para entrar. Há sempre uma dificuldade. E as mulheres ontem não chegaram nem a preencher todas as cadeiras aqui porque houve um tumulto que a Senadora Ana Amélia teve que mediar. Chamamos aqui de Casa do Povo. Precisamos melhorar essa questão da entrada das pessoas dos movimentos sociais para as audiências públicas ou para as sessões especiais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senadora, foi a Senadora Vanessa Grazziotin que comandou.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ah! Foi a Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço a V. Exª, porque me honra muito com a comparação. Mas como estou presidindo, V. Exª chamou Senadora Ana Amélia. Foi a Senadora Vanessa.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Desculpa. Está certo.

Sentimos que há dois pesos e duas medidas, porque anteontem, aqui, não conseguíamos andar, nem na Câmara nem no Senado, de tanta gente que havia, tantos advogados, auditores. E percebemos que houve uma facilitação na entrada deles e ficamos nos perguntando: será que é porque usam terno e gravata?

Eu acho que precisamos ter um dispositivo, aqui, sobre a questão da entrada, porque sempre há um tumulto. Sempre tem que ir um Senador, uma Senadora para mediar a entrada. Isso atrasa o começo das audiências.

A outra questão é que eu coloquei hoje – não sei se está na mesa, se estiver, peço que deem como lido – um voto de pesar, porque na Marcha já faleceram duas mulheres – uma do meu Estado, inclusive. Hoje eu soube que mais uma, do Pará. Então, três companheiras da Marcha das Margaridas perderam a vida com aneurisma e infarto. Eu coloquei uma nota de pesar, que gostaria de dar como lida.

Mas quero falar também da Marcha, que aconteceu esses dois dias aqui, em Brasília. Mulheres do Brasil inteiro mostraram sua garra, sua disposição de luta, submetendo-se à viagem de mais de 48 horas dentro de um ônibus, para vir fazer ouvir a sua voz.

E vieram a esta Casa, mas infelizmente foram poucos ouvidos presentes para ouvi-las. Mas elas deixaram alguns recados: a sua pauta não é só a pauta cooperativa da trabalhadora rural. Elas deixaram a sua pauta, os seus recados contra a discriminação, contra a homofobia, contra a violência, contra o racismo e, sobretudo, em defesa da democracia.

Então, acho que esta Casa precisa ter acesso ao que disseram aqui as mulheres que discursaram ontem, para entender a luta das mulheres, que não é só das trabalhadoras rurais.

A Marcha das Margaridas é inspirada em Margarida Alves, que foi assassinada pelos senhores de engenho lá da Paraíba há 32 anos. Eu creio que ele deva ter se arrependido, porque depois da morte dela, ela virou semente e se multiplicaram muitas margaridas neste País todo, em todos os Estados.

Tanto que a Marcha acontece desde 2000 e é, a cada ano, maior.

O que chega aqui – 60, 70 mil pessoas – já é um filtro, porque a marcha acontece em todos os Estados e envolve, no final de tudo, mais de 200 mil margaridas.

As mulheres do campo e da cidade têm pauta comum. “Estamos caminhando na marcha e ainda longe do ponto de chegada”, dizem elas.

Talvez a Lei Maria da Penha tenha sido a maior expressão do avanço das nossas lutas, porque deu, pelo menos, visibilidade à violência contra a mulher. Mas temos uma pauta feminina a manter em evidência. Não basta só a lei; tem de fazer cumprir a lei. Nós temos leis aprovadas, em relação às mulheres, que não são cumpridas, como, por exemplo, a Lei do Acompanhante na maternidade. As maternidades insistem em não deixar uma pessoa acompanhando a mulher na hora do parto, alegando falta de estrutura. Não podemos mais tolerar isso. Temos de cobrar que, independente da estrutura, fique o marido, a irmã ou a mãe acompanhando a mulher na hora do parto.

Sobre a questão do registro do filho, essa também é uma lei que, principalmente as mulheres mais pobres, das comunidades mais distantes, acho que não têm nem conhecimento. É uma lei machista, porque o pai podia chegar e registrar o filho no cartório, a mulher não. Agora, ela pode, só que ela não sabe. Por isso, ainda temos um índice muito grande de crianças sem registro de nascimento.

A nossa pauta comum, hoje, nesta Casa, sobre a qual eu quero falar, inclui a cota das mulheres. Deve ser votada, na próxima semana, uma cota no Parlamento, que ainda é uma cota muito pequena, mas que tivemos de construir, para poder tentar fazer com que ela seja aprovada. Solicitamos aos nossos Senadores, homens, para que votem essa cota. Cota não é política de atraso, é instrumento de promoção de igualdade, onde há desigualdade. Então, estamos com essa PEC para ser votada, para depois travar a batalha na Câmara. Esperamos que, na próxima semana, resolveremos essa situação.

Os dados que temos em relação às mulheres refletem essa desigualdade, ainda muito grande. Pesquisa recente do Senado, por exemplo, mostrou que, em cada cinco mulheres, no Brasil, uma já foi espancada pelo marido, pelo companheiro, pelo namorado, ou pelo ex-marido, ex-companheiro ou ex-namorado. E apesar de 100% das brasileiras conhecerem a Lei Maria da Penha, que tem nove anos, elas ainda se sentem desrespeitadas.

Os motivos das agressões geralmente são ciúme e bebida. Essas são as principais causas da violência contra a mulher.

Aumentaram os registros de violência psicológica, e diminuiu a sensação de proteção que a lei deveria ter dado. Essa pesquisa foi feita pelo DataSenado, e os dados foram obtidos em julho próximo passado, com 1.102 brasileiras.

Os resultados da CPI contra a violência ainda não surtiram efeito. Apesar das recomendações aos Estados, pouca coisa é cumprida.

Nas três últimas décadas, 92 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, o que coloca o País na sétima posição em assassinatos de mulheres no mundo.

Recentemente, realizamos na Comissão de Assuntos Sociais uma audiência pública para discutir o Pacto pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Nesse debate, descobriu-se que, no Brasil, como um todo, através das ações do Governo, até diminuí bastante a mortalidade, porque caiu de 141 para 60 o número de mulheres que morrem no parto. Ainda não chegamos aos objetivos do milênio, mas estamos próximos.

Mas assustou o dado trazido pela médica Jurema Werneck, Coordenadora da ONG Criola. Primeiro, houve um aumento. Os próprios dados do Ministério da Saúde mostram o aumento da mortalidade entre as mulheres negras e índias. Quer dizer, diminuiu a mortalidade em mais de 50%, mas continua crescente entre as mulheres negras e as mulheres índias. Também mostrou que 92% das mortes poderiam ser evitadas – morte no parto e morte no nascimento.

Segundo a Dr^a Jurema, as causas são institucionais, associadas a leis, serviços ou políticas ineficazes; causas socioeconômicas. O principal dado é que a maioria das mulheres que ainda morrem de parto no Brasil são negras e indígenas.

Esse dado mostra que existe algo além das causas econômicas. O que se verifica é que existe um preconceito social e institucional. Os depoimentos dados na Comissão levaram a isso. Quando as negras chegam à maternidade para ter o seu bebê, já começa o mau atendimento na recepção, diferentemente da mulher branca. Então, existe esse preconceito institucional, esse racismo institucional que precisa ser combatido.

O fato é que as mulheres negras estão morrendo mais no parto, e 60% dos casos de morte materna poderiam ser evitados. É um número muito grande, a depender do atendimento nas maternidades.

Aqui, no Senado, tenho trabalhado a questão de gênero e são dados como esses que guiam para conseguir mais igualdade, um Brasil mais justo, soberano e igualitário entre homens e mulheres.

A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher apresentou um plano de trabalho a ser cumprido, no intuito de combater a violência, fazer diligência nos Estados, fazer visitas. No meu Estado mesmo, houve um caso recente de estupro de quatro meninas, mas, depois disso, outras mulheres, tanto no Piauí como em outras regiões, já morreram vítimas de violência. O que é mais grave e triste é que, normalmente, é alguém muito próximo a elas que pratica essa violência.

Estamos com essa comissão na luta, trabalhando, para que diminuam os índices de violência, e que, na questão da morte neonatal, as mulheres negras possam superar essa desigualdade.

Quero fazer uma saudação especial às margaridas, que, a esta hora, estão retornando aos seus Estados, voltando em ônibus para os seus Estados, com o dever cumprido, – receberam, ontem, a Presidenta Dilma, com muita alegria, com muito carinho –, e, em especial, as mulheres do meu Estado, que é bem longe, leva quase 40 horas para chegar lá, mas que deixaram aqui o eco dos seus gritos reivindicatórios e que esperamos sejam ouvidos por quem de direito, inclusive por esta Casa.

Saibamos nós, nesta Casa, ouvir as margaridas, porque elas merecem ser ouvidas, e margaridas não são só as mulheres lá do campo, nós todos aqui, mulheres Senadoras, também nos chamamos e nos consideramos margaridas.

Era isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós que agradecemos a sua fala, Senadora Regina, muito bem colocada.

Eu acho que traduz bem esta Marcha das Margaridas a música de Milton Nascimento, Maria, Maria:

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta.
Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor,
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

O que a Marcha das Margaridas mostra é que as mulheres não querem mais apenas aguentar, querem viver com dignidade. As mulheres querem poder rir e não chorar. Então, penso que a música do Milton Nascimento diz isto: “Mas é preciso ter força, é preciso ter raça...”

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Esse é o melhor verso.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...é preciso ter gana, sempre.”

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas tem mais. Ele diz que, apesar de tudo, elas continuam tendo a “estranha mania de ter fé na vida”. Esse, acho o melhor verso da canção porque traduz bem a questão da força da mulher.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª. Regina Souza, a Srª. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Donizeti Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigada à senhora, Senadora Regina.

Vamos ouvir agora o Senador Reguffe. *(Pausa.)*

Não está presente?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pela ordem. Eu acredito que estou inscrito como Líder e inscrito na lista de oradores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Sim, desculpe. Na verdade, ou como Líder, ou como inscrito, o senhor antecede aqui.

Senador Reguffe, na verdade, está inscrito o Senador Caiado, primeiro que o senhor.

Então, com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na noite de ontem, assisti à Presidente Dilma Rousseff dar uma entrevista à Rede de Televisão SBT, e ouvimos também, agora há pouco, o Senador do PT fazer referência ao momento político que estamos vivendo.

Em relação a esses dois temas, acrescidos também da mobilização do próximo domingo, dia 16 de agosto, quero fazer referência neste espaço que me é concedido.

Primeiro, é importante que possamos colocar, com muita clareza, aquilo que foi apresentado aqui como sendo algo trazido pelo governo Lula, nós temos que esclarecer e trazer a verdade dos fatos.

Primeiro, rapidamente, o PT negou todo e qualquer apoio, desde a promulgação da Constituição, a aprovação do Plano Real, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Proer. Todas as medidas não tiveram apoio do PT, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, o PT foi herdeiro de uma estrutura onde o Brasil passou a ter moeda, onde o Brasil passou a ter uma economia forte, respeitada, com regras e com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impunha limites aos gestores. Passou a ter exatamente a confiança de todos os nossos parceiros e também de investidores no país. E o que assistimos, num primeiro momento, no governo do Presidente Lula, foi um governo híbrido, um governo que caminhava pelo populismo, um modelo bem aplicado na Venezuela.

Mas muitos podem perguntar: Por que, então, não se deteriorou tão rápido quanto a Venezuela? Porque realmente havia ali um braço que mantinha a política econômica herdada do governo Fernando Henrique Cardoso, que era o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles – que também quase que ocupava o Ministério da Fazenda –, que dava continuidade a toda política econômica anteriormente implantada no País – e, com isso, ainda sobreviveu, diante daquela herança que recebeu do governo anterior e que produziu tantas mudanças.

Mas, no entanto, o presidente Lula trouxe para a prática política aquilo que existe de mais nefasto, aquilo que existe de mais deplorável, aquilo que existe de mais condenável, que foi exatamente o modelo do sindicalismo do PCC, do ABC Paulista, de alguns sindicatos. Aí, sim, trouxe para dentro da estrutura do poder uma prática e uma escalada da corrupção sem precedentes. Fez com que o Estado fosse 100% aparelhado. Ao mesmo tempo, esse aparelhamento do Estado serviu para distribuir benesses e concessões a dezenas de partidos, para poder dar apoio ao Governo e poder aprovar matérias de seu interesse e, ao mesmo tempo, comprometendo aquilo que sempre foi o grande patrimônio do povo brasileiro e orgulho nacional: a nossa Petrobras.

Sem dúvida alguma, a história do Presidente Lula sucedido pela Presidente Dilma é algo inédito: conseguir quebrar a Petrobras. Nenhum governo ousou sequer, na prática da corrupção – que, infelizmente, é secular –, transformar essa empresa que sempre foi o nosso orgulho na empresa mais devedora e mais desacreditada como temos hoje, graças, infelizmente, a tudo aquilo que foi implantado nessa gestão nos últimos 12 anos.

Mas, com isso, nós vamos avançar também naquilo que ocorreu na última eleição, onde a fraude e o estelionato se repetiram a todo momento, enganando a população brasileira. E muitas vezes eu chegava até os eleitores e dizia: “Por que você vai continuar a votar ainda no PT?” Ele dizia: “Olha, Senador, estão prometendo tantas coisas e não há motivo para que eu não vote”.

Tudo bem, terminadas as eleições, o eleitor acordou para a realidade, viu aquilo que eu pude dizer, em 1989, no meu primeiro debate com o ex-Presidente Lula, quando disputávamos a Presidência da República na primeira eleição pós-regime militar no País: “Se o Lula chegar ao Governo, nós vamos assistir neste País o maior desastre administrativo que esta Nação já viu”.

E é exatamente isso o que está ocorrendo hoje, ou seja, nós estamos diante de um processo em que o modelo hora alguma conferiu mérito a quem trabalha e àqueles que têm competência, mas, sim, transformou o Governo em um projeto de poder. O Estado, o Governo brasileiro, os órgãos do Governo passaram todos a trabalhar para um projeto único: manter a qualquer custo o poder, o comando deste País. E aí, sim, nós vimos o processo se deteriorando.

E, ontem, a Presidente Dilma, no jornalismo do SBT, ao responder a pergunta formulada, vem e diz: “Os que falam neste momento em mudança e os que vão para as ruas protestar, isso faz parte de uma elite”.

Pergunto: Será possível que 71% da população brasileira que hoje se posiciona contrária a essa gestão do Governo da Presidente Dilma, sucessora do Lula, será que é a elite brasileira ou é o povo brasileiro na sua essência?

Será que, ao assistirmos a essa movimentação toda da população indo para as ruas, isso aí é um gesto golpista, como disse a Presidente Dilma na entrevista ao SBT, ontem à noite?

Quer dizer que a prática democrática de contestar a postura de um governante, de não admitir que o estelionato, a mentira e a enganação prevaleçam em um pleito eleitoral, isto é exatamente definido pela Presidente Dilma como sendo o espírito golpista de alguns, sendo que alguns significam 71% da população brasileira? Portanto, diante desse quadro, nós queremos aqui discutir aquilo que é fundamental e que vai ocorrer agora, no dia 16, em todas as ruas, estradas e quadrantes deste País, que será a maior movimentação e mobilização já vista, talvez, desde as Diretas Já, momento em que todo cidadão brasileiro vai se vestir com aquele mesmo espírito de dizer em alto e bom som que precisa acordar muitas lideranças políticas que ainda estão anestesiadas pelo canto das sereias, que ainda estão anestesiadas pelas benesses dos Ministérios que receberam e dos cargos que nomearam ou das concessões que lhe foram repassadas, fazendo com que não enxergassem o sentimento da população e se voltassem a um debate inócuo, estéril, como esse que foi apresentado como Agenda Brasil, que não é nada mais do que um pano de fundo mais falso do que nota de três reais e que nada tem de compatível com aquilo que a sociedade brasileira propõe e, sem dúvida nenhuma, demanda de um governo.

Onde está ali o corte dos Ministérios, do número de comissionados, dos gastos do Governo, da diminuição dessa máquina paquiderme do Governo Federal? Quer dizer que o responsável pela crise é exatamente o aposentado, a viúva? São exatamente aqueles trabalhadores? E, de repente, o Governo poussa de defensor de quem trabalha e produz no Brasil? Mas como, se 71% da população brasileira rejeita o atual Governo? A rejeição do atual Governo é vista pela Presidente e pelo PT como sinônimo de golpe?

Ora, o que nós vamos assistir, no dia 16, é semelhante àquilo que nós vimos nos países árabes, é exatamente a Primavera Árabe. É um movimento que não vai mais sair das ruas. É um movimento que vai exigir mudanças substantivas de uma agenda que tenha sintonia com o cidadão brasileiro, que hoje está provando em torno de mais de 9% de desempregados nesta Nação.

Muitos diziam a mim: “Senador, eu ainda estou na garantia do seguro-desemprego. Daqui a dois meses, não terei nem ele mais para pagar a minha conta de luz, as minhas despesas com medicamentos, o meu dia a dia. Como farei? Serei apenas mais um desempregado deste Brasil, sem ter como manter o mínimo de qualidade de vida? Sou eu mais um que o filho não tem direito ao Fies?”. Porque são 178 mil jovens, dezenas de faculdades no Brasil tendo que fechar as portas, porque não recebem o repasse e não têm condições financeiras de arcar com aquilo que é responsabilidade do Governo, a expensas dos proprietários das universidades.

Na área da saúde, o descalabro completo, com um corte de mais de R\$9 bilhões, uma situação calamitosa, sendo que hoje várias UPAs estão fechadas, algumas sequer foram inauguradas, porque os Estados e Municípios não têm como arcar com o custeio dessas unidades que são implantadas no País.

Pergunto: por que a sociedade, por que a população brasileira vai às urnas, de maneira indireta, no próximo domingo, em todo o quadrante deste País? É porque ela não suporta mais esse Governo ilegítimo, ilegítimo porque é fruto do estelionato eleitoral. E essa ilegitimidade eleitoral a sociedade brasileira não vai admitir, não vai admitir que, realmente, depois de todo esse truque, armação, montagem feita, para ganhar uma eleição, queiram amanhã alegar a legitimidade dela.

O momento é o momento propício, como disse o Vice-Presidente da República Michel Temer, de buscarmos uma pessoa para aglutinar todos nós – palavras do Vice-Presidente da República, um constitucionalista, um ex-Deputado Federal, homem experiente, que sinalizou, com toda a clareza, que a maneira de poder buscar um cidadão, uma pessoa para aglutinar todos os outros, no regime democrático, só existe uma maneira. Não é a cor de cúpula, não são ajeitamentos de momentos, ajeitamentos com a criação, de última hora, de

uma agenda para tentar amanhã dizer que a Casa está produzindo algo e que a sociedade não precisa ir para as ruas no domingo, porque a solução será tomada rapidamente nesta Casa.

Ora, quem tem credibilidade para dizer isso, neste momento, se durante todos esses meses a Presidente da República e seus Ministros não fizeram nada, a não ser assaltar o bolso do contribuinte e desempregar os trabalhadores?

Por isso, concluo dizendo que a mobilização do próximo domingo, dia 16, é algo que vai mostrar para esta Casa, para o Senado Federal, para a Câmara dos Deputados, que a agenda é a produzida na rua, é a agenda do cidadão que está vivendo o momento de desgoverno que nós estamos passando. Esta é a agenda que tem que ser pautada aqui nesta Casa.

Por isso eu encerro convocando todos os brasileiros, todos os cidadãos que têm compromisso com a democracia, compromisso com tirar o Brasil dessa crise, uma crise de autoridade, uma crise de competência. Para ser resolvida, basta que a população continue com o mesmo ânimo, com a mesma garra que vai demonstrar no próximo dia 16, que defina a pauta sem tergiversar, sem desviar o foco, dizendo aquilo que a sociedade espera, que é exatamente o sentimento de todo o Brasil, é exatamente convocar novas eleições. Isso é sinal da democracia e está previsto na Constituição brasileira. O uso indevido de caixa dois numa campanha eleitoral cai a chapa, é comprometida toda ela. A falta de credibilidade com que o Governo está levando toda a economia a esse colapso completo faz com que tenhamos os resultados que nós estamos tendo neste momento.

O momento é grave e a gravidade, esta Casa tem que assumi-la de cabeça erguida, com a coragem de não buscar agendas que sejam ajeitamentos de grupos ou de interesses, mas trazer uma agenda que seja, sim, de interesse da sociedade brasileira para tirar o País das mãos de um Governo incompetente, incapaz, que não cansa de produzir barbáries a cada dia, como essa que vem acometendo a economia do País com consequências graves a toda a sociedade brasileira.

Por isso eu quero desejar a todos os brasileiros muita energia, garra, fé, que o dia 16 seja a maior expressão de cidadania que a população brasileira já deu em toda a sua história. E que a continuidade do dia 16 seja exatamente a convocação de novas eleições para buscarmos alguém que possa unificar as pessoas, o País, para sair da crise.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Caiado, obrigado pelas suas palavras.

Vamos ouvir agora o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero falar sobre a crise que nós vivemos neste País.

Nós vivemos uma crise sem precedentes, um escândalo de corrupção sem precedentes, que desviou milhões do dinheiro do contribuinte deste País. Um único gerente da Petrobras devolveu, diretamente da Suíça, através do que o Ministério Público Federal informou, no dia 11 de março deste ano, R\$182 milhões. Um único gerente, R\$182 milhões.

É preciso que se apure absolutamente tudo com relação a esse escândalo que saqueou o dinheiro do contribuinte deste País e é preciso fortalecer as instituições que estão agindo de uma forma absolutamente correta nesse caso, tanto o Ministério Público como a Polícia Federal, que vem agindo como órgão de Estado e não de governo. Todas as vezes em que agir como órgão de Estado e não de governo precisa ser elogiada, porque está cumprindo o seu dever.

É preciso fortalecer as instituições. É bom ver que as instituições estão funcionando. É preciso que esta Casa não aja com o espírito de corpo, com corporativismo, e sim que se punam os culpados e que se absolvam aqueles que, no final, forem inocentes. Todos os envolvidos nesse caso, independente de quem forem, precisam ter uma punição rigorosa para o bem do contribuinte deste País, sejam eles quem forem. É um escândalo de corrupção sem precedentes.

Aqui nesta Casa, mesmo contrariando a orientação do meu Partido, eu assinei os pedidos de instalação da CPI da Petrobras, da CPI do BNDES e da CPI dos Fundos de Pensão, porque considero essa a minha obrigação como Parlamentar. Agora quero dizer, com relação a algumas críticas que colocam ao trabalho do Ministério Público, que, se há desvios ou excessos, que punamos os desvios e os excessos, mas não podemos enfraquecer uma instituição que é importante para o cidadão deste País, para o contribuinte brasileiro, uma instituição que vem cumprindo um importante papel no Brasil recente.

Além dessa crise que envolve a corrupção, nós temos também uma crise econômica neste País, com uma inflação caminhando para dois dígitos. E a inflação é o pior imposto para a pessoa humilde deste País. Temos uma crise econômica também sem conseguir enxergar um horizonte para a sua solução. E o Governo discute

ajustes olhando apenas o lado da receita, pensando em aumentar ou criar novos impostos que penalizam o contribuinte deste País.

Eu tenho um lado. O meu lado não é partido, não é Governo; o meu lado é o lado do contribuinte deste País, este que eu tento representar aqui todos os dias. E o meu voto nesta Casa, como representante da população do Distrito Federal, vai ser sempre pensando no contribuinte.

O que o Governo deveria fazer é reduzir as suas despesas, reduzir os seus gastos, reduzir o número de ministérios. Nós temos, neste País, 38 Ministros e 39 estruturas de ministério. Nós temos, neste País, 23.941 cargos comissionados, informação obtida de uma resposta formal do Ministério do Planejamento a um requerimento formal que fiz como parlamentar. São 23.941 cargos comissionados. Enquanto a França possui 4.800, os Estados Unidos inteiro, 8.000, o Brasil possui 23.941 cargos comissionados na administração direta. E ainda possui mais 1.058 cargos comissionados nas agências reguladoras, 91 cargos comissionados na autoridade pública olímpica e 8.406 cargos comissionados nas instituições federais de ensino.

Portanto, o que nós precisamos, na minha humilde visão, é ver um Governo mais eficiente, que qualifique melhor o seu gasto. Nós precisamos, neste País, ter meritocracia no serviço público, levar em consideração o mérito, criar uma gestão de metas e resultados na administração pública, porque o foco tem que ser o contribuinte, a qualidade do serviço que ele recebe e a que preço. É isso que nós tínhamos que discutir, uma reforma do Estado, uma reforma da administração pública. E o Governo pensar em reduzir as suas despesas, gastar menos com as atividades meio para gastar mais com as atividades fim do Estado, gastar menos com a sua máquina para poder gastar mais com a saúde pública, com a educação pública, com a segurança pública. Isso é o que tinha de ser feito neste País. Não dá para se discutir um ajuste com o Governo pensando em penalizar o contribuinte deste País com criação de impostos ou aumento de alíquotas. O Governo tinha que reduzir as suas despesas, reduzir o tamanho da sua máquina, o número de ministérios, o número de cargos comissionados.

Por último, Sr. Presidente, eu acredito que nós podemos ter um País diferente. Penso que a responsabilidade de um Poder Legislativo é a de julgar com independência os projetos do Governo. Um Parlamentar que vota sempre “sim”, só porque aquilo beneficia um governo ou sempre “não”, porque aquilo prejudica um governo não tem consciência do que é a sua responsabilidade. Na minha concepção, o Parlamentar deve analisar sempre o mérito de cada proposição e pensar não em um governo ou no seu partido, mas na sociedade, no contribuinte. Se aquilo é positivo para a sociedade, votar “sim”; se não é, votar “não”. Ninguém é dono da verdade, ninguém vai pensar igual. Mas é importante que o fator motivacional de um voto seja a consciência desse Parlamentar e uma verdadeira preocupação com os rumos do País e da sociedade, e não com cargos no Governo, com ministérios, com secretarias, porque isso apequena a atividade parlamentar, que é tão importante na democracia de um país, e que hoje vem sendo tão achincalhada pelos exemplos que nós temos.

Nós precisamos recuperar o valor da política e recuperar o papel do Parlamento na sociedade brasileira. Espero que o caminho aqui seja o fortalecimento. Pelo menos o meu caminho, como Parlamentar, vai ser dar força para o Ministério Público e para a Polícia Federal, que vêm cumprindo um importante papel nesse caso. E espero que esta Casa não haja com espírito de corpo e não haja pensando em simplesmente agradar o Governo na hora de votar alguns projetos, mas pensando no contribuinte deste País, que é quem todos nós representamos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Donizete Nogueira. Bloco Apoio Governo/ PT - TO) – Obrigado, Senador Reguffe. Não havendo mais nenhum inscrito presente, encerramos a presente sessão.

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, agosto é um mês especialmente feliz para nós piauienses. É quando se celebram os aniversários das duas maiores cidades de meu Estado. Dia 14 de agosto, completa 171 anos a linda Parnaíba, Princesa do Igarapu, no dizer poético dos seus filhos. Dia 16 de agosto é o aniversário de 163 anos da fundação da querida Teresina, capital do meu Estado, cidade verde, nas palavras do poeta maranhense Coelho Neto.

Duas cidades que se completam e são queridas para tantos quantos as conhecem. Parnaíba, nascida bem antes de sua emancipação política como Vila, no dia 14 de agosto de 1844, foi desde sempre vocacionada para a grandeza, com sua economia pujante ainda no século XIX, atraindo negócios com a Europa.

Hoje, Parnaíba é a cidade mais importante do Piauí, após a capital. Tem uma Zona de Processamento de Exportação em fase final de implantação, que começa a atrair indústrias que miram o mercado internacional, enquanto evoluem esforços do setor privado para melhorar a hotelaria e a produção de frutas orgânicas.

Segunda maior população e a segunda mais importante economia do meu Estado, Parnaíba tem sob sua influência dezenas de municípios no território piauiense e também nos Estados do Ceará e Maranhão. Sendo polo regional, é hoje um centro de prestação de serviços de saúde e educação, ganhando cada vez mais importância no turismo, que cresce movido pela iniciativa privada e pelo apoio público, seja através do prefeito Florentino Neto, seja do governador Wellington Dias. O empenho dos dois governantes tem sido fundamental para fazer a cidade avançar e melhorar a vida de quem nela vive.

Parnaíba, que em 2014 contava com 149,3 mil habitantes, segundo o IBGE, exerce influência direta sobre uma população cinco vezes maior. Por isso mesmo, está inserida em diversos estudos de mercado como uma cidade com economia dinâmica e que tende a crescer ainda mais nos próximos anos. E isso certamente vai ocorrer em face de investimentos públicos e privados que para lá têm sido direcionados.

Com um futuro de expansão econômica e consequente melhoria das condições de vida de sua população, Parnaíba chegará, neste dia 14 de agosto de 2015, aos seus 171 anos com olhos no futuro. Isso é motivo de celebração, porque sempre houve ilustres parnaibanos que miraram para o futuro, como um de seus mais notáveis filhos no século XIX, Simplício Dias, ou ainda o governador Alberto Silva, que foi representante do Piauí nesta Casa, e também o sempre lúcido ministro João Paulo dos Reis Velloso, luminar do pensamento econômico brasileiro.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, dois dias após o aniversário da luminosa cidade de Parnaíba, terra de Renato Castelo Branco e Evandro Lins e Silva, abre-se na agenda de nossos corações festivos o espaço para celebrar o aniversário da capital do Piauí, Teresina.

Nossa capital é resultado da ousadia de um homem, José Antônio Saraiva, baiano de Santo Amaro da Purificação, um dos mais importantes brasileiros de seu tempo.

A ousadia de Saraiva fez surgir uma cidade em meio a uma chapada, e que hoje, passados 163 anos de sua fundação, tem 840 mil moradores, uma economia que vai se diversificando, assentada em crescentes serviços de saúde, educação, logística, por indústrias de vestuário, cerâmica, alimentos e químicas, além de uma vasta rede de outras atividades comerciais e de serviços.

A cidade tem recebido investimentos públicos em mobilidade urbana, educação, saúde, pavimentação. Neste ponto, cabe lembrar a habilidade do prefeito Firmino Filho, cuja administração trabalha com o propósito de multiplicar resultados com recursos captados a partir de parcerias. Parcerias, aliás, que na qualidade de senador, faço questão de defender, sempre tendo o bem estar dos teresinenses como objetivo maior – pensamento compartilhado também pelo nosso governador Wellington Dias, cujas ações conjuntas tem trazido apenas benefícios para a nossa capital.

Trago em mim a convicção de que a ousadia e a disposição de trabalho que moveram Saraiva a fundar Teresina são as mesmas forças de sinergia que levam os teresinenses adiante.

Centenas de milhares de homens, mulheres, crianças, jovens e idosos que se esforçam no dia a dia em trabalho, estudo e dedicação para fazer de nossa capital uma cidade melhor para se viver.

A capital do Piauí tem enorme influência sobre todo o Estado, todo o Leste do Maranhão e até mesmo sobre cidades do Pará e Ceará. Não é sem razão essa influência. Resulta do dinamismo e competência de nossa gente, dos profissionais das mais variadas áreas. Porém, a capacidade de Teresina atrair pessoas é fruto do acolhimento que ela dá a quem chega.

Há na capital do Piauí milhares de teresinenses que lá não nasceram. São filhos adotivos vindos de outros municípios do Piauí, saídos do querido Estado do Maranhão, nosso vizinho, separado de nossa capital pelo rio Parnaíba. Há teresinenses nascidos no Ceará, em Pernambuco, na Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia, bem como outros tantos vindos de São Paulo, Rio, Minas, Espírito Santos. Gente teresinense que veio do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul ou ainda saída dos Estados do Centro-Oeste, como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, aqui do Distrito Federal, do Tocantins, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima ou do Pará, Estado que guarda especial relação com o Piauí, pois Belém sempre foi um destino para alguns dos maiores intelectuais piauienses, como o poeta Mário Faustino, teresinense de nascimento, cosmopolita como certamente é essa nossa cidade que acolhe cidadãos de todos os lugares.

Acolhedora e hospitaleira, Teresina segue para o futuro com firmeza, ousada, com sua gente trabalhadora acordando cedo, dormindo tarde, estudando, vivendo, construindo boas coisas, inovando. Isso faz dela uma cidade cada vez mais viva, porque o sangue que faz vicejar uma sociedade, uma comunidade como a nossa, está na força das pessoas, na capacidade de se reinventar, na ousadia das inovações, no esforço contínuo para fazer mais, melhor e diferente. Temos tudo isso em Teresina, temos razões para confiar que o futuro que todos se esforçam para fazer melhor será tanto melhor quanto mais houver trabalho para isso.

Teresina, que faz 163 anos em 16 de agosto de 2015, tem em sua gente o combustível para seguir em frente, para aceitar o desafio que o futuro impõe a todos e que deve ser aceito, não como sina, mas como a naturalidade da ousadia que foi a marca inaugural da cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Donizete Nogueira. Bloco Apoio Governo/ PT - TO) – Está encerrada a sessão desta quinta-feira do Senado Federal.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 28 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfé Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lidice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

9) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

Milton Arantes Costa

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**.. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

*** Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

**** Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezzerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) ^(1,12)
Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹²⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**.. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	
VAGO	
PT	
VAGO	
PSDB	
VAGO	
PTB	
VAGO	
PP	
VAGO	
PDT	
VAGO	
PSB	
VAGO	
DEM	
VAGO	
PR	
VAGO	
PSD	
VAGO	
PCdoB	
VAGO	
PV	
VAGO	
PRB	
VAGO	
PSC	
VAGO	
PSOL	
VAGO	

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	
PP	
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
SD	VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtênir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
------------------	------------------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PMN/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. Benedita da Silva - PT/RJ ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

Prazo final prorrogado: 21/08/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTEs
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 298 páginas
(O.S. 12974/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

